

CENSO SUAS

GESTÃO E CONSELHOS

2012



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Rogério Hamam

Secretário Adjunto

Henrique Alberto Almirantes Júnior

Chefe de Gabinete

Carlos Alberto Fachini

Coordenador de Gestão Estratégica

Carlos Alberto Joaquim

Análise e elaboração: Grupo de Monitoramento e Avaliação (M&A)

Itagira de Sena Pires

Márcia Lima Bandeira

Milton de Freitas Nunes

Priscila de Souza

Colaboração: Grupo Estadual de Gestão do SUAS da
Coordenadoria de Ação Social

Camila Antonino Pinto

César Augusto Silva de Souza

Guilherme Guimarães Pallerosi

João Jorge Der Filho

Tatiane Sousa Magalhães

S241a São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social*.

Censo SUAS: Gestão e Conselhos 2012 [recurso eletrônico] /
Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo :
Secretaria de Desenvolvimento Social, 2014.

122 p. – (Censo SUAS)

ISBN 978-85-7299-007-3 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Diagnóstico
da Assistência Social 4. Planejamento da Assistência Social 5.
Gestão da Assistência Social 6. Conselhos de Assistência Social I.
Título. II. Série.

CDU 364.07:35.077.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação, Biblioteca e
Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
GESTÃO MUNICIPAL	9
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	9
GESTÃO DO SUAS.....	11
GESTÃO FINANCEIRA	13
GESTÃO DO TRABALHO	14
GESTÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	17
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	20
AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA	22
GESTÃO ESTADUAL	27
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	27
GESTÃO DO SUAS.....	27
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	28
BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	28
GESTÃO FINANCEIRA	28
GESTÃO DO TRABALHO	30
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	31
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB.....	31
CONSELHOS MUNICIPAIS	35
LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES.....	37
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO.....	37
SECRETARIA EXECUTIVA	39
DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO.....	40
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS.....	43
CONSELHO ESTADUAL	47
LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO	47
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO.....	47
SECRETARIA EXECUTIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	48
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO.....	49
ANEXO A – TABELAS GESTÃO MUNICIPAL	52
IDENTIFICAÇÃO.....	52
BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52

BLOCO 3 - GESTÃO DO SUAS	55
BLOCO 4 - GESTÃO FINANCEIRA	58
BLOCO 5 - GESTÃO DO TRABALHO	60
BLOCO 6 - GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS	68
BLOCO 7 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	75
BLOCO 8 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	77
BLOCO 9 – AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA	79
ANEXO B - TABELAS GESTÃO ESTADUAL.....	81
BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	81
BLOCO 3 - GESTÃO DO SUAS	82
BLOCO 4 - GESTÃO FINANCEIRA	83
BLOCO 5 - GESTÃO DO TRABALHO	84
BLOCO 6 - GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS	86
BLOCO 7 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	87
BLOCO 8 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	87
BLOCO 9 – AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA	90
BLOCO 10 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	93
BLOCO 11 - APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL	95
BLOCO 12 – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)	96
BLOCO 13 - PARCERIAS	96
ANEXO C - TABELAS CONSELHOS MUNICIPAIS	97
BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES.....	97
BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRA-ESTRUTURA DO CONSELHO	98
BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA	102
BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO.....	103
BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO.....	110
ANEXO D - TABELAS CONSELHO ESTADUAL.....	114
BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES.....	114
BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRA-ESTRUTURA DO CONSELHO	114
BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA	116
BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO.....	116
BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO.....	119

APRESENTAÇÃO

Esta publicação destina-se a disseminar informações e análises sobre a estrutura da assistência social (política de assistência social) no Estado de São Paulo a partir de dados do Censo SUAS do ano de 2012. Cada edição apresenta um tema do Censo SUAS, sendo esta dedicada aos Conselhos e Gestão Municipais e Estaduais.

Instrumento de grande valia para o entendimento e o planejamento das ações na área da assistência social, a publicação nacional do Censo Suas apresenta os dados consolidados do Brasil e, desta forma, o presente trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão Estratégica da Seds tem o intuito de apresentar os dados para o Estado de São Paulo, de acordo com a realidade descrita pelo Estado e pelos municípios paulistas.

Boa leitura!

GESTÃO MUNICIPAL

GESTÃO MUNICIPAL

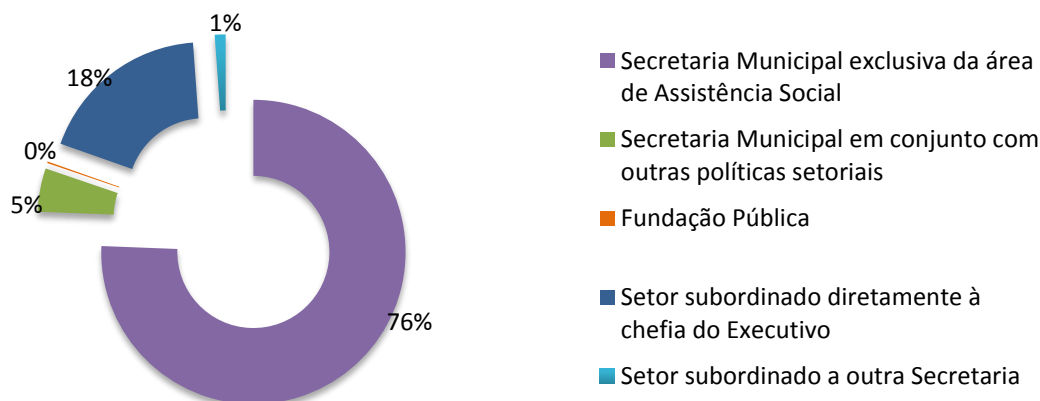
Uma gestão participativa que organiza de forma descentralizada a execução dos serviços socioassistenciais é pressuposto fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Uma das maiores diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, cujo papel é central para o entendimento e constituição do SUAS, é a descentralização político-administrativa e a consequente articulação dos três níveis de governo, resultando na união de esforços e recursos de forma que a execução e o financiamento dos programas, ações e serviços de assistência social em âmbito local realmente aconteçam¹. É neste sentido que serão apresentados os dados referentes à Gestão Municipal no SUAS.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em relação à estruturação administrativa da assistência social, percebe-se que 76% dos municípios paulistas, dos 607 que responderam o Censo 2012, possuem uma Secretaria exclusiva de Assistência Social. Mas é relevante também destacar que 18% dos municípios ainda possuem setores de Assistência Social subordinados diretamente à chefia do Executivo (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - DE ACORDO COM A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO O ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CARACTERIZA-SE COMO?



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Dados importantes referem-se às áreas constituídas na estrutura formal do Órgão Gestor, cabendo ressaltar o esforço dos municípios no tocante à Gestão do Trabalho na medida em que se verifica ser este o setor que apresentou o maior percentual de presença na estrutura formal (45,5% das citações), seguido pela Vigilância Social (aproximadamente 36 %) e Regulação do SUAS (aproximadamente 35 %). Por outro lado, os menores registros foram verificados nas áreas de Gestão do Bolsa Família (11,5% das citações), Proteção Social Básica (aproximadamente 14 %) e Monitoramento e Avaliação (aproximadamente 21%). Chama a atenção, ainda, que a Proteção Social Básica só é superada pela Gestão do Bolsa Família no

¹ “A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais ...”, in RESOLUÇÃO CNAS Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004 (DOU 28/10/2004) - Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Capítulo 2.2. Diretrizes.

tocante a áreas não constituídas como subdivisões administrativas no Órgão Gestor (respectivamente 61,4% e 62,4%) sendo que, comparativamente, as áreas de Proteção Social Especial e Vigilância Social não estão presentes em 42,7% e 32,5% dos órgãos, respectivamente.

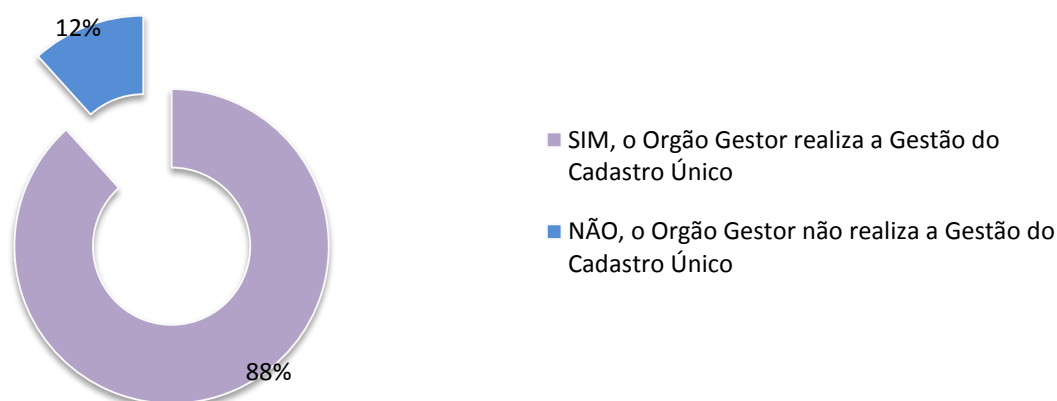
TABELA 1 - ÁREAS CONSTITUÍDAS COMO SUBDIVISÕES ADMINISTRATIVAS (DEPARTAMENTOS, COORDENAÇÕES) NA ESTRUTURA FORMAL DO ÓRGÃO GESTOR.

	Sim, na estrutura formal do Órgão Gestor		Sim, de maneira informal		Não constituída	
	Quant. Unidades	%	Quant. Unidades	%	Quant. Unidades	%
Proteção Social Básica	87	14,3	147	24,2	373	61,4
Proteção Social Especial	164	27,0	184	30,3	259	42,7
Gestão Financeira e Orçamentária	156	25,7	181	29,8	270	44,5
Gestão do Bolsa Família	70	11,5	158	26,0	379	62,4
Gestão de Benefícios Assistenciais	133	21,9	148	24,4	326	53,7
Gestão do SUAS	129	21,3	143	23,6	335	55,2
Gestão do Trabalho	276	45,5	142	23,4	189	31,1
Regulação do SUAS	210	34,6	155	25,5	242	39,9
Vigilância Social	217	35,7	193	31,8	197	32,5
Monitoramento e Avaliação	127	20,9	210	34,6	270	44,5

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Quanto à gestão do Cadastro Único (CadÚnico) para os programas sociais do governo federal, 536 municípios (88% dos pesquisados) responderam que o Órgão Gestor da Assistência Social é o responsável (Gráfico 2). Já dentre os 71 (12%) municípios que responderam não ser o Órgão Gestor da Assistência Social responsável, 5 municípios responderam que o responsável é a Secretaria da Educação, 2 municípios indicaram a Secretaria da Saúde e 64 municípios outros órgãos.

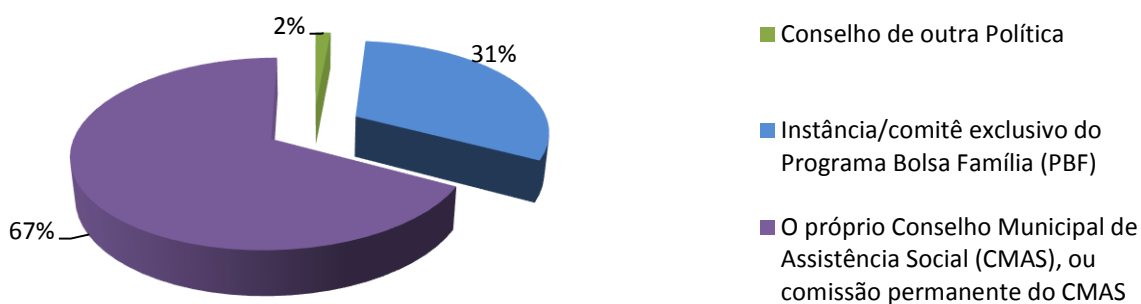
GRÁFICO 2 - A GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS, NO MUNICÍPIO, É REALIZADO PELO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Dentre os municípios que responderam o Censo, 1 relatou não possuir Conselho Municipal de Assistência Social. Em relação à Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família (PBF), 67% dos municípios informaram que tal papel cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social, 31% informaram a existência de instância/comitê exclusivo para a gestão do PBF e aproximadamente 2% indicaram Conselhos de outras políticas.

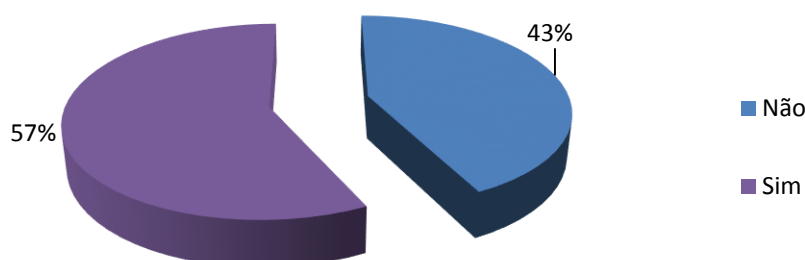
GRÁFICO 3 - QUAL É A INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO MUNICÍPIO?



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Na área da criança e do adolescente, todos os 607 municípios que responderam o Censo informaram possuir Conselho Tutelar implantado, sendo que em 348 (57%) os Conselhos Tutelares estão vinculados administrativamente ao Órgão Gestor da Assistência Social.

GRÁFICO 4 - O CONSELHO TUTELAR É VINCULADO ADMINISTRATIVAMENTE AO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?

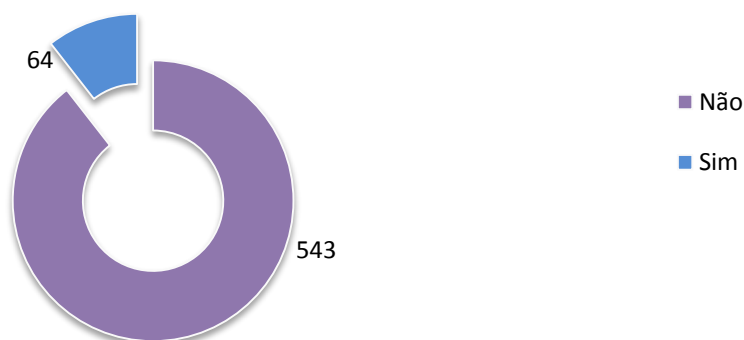


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

GESTÃO DO SUAS

No estado de São Paulo, dos 607 municípios que responderam o Censo SUAS, 64 informaram existir Lei Municipal que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), correspondendo a 10,5% dos respondentes. Vale destacar que em 2011 e 2012 houve um crescimento de aproximadamente 19% dos municípios que regulamentaram o SUAS por Lei Municipal, contingente equivalente a quase a metade do percentual de municípios que efetuou sua regulamentação no período entre 2005 e 2010.

GRÁFICO 5 - EXISTE LEI MUNICIPAL DE REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS?

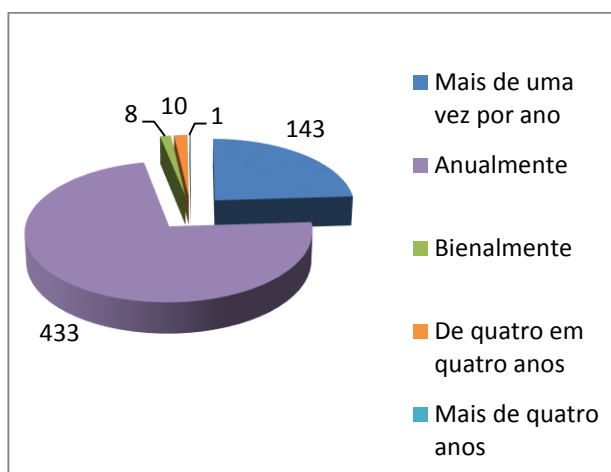
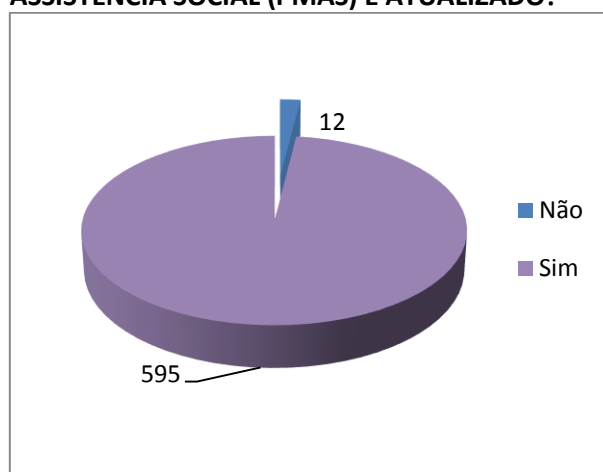


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Com relação à existência do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), a maior parte dos municípios do estado de São Paulo (595 municípios ou 98% dos respondentes do Censo), informou que já utiliza esse importante instrumento para o planejamento e direcionamento das ações na área de Assistência Social, com a respectiva aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social. Outros 12 municípios participantes (2% do total), entretanto, responderam negativamente a questão.

Tão importante quanto possuir um PMAS é a frequência com que ele é revisado. Cabe destacar que em 433 municípios o plano é atualizado anualmente e em 143 municípios que a revisão é feita mais de uma vez ao ano.

GRÁFICOS 6 E 7 - O MUNICÍPIO POSSUI PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? COM QUE FREQUÊNCIA O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) É ATUALIZADO?



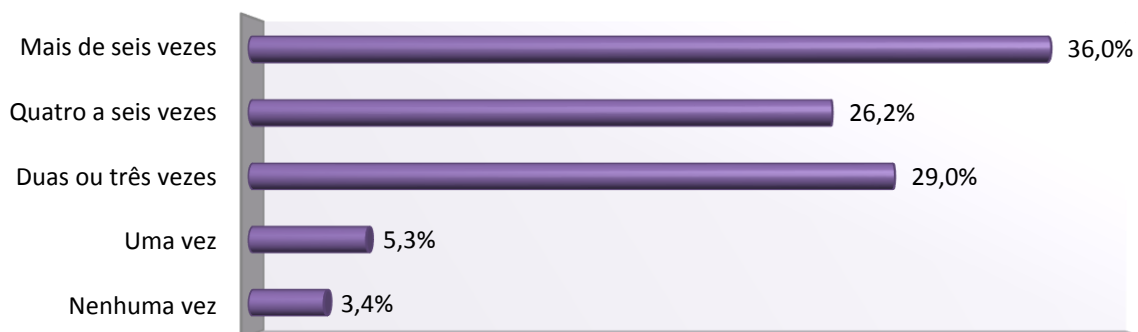
Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Dentre as atribuições do Estado para a implantação do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de governo, uma delas é prestar apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos em âmbito municipal. Os dados demonstram que dentre os 607 municípios do estado de São Paulo que responderam o Censo, 295 (48,6%) receberam de visitas de técnicos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social três ou mais vezes nos últimos 12 meses, e que os temas mais orientados foram: Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais, com 326 respostas e Gestão dos serviços socioassistenciais, com 291 respectivamente.

No entanto, 93 municípios (15,3%) responderam não ter recebido nenhuma visita técnica da Secretaria Estadual no último ano.

Já com relação à participação dos técnicos ou gestores municipais em atividades de orientação e apoio técnico promovidas pelo estado nos últimos 12 meses, o cenário apresenta uma adesão proporcionalmente equilibrada tendo sido registradas as maiores taxas de participação nas seguintes frequências: duas ou três vezes (29%), quatro a seis vezes (26%) e mais de seis vezes (36%).

GRÁFICO 8 - NOS ÚLTIMOS 12 MESES, QUANTAS VEZES OS TÉCNICOS OU GESTORES MUNICIPAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARTICIPARAM DE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO E APOIO TÉCNICO PROMOVIDO PELO ESTADO?



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

GESTÃO FINANCEIRA

Dos 607 Municípios que responderam ao Censo SUAS 2012, os quais representam 94% dos municípios do Estado de São Paulo, 98% possuíam o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)² implantados e 2% estavam em fase de implantação, o que correspondia respectivamente a 593 e 14 municípios.

Considerando dentre os instrumentos normativos que podem instituir o FMAS a Lei, o Decreto ou a Portaria, o principal instrumento utilizado no Estado de São Paulo foi a Lei, que em 2012 foi mencionada por 580 municípios (aproximadamente 96% dos que responderam ao Censo).³

Em 2012 existiam 158 ou 26% dos municípios que não possuíam CNPJ próprio para o FMAS, e 23 ou 3,8% dos municípios não tinham o FMAS como unidade orçamentária.⁴

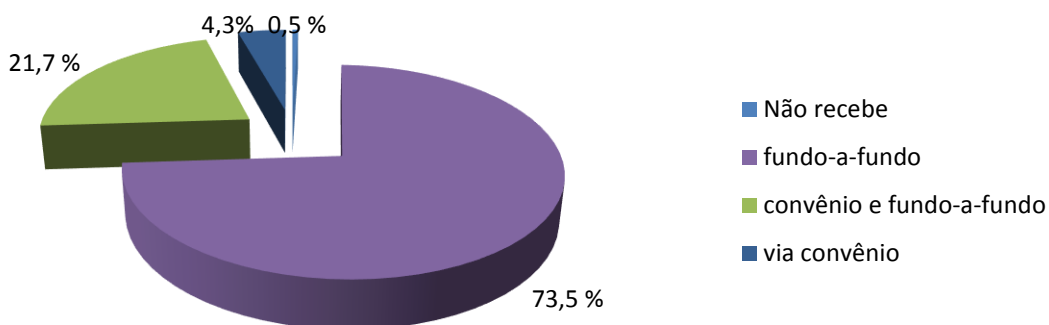
Outra informação importante e relacionada ao FMAS é a forma de repasse de recursos estaduais para os municípios. Em 2012, conforme Gráfico 9, o repasse fundo-a-fundo foi o mais utilizado e correspondeu a 73,5% ou 446 municípios, sendo que quando considerados simultaneamente repasses via convênio e fundo-a-fundo, citaram essa modalidade outros 132 municípios (21,7%).

² Segundo o PMAS 2014, os 645 municípios do Estado de São Paulo tem o FMAS criado por lei, contudo, 515 ainda não o regulamentaram.

³ Idem.

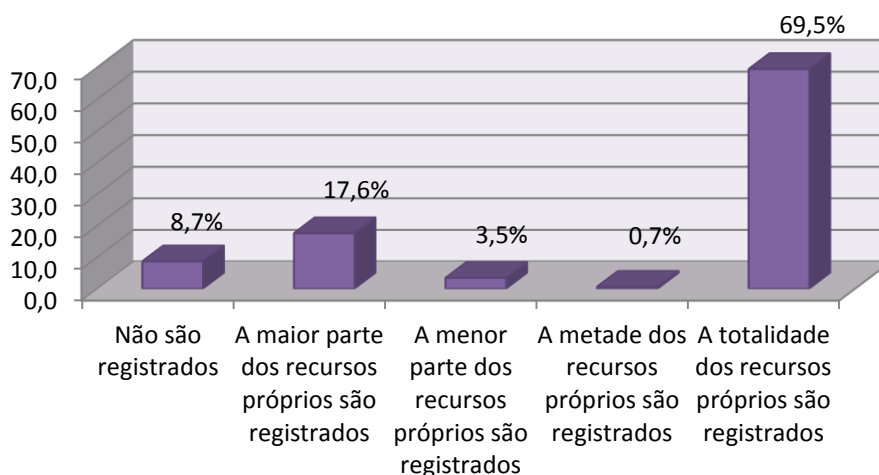
⁴ De acordo com o PMAS 2014, 644 municípios do Estado de São Paulo tem FMAS com CNPJ próprio, sendo que 624 (97%) na condição de matriz e 20 (3%) na condição de filial. Além disso, 60 municípios (9%) não tem o FMAS como unidade orçamentária.

GRÁFICO 9 - RECURSOS ESTADUAIS PARA COFINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR TIPOS DE REPASSE PARA OS MUNICÍPIOS



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012. Em relação ao registro no FMAS do uso de recursos próprios dos municípios para custear os serviços socioassistenciais, destaca-se que 69,5% (ou 422 municípios) têm a totalidade dos recursos próprios registrados no FMAS, enquanto 8,7% (ou 53 municípios) não registram no FMAS os recursos próprios do município.

GRÁFICO 10 - REGISTRO NO FMAS DO USO DE RECURSOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

GESTÃO DO TRABALHO

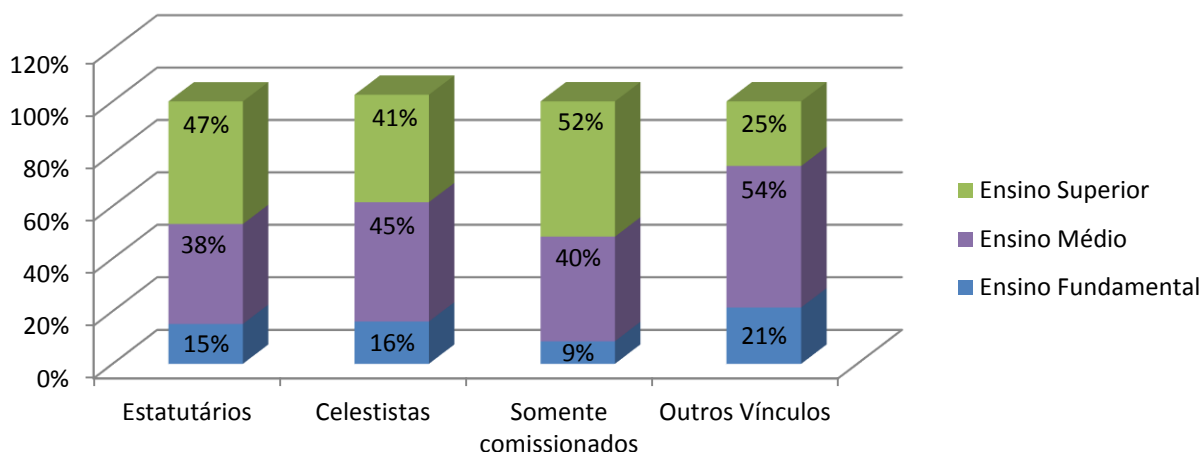
Dos municípios do estado de São Paulo, 12 (2% do total) informaram já terem instalado mesa de negociação permanente do Sistema único de Assistência Social, conforme previsto na NOB-RH/SUAS. Destes, em 2 a instalação ocorreu em 2007, observando-se que nos anos seguintes o maior acréscimo aconteceu entre 2009 e 2010, com instalação de mesa de negociação permanente em outros 7 municípios (representando aproximadamente 58% do total).

Com relação ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) o Censo identificou que desde 2006 já foi implantado em 47 municípios, sendo que a última atualização desses planos ocorreu no ano de 2012, com presença em mais 16 municípios.

O quadro de trabalhadores na gestão municipal apresenta participação maior dos profissionais do ensino médio e menor dos profissionais do Ensino Fundamental. É relevante observar que enquanto os maiores

percentuais de profissionais com formação no Ensino Superior são verificados entre estatutários e somente comissionados, os profissionais do Ensino Médio tem maior destaque entre celetistas e na categoria de outros vínculos funcionais.

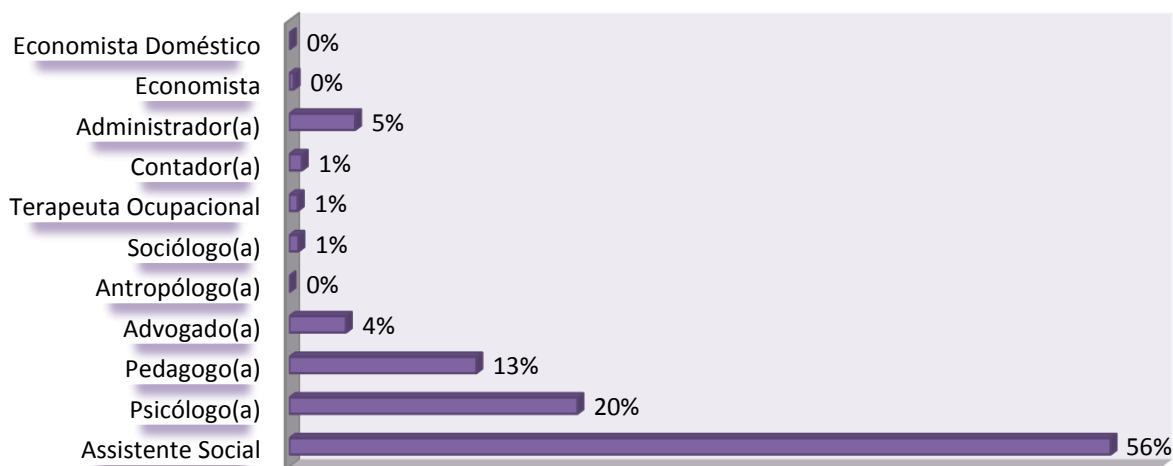
GRÁFICO 11 - QUANTIDADE TOTAL DE TRABALHADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSIDERANDO INCLUSIVE OS TRABALHADORES LOTADOS NAS UNIDADES PÚBLICAS QUE OFERTAM SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS)



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Segundo a área de formação, a quantidade de profissionais de nível superior trabalhadores na assistência social está assim distribuída: Assistente Social (56%), Psicólogos (20%) e Pedagogos (13%). Verifica-se, portanto, que os assistentes sociais representam mais da metade de profissionais de nível superior nos municípios.

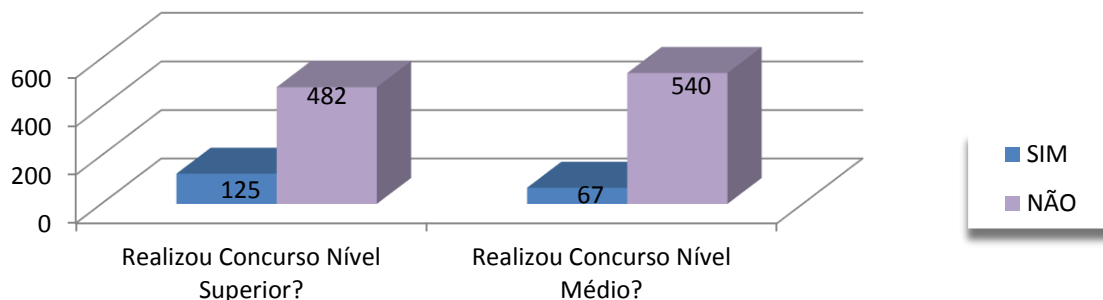
GRÁFICO 12 - QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS, DE NÍVEL SUPERIOR, SEGUNDO ÁREAS DE FORMAÇÃO.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Uma das formas para aumentar o número de trabalhadores da Assistência Social nos municípios e sanar as necessidades de recursos humanos é a realização de concursos Públicos. O que se verifica nos dados apresentados é que 125 municípios (aproximadamente 21%) haviam realizado concursos para o Nível Superior e 67 municípios (aproximadamente 11%) haviam realizado concursos para o Nível Médio no ano de 2012.

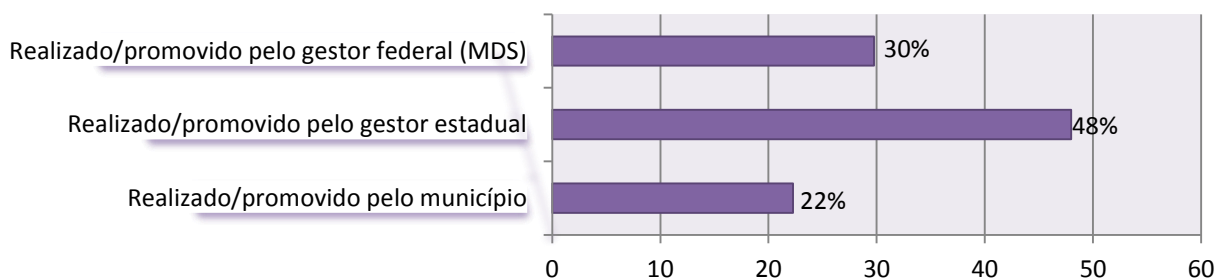
GRÁFICO 13 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM CONCURSO PÚBLICO, NO ANO DE 2011, PARA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES (NÍVEL SUPERIOR OU MÉDIO).



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Além de realizar concursos, a administração municipal precisa manter uma programação permanente de capacitação dos trabalhadores. O que podemos observar nos dados apresentados é que os cursos presenciais de capacitação ofertados aos trabalhadores municipais tiveram como principal agente promotor o governo do estado (em 48% dos casos), seguido pelo governo federal (em 30% dos casos) e pelo próprio município (em 22% dos casos). Entretanto, quando se trata de capacitação a distância, o principal agente promotor foi o governo federal, com 60%, seguido pelo governo estadual, com 35%.

GRÁFICO 14 - ENTE(S) FEDERADO(S) QUE PROMOVEU(ERAM) CURSOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS.

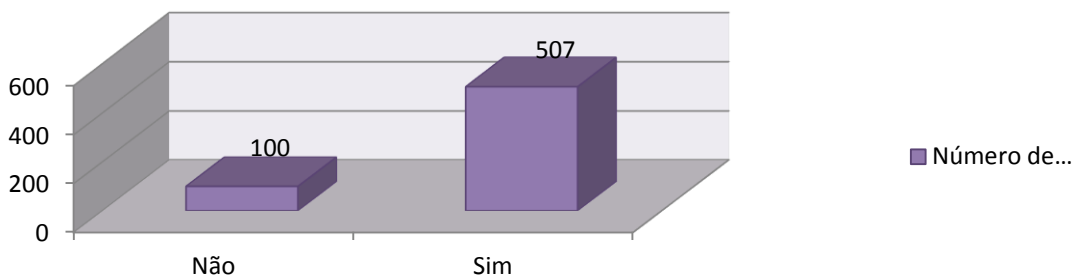


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Ainda sobre o programa de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social, os dados apresentados mostram que enquanto trabalhadores de 507 municípios tiveram acesso a cursos presenciais, os cursos de capacitação à distância (EAD) atingiram trabalhadores de 288 municípios.

Vale destacar ainda que se nos cursos presenciais o número aproximado foi de 19.373 trabalhadores capacitados nos municípios, os cursos à distância atingiram cerca de 1.546 trabalhadores municipais.

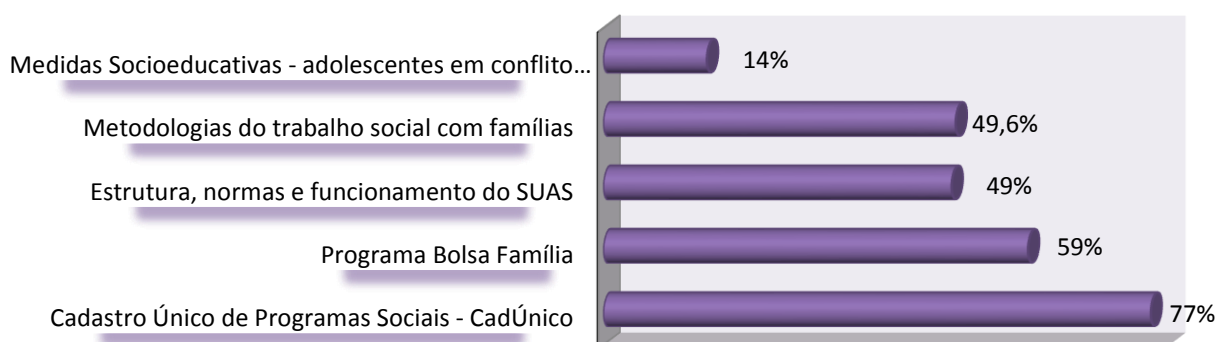
GRÁFICO 15 - NO ANO DE 2011 OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO TIVERAM ACESSO A CURSOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO?



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Dentre as temáticas dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores municipais da Assistência Social, observa-se que o destaque recaiu sobre o Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico e sobre o Bolsa Família, presentes em 77% e 59% dos municípios respondentes, respectivamente. No entanto, apareceram outros temas com grande adesão dos trabalhadores como: Metodologias do trabalho social com as famílias, Estrutura, normas e funcionamento do SUAS e Medidas Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei.

GRÁFICO 16 - ÁREAS TEMÁTICAS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS PELOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

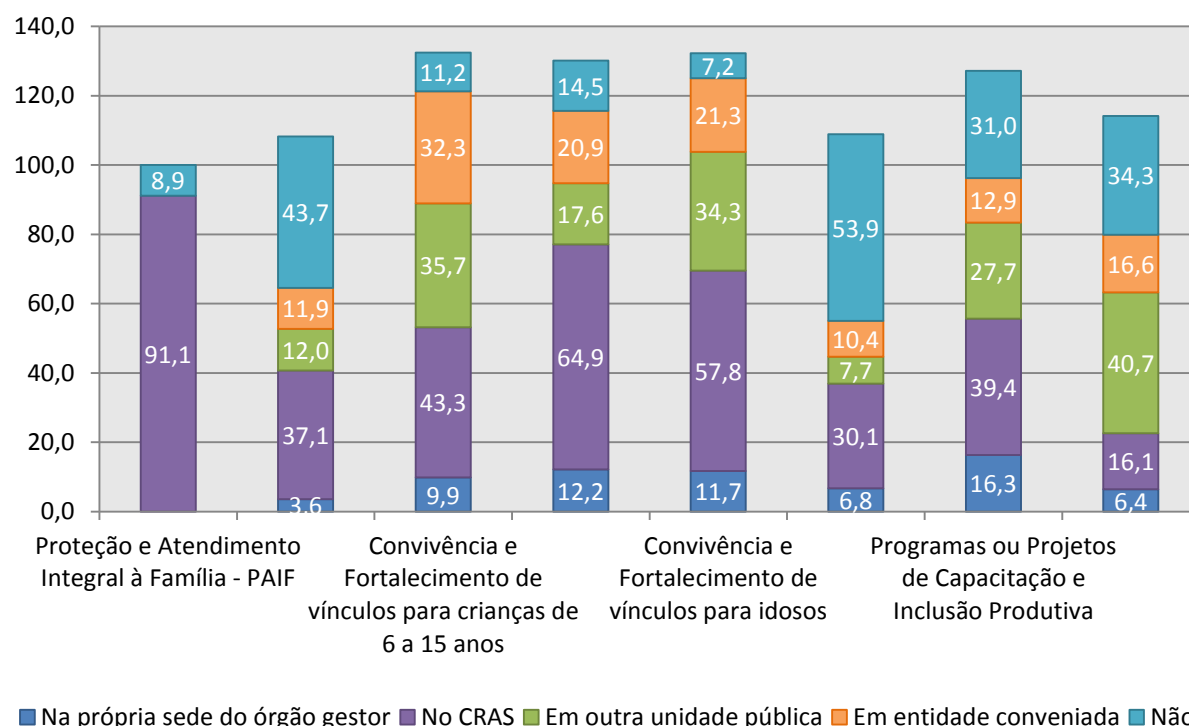
GESTÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Resolução CIT n.º 7, de 10/9/2009), em seu artigo 2º tem como diretrizes: a corresponsabilidade entre os entes federados; as seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social; a centralidade na família no atendimento socioassistencial de forma integral, visando a interrupção de ciclos de violação de direitos e intergeracional de pobreza.

Neste primeiro momento, serão verificados os serviços oferecidos pela Proteção Social Básica (PSB) por unidade de atendimento. São três os programas, projetos ou serviços oferecidos na própria sede do órgão gestor que aparecem com maior frequência: os Programas ou Projetos de Capacitação e Inclusão Produtiva estão em 99 ou 16,3% dos municípios; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 15 a 17 anos estão em 74 ou 12,2% dos municípios e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para idosos, estão em 71 ou 11,7% dos municípios. Em termos gerais, destaca-se o PAIF que é ofertado em 553 ou 91,1% dos CRAS.

No Gráfico 17 estão distribuídos os serviços da Proteção Social Básica por tipo de unidade que oferece o serviço.

GRÁFICO 17: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.

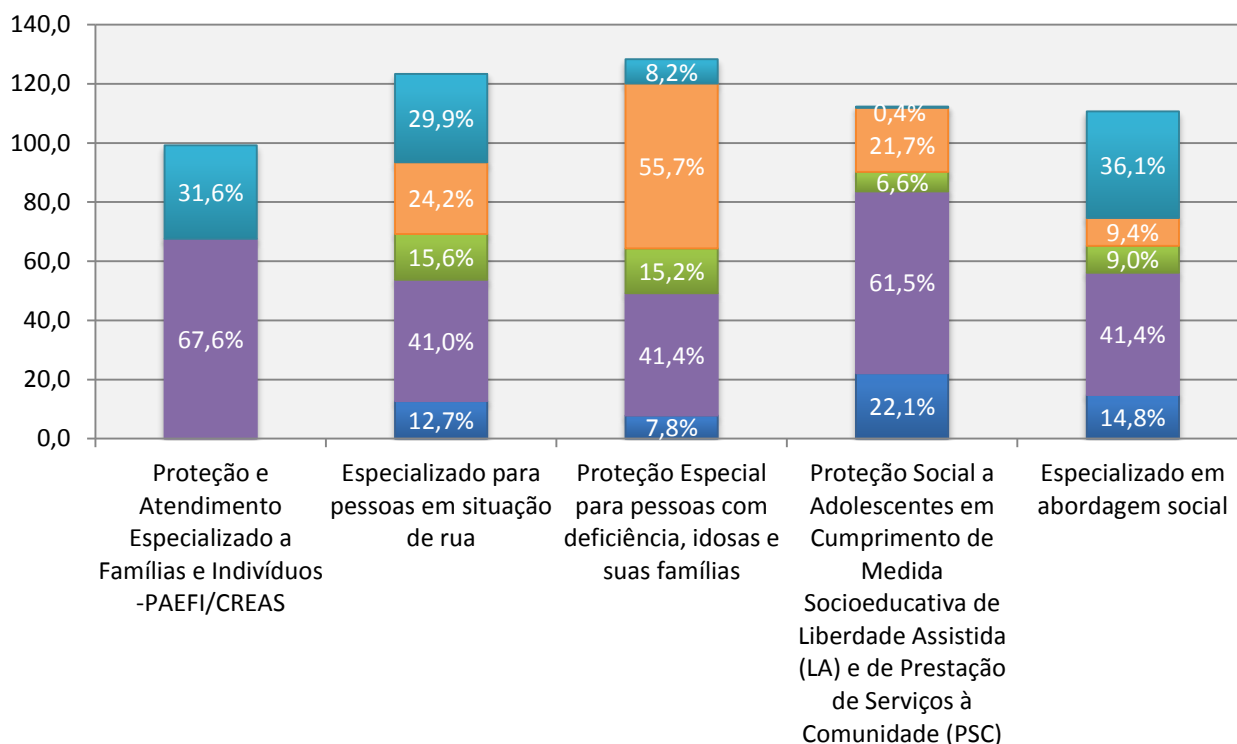


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Os Serviços da Proteção Social Especial (PSE) aparecem em menor quantidade no conjunto dos municípios do Estado de São Paulo, valendo destacar que os municípios de Pequeno Porte I (aqueles com população de até 20 mil habitantes) não tem a obrigatoriedade de instalar um CREAS⁵ e por este motivo os 401 municípios desse porte não foram considerados na análise. Assim, os serviços da PSE de Média Complexidade oferecidos pelos municípios dos demais portes na própria sede do órgão gestor, que aparecem em maior quantidade são: O serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), 54 ou 22,1% dos municípios; o Serviço Especializado em Abordagem Social, 36 ou 14,8% dos municípios. O PAEFI é ofertado em 165 ou 67,6% dos CREAS. No Gráfico 18, estão distribuídos os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade por tipo de unidade que oferece o serviço.

⁵ Conforme NOB/SUAS.

GRÁFICO 18: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.



■ Na própria sede do órgão gestor ■ No CREAS ■ Em outra unidade pública ■ Em entidade conveniada ■ Não realiza

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Para a Proteção Social de Alta Complexidade, a Tabela 2 informa a existência de mais de 50 mil vagas em unidades conveniadas (abrigos e repúblicas), que estão distribuídas entre os diferentes públicos. Para as unidades públicas o serviço que tem menor oferta é o acolhimento em república para jovens (maiores de 18 anos), o qual conta com apenas 4 unidades, e o que tem maior oferta é o Acolhimento Institucional (Abrigos) para crianças e adolescentes, contando com 233 unidades.

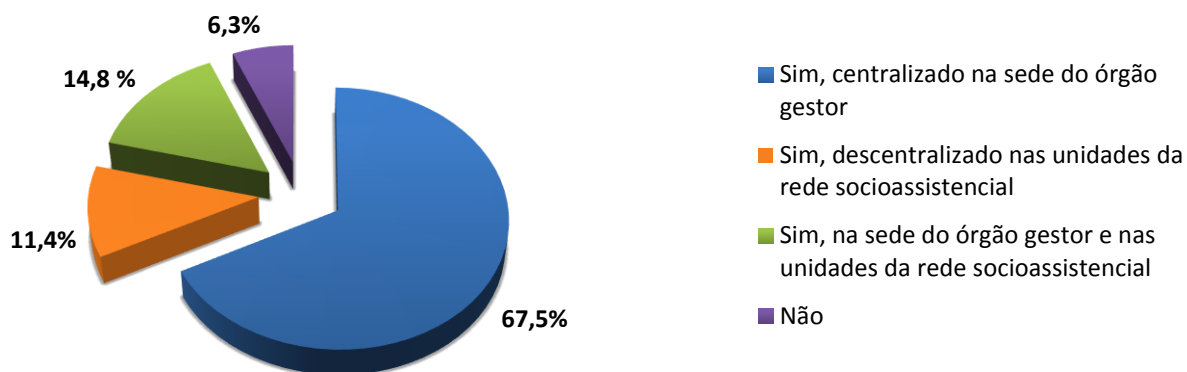
TABELA 2 - OFERTA DE VAGAS E QUANTIDADE DE UNIDADES NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NOS MUNICÍPIOS – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012

Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Unidades Públicas	Vagas em Unidades Públicas	Unidades Conveniadas	Vagas em Unidades Conveniadas
Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos)				
Para crianças e adolescentes	233	3.573	638	10.947
Para idosos	80	1.550	788	17.220
Para pessoas em situação de rua	43	1.792	205	14.331
Para pessoas com deficiência	10	1.238	490	6.962
Para mulheres vítimas de violência	17	253	56	510
Unidades de Acolhimento em República				
Para jovens (maiores de 18 anos)	4	45	17	119
Para adultos em processo de saída das ruas	22	35	19	364
Para idosos	9	113	6	147

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

O percentual de municípios que concedem algum tipo de benefício eventual na assistência social está demonstrado no Gráfico 19. Destaca-se que em 67,5% dos casos (410 municípios) a concessão é centralizada na sede do órgão gestor da assistência social.

GRÁFICO 19: CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Os benefícios eventuais que são concedidos pelo órgão gestor são: auxílio funeral, em 497 municípios ou 32,7% das respostas; auxílio natalidade em 200 municípios ou 13,2% das respostas; benefício eventual para situação de calamidade pública, em 321 municípios ou 21,1% das respostas e outros benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária, em 501 municípios ou 33% das respostas, totalizando 1519 respostas para estes benefícios. Outra informação importante é que 94 ou 15,5% dos municípios possuíam, em 2012, programas próprios de transferência de renda.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

As atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial realizadas pelos Órgãos Gestores (Tabela 3) mencionadas por mais da metade dos municípios foram Gestão local e atualização do CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do SUAS (74,6%), Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS (73,1%), Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS (69,2%) e Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada (57,5%). Pouco menos de 10% dos municípios declarou não desenvolver nenhuma das atividades.

TABELA 3 - ATIVIDADES RELACIONADAS À VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL QUE SÃO REALIZADAS PELOS ÓRGÃOS GESTORES

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
Produção de indicadores ou análises relativas à demanda por serviços e benefícios socioassistenciais	186	30,6
Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais	155	25,5
Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos	97	16,0
Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos	52	8,6
Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CADÚnico	222	36,6
Produção de indicadores ou análises baseados em microdados (dados dos setores censitários ou das áreas de ponderação) do Censo 2010 - IBGE	126	20,8
Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município	196	32,3
Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS	208	34,3
Concepção de sistemas de informação	85	14,0
Desenvolvimento de sistemas de informação	98	16,1
Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos serviços	227	37,4
Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada	349	57,5
Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS	444	73,1
Gestão local e atualização do CadSUAS - Sistema de Cadastro Nacional do SUAS	453	74,6
Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS	420	69,2
Fornecimento sistemático de informações territorializadas sobre as famílias do Cadastro Único para os CRAS e CREAS	282	46,5
Não desenvolve nenhuma das atividades acima	58	9,6

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Em 2012, a maior parte dos municípios planejou a organização da oferta de serviços com base em diagnóstico territorial das necessidades e demandas da população, sendo verificado que em 179 (29,5%) o planejamento ocorreu para todos os serviços, em 292 (48,1%) para a maior parte dos serviços e em 43 (7,1%) para a menor parte dos serviços. Em 93 (15,3%) municípios não houve planejamento baseado em diagnóstico territorial (Tabela 4).

TABELA 4 - A ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS É PLANEJADA COM BASE EM DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DAS NECESSIDADES E DEMANDAS DA POPULAÇÃO?

	Quantidade de unidades	%
Sim, para todos os serviços	179	29,5
Sim, para a maior parte dos serviços	292	48,1
Sim, para a menor parte dos serviços	43	7,1
Não	93	15,3
Total	607	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Com relação ao registro centralizado dos casos de violação de direitos detectados, atendidos pela rede socioassistencial, 289 órgãos gestores (aproximadamente 48% das citações) declararam possuir esse registro, sendo o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto a situação mais presente nos registros (267 municípios, ou 92,4% das citações), seguida pela negligência contra o idoso (para 194 municípios, ou 67,1% das citações), violência contra o idoso (para 144 municípios, ou 49,8% das citações), Violência sexual contra criança e adolescente (para 143 municípios, ou 49,5% das citações), Violência física contra criança e adolescente (para 131 municípios, ou 45,3% das citações), Violência contra a mulher (para 115 municípios, ou 39,8% das citações) e outras situações (para 21 municípios, ou 7,3% das citações).

Em 2012, foram 159 (26,2%) os órgãos gestores que utilizavam sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social. Destes, 120 registravam execução física/atendimento, 114 elaboravam e armazenavam prontuário eletrônico dos usuários dos serviços socioassistenciais, 73 registravam unidades de rede socioassistencial pública, 60 registravam repasses de recursos para entidades, 58 registravam unidades de rede socioassistencial pública, 42 registravam prestação de contas das entidades e 21 registravam outras informações.

AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Com relação às ações de inclusão produtiva, 143 municípios (23,6% dos pesquisados) declararam possuir algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município (vocação, potencialidade, matéria prima, mercado e iniciativas existentes) realizado nos últimos 5 anos e, dentre os que possuem, 68 (47,6%) foram elaborados por órgão municipal da assistência social. As informações desse diagnóstico foram utilizadas principalmente para direcionar a oferta de cursos de capacitação e formação profissional realizados pela prefeitura (64,3%) e para ações para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município (60,1%), conforme Tabela 5.

TABELA 5 - INFORMAÇÕES PARA A QUAL AS INFORMAÇÕES DO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO FORAM UTILIZADAS

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
Negociar com o Sistema S - Senai, Senac e Instituto Federal a oferta de vagas do PRONATEC	48	33,6
Direcionar a oferta de cursos de capacitação e formação profissional realizados pela prefeitura	92	64,3
Formação de cooperativas	31	21,7
Estruturação de ações para inclusão produtiva	63	44,1
Ações para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município	86	60,1
Nenhuma das opções acima	20	14,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Em 2012, 469 (77,3%) municípios desenvolviam ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda, sendo 103 exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social, 40 por outras Secretarias Municipais e 326 pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais; 138 (22,7%) não desenvolvem ou não souberam afirmar. Quanto à formação, qualificação ou

capacitação profissional, 90 (14,8%) municípios desenvolviam ações, programas ou projetos exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social, 362 (59,6%) pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais e 60 (9,9%) exclusivamente por outras Secretarias Municipais; 95 (15,7%) não desenvolvem ou não souberam afirmar.

No que se refere à inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, apenas 123 (20,3%) municípios tinham algum programa ou projeto específico, sendo 34 sob a coordenação da Assistência Social e 89 sob a coordenação de outro órgão municipal; 391 (64,4%) declararam não possuir e 93 (15,3%) não souberam afirmar. Já no tocante à inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular, 347 municípios informaram possuir algum programa ou projeto específico, sendo a maioria deles desenvolvida sob a coordenação da Educação (Tabela 6).

TABELA 6 - O GOVERNO MUNICIPAL TEM ALGUM PROGRAMA, PROJETO ESPECÍFICO PARA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR?

	Quantidade de unidades	%
Sim, sob a coordenação da Assistência Social	32	5,3
Sim, sob a coordenação da Educação	264	43,5
Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal	51	8,4
Não possui	179	29,5
Não sabe	81	13,3
Total	607	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

GESTÃO ESTADUAL

GESTÃO ESTADUAL

Os conselhos estaduais, assim como os municipais, também são espaços públicos que se constituem em instâncias deliberativas de composição paritária entre governo e sociedade civil.

Os conselhos estaduais tem por competência acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas na conferência nacional e estadual, além de exercer o controle social sobre os serviços socioassistenciais desenvolvidos em seu âmbito de atuação.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Os dados do Censo SUAS 2012 possibilitaram mapear as características da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito estadual, considerando suas atribuições, estratégias e ações para prestar apoio técnico e financeiro aos municípios.

Com relação à gestão administrativa, o estado de São Paulo possui uma secretaria exclusiva da área de Assistência, com departamentos, coordenações e 26 subdivisões administrativas descentralizadas⁶. Dentro da estrutura administrativa da Secretaria, é possível encontrar como setores formalmente estabelecidos as áreas de Monitoramento e Avaliação, Gestão do SUAS e Gestão Financeira e Orçamentária. Por outro lado, existem ainda como setores “informais”: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Programa Bolsa Família, Gestão dos Benefícios Assistenciais e Vigilância Socioassistencial. A Gestão do Trabalho ainda não foi constituída, formal ou informalmente, como setor específico na secretaria.

GESTÃO DO SUAS

Em relação à existência de Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS), o estado de São Paulo possui e atualiza de 4 em 4 anos, sendo a última atualização efetuada em 2011. No entanto, menos da metade das deliberações das Conferências Estaduais foram incorporadas nele.

Quanto aos instrumentos da Política de Assistência Social, em âmbito estadual, regulamentados por mecanismo legal através de Lei Estadual destacam-se: o Conselho Estadual de Assistência Social, o Fundo Estadual de Assistência Social, Projetos e programas de assistência social e a Concessão de isenção fiscal para entidades de assistência social.

Pelo mecanismo de Portarias Estaduais, existem os Critérios de repasses de recursos para municípios, os Critérios de repasses de recursos para entidades e a Comissão Intergestores Bipartite - CIB que, por sua vez, aprova em regime de Resolução o Plano Estadual de Assistência Social.

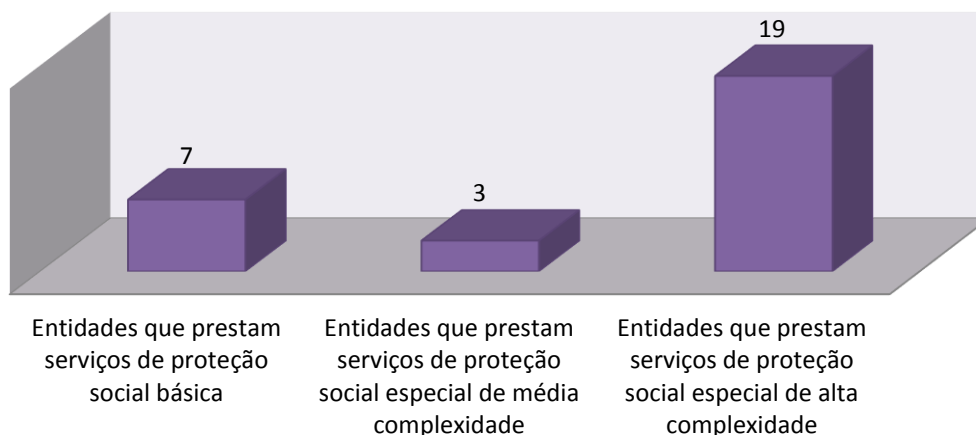
Vários instrumentos ainda não foram objeto de regulamentação, com destaque para a Política Estadual de Assistência Social e, ainda, os Critérios de concessão e prestação de benefícios eventuais, Critérios e modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais e os Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social.

⁶ Denominadas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Com relação aos serviços socioassistenciais das proteções sociais Básica, Especial de Média e Especial de Alta Complexidade, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS não executa diretamente. Já com relação a convênios com entidades para prestação dos referidos serviços, a SEDS informou que nesse período possuía convênios com 29 entidades, conforme divisão apresentada no Gráfico 1, abaixo.

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE ENTIDADES QUE RECEBEM RECURSOS DA SEDS POR CONVÊNIO, DE ACORDO COM O NÍVEL DE PROTEÇÃO DO SERVIÇO OFERTADO.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

No estado de São Paulo, existem dois programas de Transferência de Renda já regulamentados por lei estadual, geridos com recursos próprios, de forma constante e destinados a um público específico. Esses programas estão sob a gestão do Órgão Gestor da Assistência Social e são denominados “Renda Cidadã” e “Ação Jovem”.

Tanto o pagamento do benefício do Programa Renda Cidadã como do Programa Ação Jovem não estão atrelados ao Programa Bolsa Família do Governo Federal. Ainda em relação a benefícios socioassistenciais, o governo estadual não realiza a concessão de Benefícios Eventuais da assistência social.

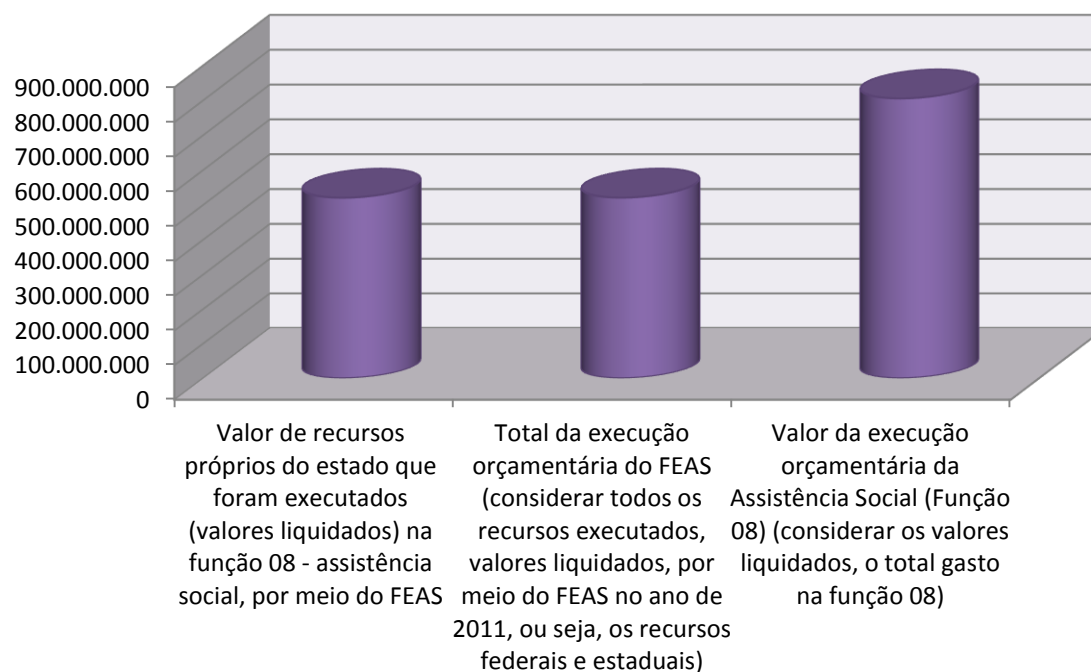
GESTÃO FINANCEIRA

Em relação à gestão financeira, o estado de São Paulo dispõe de Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, o qual possui CNPJ próprio (como Matriz) e é unidade orçamentária. De acordo com os dados do Censo SUAS, no ano de 2011 a SEDS apresentou bimestralmente ao Conselho Estadual de Assistência Social relatórios de execução física e financeira das ações de assistência social.

Os recursos financeiros para a Gestão Estadual da Política de Assistência Social foram os demonstrados no Gráfico 2 e nota-se que, em 2011, o valor de recursos próprios do estado que foram executados (valores liquidados) na função 08 - assistência social por meio do FEAS foi de R\$520.691.920,00 que correspondem a 64,6% do valor da execução orçamentária da Assistência Social ou, ainda, 0,36% do valor

total da execução orçamentária do Estado, sendo que as conferências de assistência social estipulam que este último seja ao menos 5%.

GRÁFICO 2: VALORES UTILIZADOS PELO ESTADO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ESTADO DE SÃO PAULO, em 2011.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Quanto ao apoio técnico e financeiro aos municípios, o estado de São Paulo realiza cofinanciamento aos municípios por intermédio de convênios e das transferências fundo-a-fundo. O cofinanciamento é destinado às proteções sociais (Básica, Especial de Média e Especial de Alta Complexidade), mas não inclui os Benefícios Eventuais da assistência Social.

No ano de 2011, foram repassados R\$ 60.768.714,33 por meio de convênio e R\$ 150.246.711,20 por meio do fundo estadual para os fundos municipais como cofinanciamento da política de assistência social aos municípios paulistas, totalizando R\$ 211.015.425,53. A Tabela 1 demonstra o quantitativo de municípios, de acordo com o tipo de cofinanciamento e por proteção cofinanciada.

TABELA 1: CARACTERÍSTICAS DO COFINANCIAMENTO DESTINADO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

SERVIÇOS	Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio
Total de Municípios cofinanciados	643	643	346
Cofinanciamento destinado aos Serviços de Proteção Social Básica	643	643	346
Cofinanciamento destinado aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	298	298	0
Cofinanciamento destinado aos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	321	321	0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

GESTÃO DO TRABALHO

Em relação ao número de trabalhadores que compõem a gestão estadual⁷, os que possuem ensino superior são 439 (ou 52% do total), sendo que, destes 266 tem vínculo estatutário (aproximadamente 61%). Destaca-se, ainda, que os trabalhadores com ensino médio estão em maior número nos cargos comissionados e, por outro lado, aqueles que possuem o ensino fundamental tem vínculo estatutário na sua totalidade.

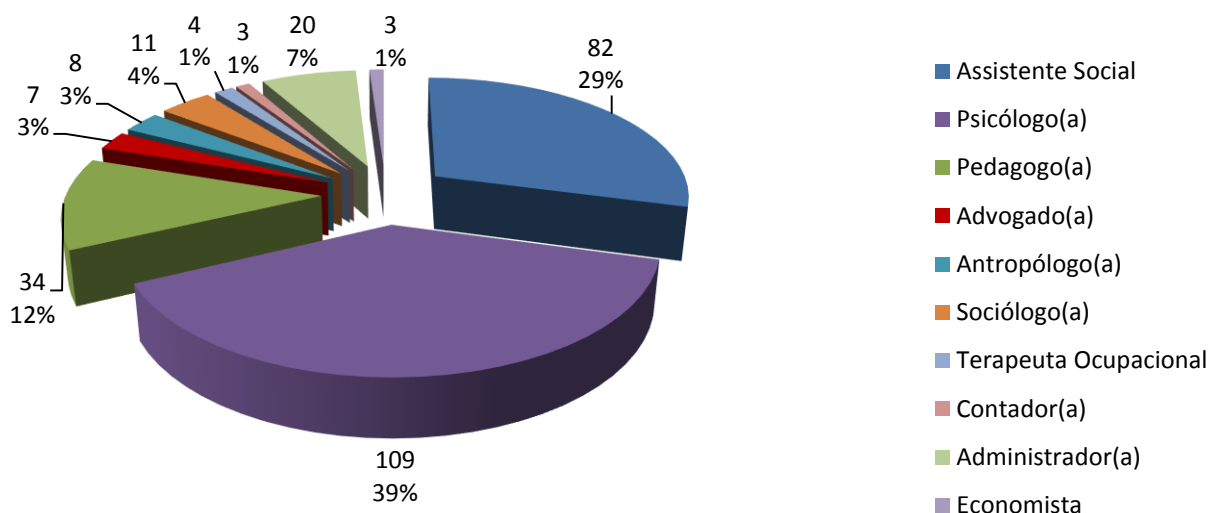
TABELA 2: QUANTIDADE DE TRABALHADORES LOTADOS NA SEDE DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (E NAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS) DE ACORDO COM VÍNCULO E ESCOLARIDADE – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.

Escolaridade	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Estatutário	Comissionado	Estatutário	Comissionado	Estatutário	Comissionado
Vínculo Empregatício						
Total por vínculo	159	0	119	127	266	173
Total por escolaridade	159		246		439	
Total de trabalhadores	844					

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Dentre os trabalhadores que possuem nível superior, 281 (ou 64% do total apresentado na Tabela anterior) enquadravam-se em áreas de formação específicas listadas no Censo SUAS, e estão distribuídos no Gráfico 3. As formações que aparecem em maior quantidade são psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e administradores, respectivamente.

GRÁFICO 3: QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS, DE NÍVEL SUPERIOR, SEGUNDO ÁREAS DE FORMAÇÃO – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Com relação às capacitações para trabalhadores estaduais, no ano de 2011 foram capacitados na modalidade presencial aproximadamente 364 trabalhadores. Outra informação importante é que no ano de 2011 não foi realizado concurso público para contratação de trabalhadores para a Secretaria Estadual

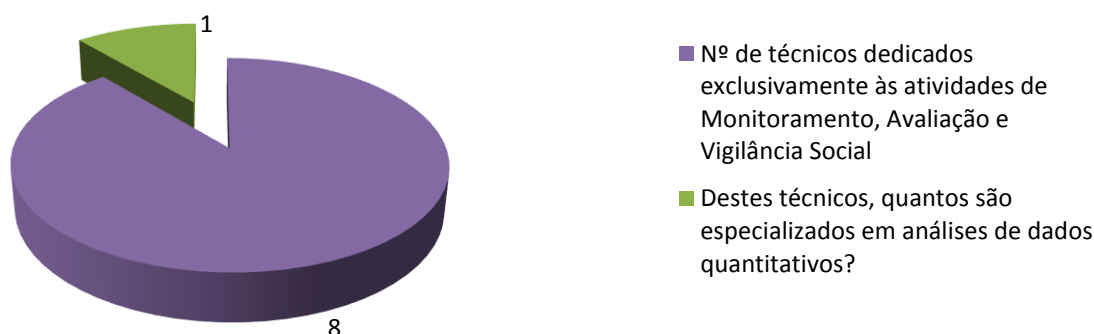
⁷ Aqui só são considerados, portanto, os trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS e nas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.

de Assistência Social e que, de acordo com a resposta ao Censo SUAS, seu quadro de trabalhadores foi considerado pouco adequado, mas suficiente para o exercício das suas atribuições e responsabilidades⁸.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Segundo o Censo SUAS a Secretaria possui 8 técnicos dedicados exclusivamente às atividades de Monitoramento, Avaliação e Vigilância Social e destes, apenas 1 é especializado em análise de dados quantitativos. Entretanto, ainda não é feito planejamento anual das atividades de monitoramento.

GRÁFICO 4: QUANTIDADE DE TÉCNICOS DEDICADOS EXCLUSIVAMENTE ÀS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E VIGILÂNCIA SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Outro dado capaz de complementar a informação sobre a vigilância socioassistencial é o que concerne à disseminação das informações produzidas pelas áreas. Verifica-se que os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados para outros setores da Secretaria, do Governo estadual, técnicos-gestores municipais, Conselhos e Comissão Intergestores Bipartite – CIB mas não é disseminado para a rede socioassistencial.

A Secretaria de Desenvolvimento Social utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de assistência social no estado, os quais permitem registrar repasses de recursos, unidades da rede socioassistencial pública, unidades da rede socioassistencial privada, dentre outros como: monitorar os Programas de Transferência de Renda Estaduais, sistematizar as informações dos 645 Planos Municipais de Assistência Social (PMASweb), monitorar o cadastro das entidades beneficentes da área e instituições públicas do Estado de São Paulo (sistema Pró Social módulo Instituições). Por outro lado, os sistemas da Secretaria ainda não permitem registrar as situações de violação de direitos, as prestações de contas, a execução física/atendimentos, gerir o orçamento e automatizar a transferência fundo-a-fundo.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB

Conforme constante do Censo SUAS, a Comissão Intergestores Bipartite – CIB no estado de São Paulo possui regimento interno, sendo que sua última atualização ocorreu no ano de 2006. As reuniões da CIB ocorrem com periodicidade mensal, mas no ano de 2011 foram realizadas 7 reuniões. Já no ano de 2012, de acordo com levantamento do Censo, a CIB já havia realizado 5 reuniões em seu primeiro semestre.

⁸ Para este quesito, as opções apresentadas pelo Censo SUAS eram, pela ordem: Plenamente adequado e suficiente; Muito adequado e suficiente; Razoavelmente adequado e suficiente; Pouco adequado e suficiente; e Muito pouco adequado e suficiente.

Conforme demonstrado na Tabela 3, os membros que compõem a CIB, entre titulares e suplentes somam o total de 15 representantes, sendo que 6 deles representam o órgão gestor estadual e os demais são gestores municipais indicados pela Frente Paulista (COEGEMAS).

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DA CIB DE ACORDO COM A REPRESENTAÇÃO DO PORTE DOS MUNICÍPIOS E REPRESENTAÇÃO ESTADUAL.

Representação Estadual e de acordo com o Porte dos Municípios	Representação	
	Quantidade de Titulares	Quantidade de Suplentes
Representantes da Gestão Estadual	3	3
Representantes de Municípios de Pequeno Porte I	0	0
Representantes de Municípios de Pequeno Porte II	2	1
Representantes de Municípios de Médio Porte	1	1
Representantes de Municípios de Grande Porte	2	2
Representantes de Metrópoles/Capitais	0	0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

CONSELHOS MUNICIPAIS

CONSELHOS MUNICIPAIS

Antes de apresentarmos os resultados do Censo 2012, cabem algumas contextualizações sobre a importância e o papel desempenhado por tais Conselhos.

Na Constituição Federal de 1988, artigo 204, II é estabelecida como diretriz na área de assistência social a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Desta maneira, o processo de participação da população na política de assistência social é instituído na legislação ao menos há 26 anos.

Percorrendo as demais legislações que foram regulamentando a política pública de assistência social, verificamos que a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) de 1993, em seus artigos 9 e 10 estabelece as responsabilidades dos conselhos municipais de assistência social na inscrição para o funcionamento das entidades e organizações da área e também na aprovação dos planos para a celebração de convênios com os entes federados. Também, são mencionados os conselhos no artigo 22 que trata da regulamentação da concessão, do valor e dos critérios e prazos dos benefícios eventuais, e no artigo 24 são tratados os programas como ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos pelos respectivos conselhos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços.

Na redação dada à Loas pela Lei nº 12.435 de 2011 foram mantidos os artigos 9, 10 e 22 com algumas modificações no que se refere à função do conselho, e o artigo 24 se manteve integralmente. Além disso, foram acrescentados diversos tópicos no artigo 6 que apresentam os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a organização da forma descentralizada e participativa que integra os entes federativos, os respectivos conselhos de assistência social bem como as entidades e organizações da área. O artigo 12-A, § 4 descreve o apoio financeiro da União para o aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Suas, para a utilização no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social e o percentual dos recursos transferidos deverá ser gasto com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, na forma fixada pelo ente federal, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza a servidor público.

Já o artigo 13 define, entre outros, que os Estados destinarão recursos financeiros para os Municípios para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelo respectivo Conselho, e o artigo 16 formaliza que as instâncias deliberativas do Suas são os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e, desta maneira, são vinculados ao órgão gestor para sua devida manutenção e garantia de despesas.

Na Norma Operacional Básica (NOB) SUAS de 2012 foram detalhadas as funções dos conselhos de assistência social. Chama a atenção o artigo 6 que trata dos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS, inciso XI, garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares, potencializando práticas participativas. No artigo 32, além da responsabilidade pela deliberação acerca do planejamento para o alcance das metas de aprimoramento do SUAS, o §2º dispõe que deve ser publicado em diário oficial ou jornal de grande circulação a resolução do respectivo

conselho de assistência social referente à aprovação ou revisão do planejamento para alcance de metas. Outra atribuição está no artigo 40, §2º tratando do acompanhamento da execução dos Planos de Providências pelos respectivos conselhos de assistência social e pelo Estado quanto aos seus Municípios e pelos respectivos conselhos de assistência social e pela União quanto aos Estados e Distrito Federal; no artigo 42, o descumprimento do Plano de Providências e de Apoio pelos Estados, Distrito Federal e Municípios será comunicado aos respectivos conselhos e acarretará a aplicação de medidas administrativas pela União na forma a ser definida em norma específica.

Por fim, a NOB SUAS 2012 pontua ainda, entre seus vários artigos, sobre o papel dos conselhos de assistência social na orientação e controle do Fundo de Assistência Social; na deliberação sobre critérios transparentes de partilha de recursos; na deliberação do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais que levará em consideração informações e cruzamento de indicadores, a partir da análise global das situações que demandem esforço concentrado de financiamento, para o atendimento das prioridades nacionais e estaduais pactuadas nas Comissões Intergestoras Tripartite e Bipartite; que para as prioridades municipais ocorrerão debates e deliberações no âmbito dos conselhos locais; na deliberação para equalização e universalização da cobertura, a partir de diagnósticos e planejamentos intraurbanos e regionais; que os conselhos têm papel estratégico no SUAS de agentes participantes da formulação, avaliação, controle e fiscalização da política, desde o seu planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas e dos recursos destinados às ações a serem desenvolvidas, e que é responsabilidade dos conselhos a discussão de metas e prioridades orçamentárias, no âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, podendo para isso realizar audiências públicas.

Conhecendo melhor as atribuições definidas para as atividades dos conselhos entende-se a importância de verificar como estes estão se efetivando na defesa da política pública de assistência social no Estado de São Paulo. Assim, em 2012, dos 645 municípios do Estado, 570 responderam ao questionário “Conselho de Assistência Social” e afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social⁹, conforme distribuição constante da Tabela 1.

TABELA 1: CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR PORTE DO MUNICÍPIO

	Quantidade de Municípios	Quantidade de Conselhos	%
Pequeno I	401	338	84
Pequeno II	120	110	92
Médio	49	48	98
Grande	72	71	99
Metrópole	3	3	100
Estado	645	570	88

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

⁹ Consultando o sistema PMAS – Plano Municipal de Assistência Social da SEDS, nos anos de 2013 e 2014 todos os 645 municípios do estado declararam possuir Conselho Municipal de Assistência Social.

LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Quanto ao instrumento legal que criou o conselho, 558 foram criados por lei, 8 por decreto, 2 por portaria e 2 por outro instrumento.

Entre os conselhos municipais, 77,5% possuem regimento interno, número pouco abaixo do resultado nacional, que chegou a 82,6%. Com relação aos assuntos que o regimento interno aborda e detalha, de acordo com o rol de opções relacionado, a frequência é apresentada no Gráfico 1. Embora o resultado seja muito similar ao verificado nacionalmente, dois aspectos podem ser destacados: se de um lado as atribuições da Secretaria Executiva do conselho apresentam frequência de 71,2% no estado de São Paulo, contra 82,3% em nível nacional, por outro a periodicidade das reuniões do Plenário é verificada em 93,2% dos casos no estado, contra 77,3% em nível nacional.

GRÁFICO 1: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO CONTEÚDOS QUE O REGIMENTO INTERNO ESPECIFICA E DETALHA

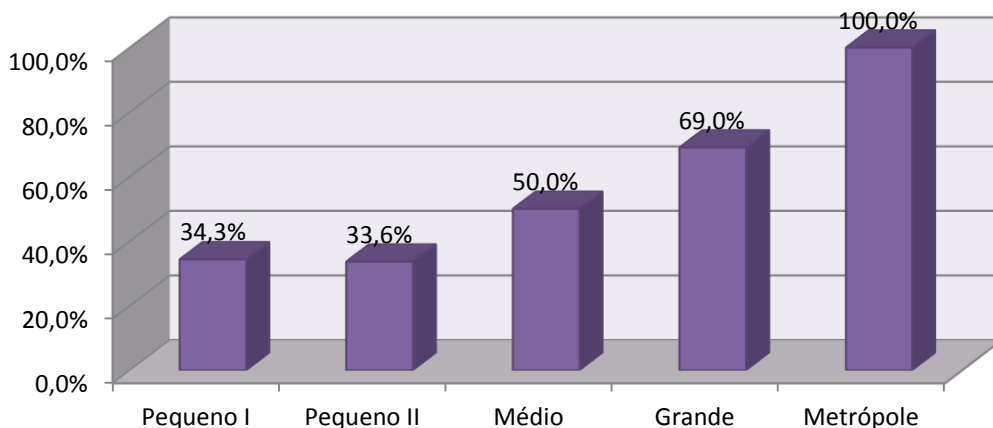


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO

Em 2012, 229 conselhos (40,2% do total) possuíam na lei orçamentária previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento, sendo que, destes, os municípios de pequeno porte eram os que, percentualmente, menos possuíam tal previsão (Gráfico 2).

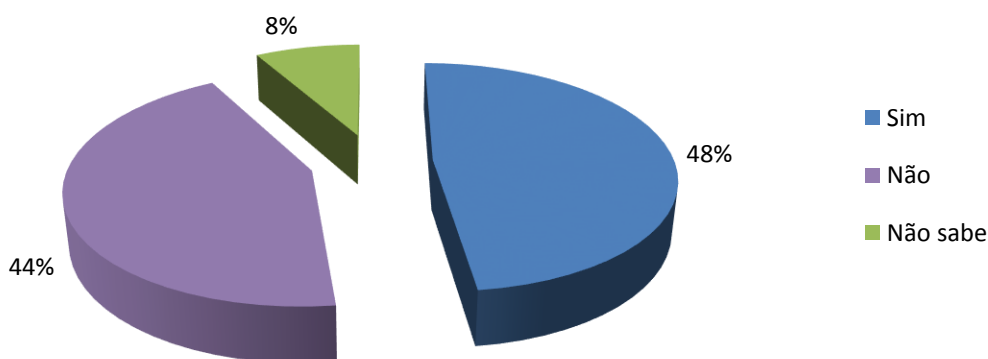
GRÁFICO 2: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE POSSUEM PREVISÃO DE RECURSOS ESPECÍFICOS DO ÓRGÃO GESTOR DESTINADOS À MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO NA LEI ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Os Índices de Gestão Descentralizada do SUAS e do Programa Bolsa Família (PBF) foram criados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e são instrumentos de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais (IGD-SUAS) e do PBF (IGD-PBF). Eles são utilizados como critério para repasse de recursos (quanto maior o índice, maior o repasse), sendo destinados inclusive ao apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social, conforme Decreto Nº 7.636/2011, observado o percentual mínimo de 3% fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No caso do IGD-PBF, esse recurso somente é repassado ao conselho quando este é a instância de controle social do PBF e do Cadastro Único. Em 2012, 274 (48%) conselhos fizeram uso desses recursos para custear suas despesas (Gráfico 3).

GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE CONSELHOS QUE FAZEM USO DOS 3% DOS ÍNDICES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD-BOLSA FAMÍLIA E IGD-SUAS) PARA CUSTEAR DESPESAS DE SEU FUNCIONAMENTO



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Em 2012, dos 570 conselhos existentes no Estado, 289 (50,7%) possuíam local/sede específico para seu funcionamento, enquanto 281 (49,3%) não possuíam. Quanto aos equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades (Tabela 2), a quase totalidade dos conselhos possuía telefone de uso compartilhado (91,4%) e material de escritório (95,8%), enquanto pelo menos a metade informou possuir fax (50%), veículo de uso compartilhado (72,3%), máquina copiadora (58,1%) e impressora

(84,2%). Os recursos menos presentes eram telefone de uso exclusivo (11,2%), veículo de uso exclusivo (1,2%) e filmadora (6,5%).

TABELA 2: EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
Telefone de uso exclusivo do Conselho	64	11,2
Telefone de uso compartilhado	521	91,4
Material de escritório	546	95,8
Equipamento de som	181	31,8
Televisão (TV)	219	38,4
DVD/Vídeo Cassete	168	29,5
Fax	285	50,0
Datashow	280	49,1
Máquina Fotográfica	260	45,6
Veículo de uso exclusivo	7	1,2
Veículo de uso compartilhado	412	72,3
Acervo bibliográfico	147	25,8
Máquina Copiadora	331	58,1
Filmadora	37	6,5
Impressora	480	84,2

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Com relação à quantidade de computadores, em 2012, quase a totalidade dos Conselhos (98,9%) possuía computadores com acesso à internet, de uso exclusivo ou compartilhado (Tabela 3). Dentre os que não possuíam, 3 eram de municípios pequeno porte I, 2 de pequeno porte II e 1 de médio porte.

TABELA 3: COMPUTADORES DE USO DO CONSELHO (EXCLUSIVOS E COMPARTILHADOS) COM ACESSO A INTERNET

	Quantidade de computadores	Quantidade de conselhos	%
0		6	1,1
1		227	39,8
2		139	24,4
3		97	17,0
4		51	8,9
5		17	3,0
De 6 a 10		29	5,1
Mais de 10		4	0,7
Total		570	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

SECRETARIA EXECUTIVA

No Estado de São Paulo, em 2012, 357 conselhos (62,6% do total) possuíam secretaria executiva, sendo que, destes, 15 (4,2%) declararam não possuir uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo e, dentre os 342 designados, 67 (19,6%) trabalhavam exclusivamente no conselho. A escolaridade do responsável pela secretaria executiva pode ser verificada na Tabela 4 e o instrumento de formalização do cargo de Secretário(a) Executivo(a) na Tabela 5.

TABELA 4: ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA EXECUTIVA

	Quantidade de conselhos	%
Nível Fundamental Completo	0	0,0
Nível Médio Completo	35	10,2
Nível Superior Completo	249	72,8
Pós-graduação completa	58	17,0
Total	342	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

TABELA 5: O CARGO SECRETÁRIO(A) EXECUTIVO(A) DO CONSELHO ESTÁ FORMALIZADO POR MEIO DE:

	Quantidade de conselhos	%
Decreto	57	16,0
Lei	36	10,1
Não está formalizado	83	23,2
Outro Instrumento	48	13,4
Portaria	133	37,3
Total	357	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Em relação ao período de funcionamento dos conselhos em dias na semana, as maiores frequências verificadas no estado foram de 1 dia (30,4% dos casos) e 5 dias na semana (59,8% dos casos). Comparando-se com os dados nacionais, o resultado foi de 38,8% e 47%, respectivamente.

A maioria dos conselhos (71,2%) informou que realiza reuniões ordinárias mensalmente, sendo que em 518 (90,9%) todas as reuniões são registradas em ata (apenas 1 conselho declarou não registrar nenhuma reunião em ata). Assim como no cenário nacional, os principais responsáveis pela guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações do conselho são o secretário executivo (272 ou 47,7%), o presidente do conselho (148 ou 26,0%) ou funcionário da Secretaria de Assistência Social (129 ou 22,6%). Quanto à forma que o conselho publiciza suas atas, 429 (75,3%) as disponibilizam no conselho em local de livre acesso para a população usuária, apenas 16 (2,8%) divulgam no site do conselho e 126 (22,1%) informaram que não publicizam. A Tabela 6 mostra todas as formas relatadas para publicização das atas.

TABELA 6: FORMA EM QUE AS ATAS DO CONSELHO SÃO PUBLICIZADAS

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
Não são publicizadas	126	22,1
Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária	429	75,3
São enviados aos Conselheiros e/ou suas entidades	64	11,2
São enviados às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho	6	1,1
São enviados aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho	4	0,7
São enviados às organizações e entidades de trabalhadores do setor que não estão representadas no conselho	3	0,5
Disponibilizados no site do Conselho	16	2,8
Em Boletins produzidos pela área de assistência social	10	1,8

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Dentre os 570 municípios que possuem conselho, 535 declararam possuir Plano Municipal de Assistência Social e 526 que o conselho deliberou sobre o referido Plano. Ainda sobre as deliberações do conselho, 408 declararam que o conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2012.

A Tabela 7 mostra que a maioria dos conselhos (396 ou 69,5%) fiscalizam a rede socioassistencial pública e privada do SUAS sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, 126 (22,1%) apenas a rede socioassistencial pública, 28 (4,9%) apenas a rede socioassistencial privada e 20 (3,5%) não fiscalizam.

TABELA 7: O CONSELHO FISCALIZA OS SERVIÇOS?

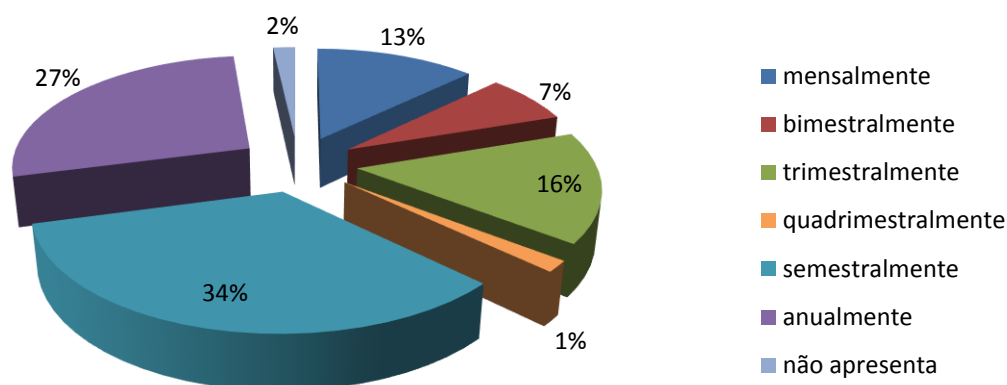
	Quantidade de conselhos	%
Não fiscaliza	20	3,5
Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS	396	69,5
Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS	28	4,9
Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS	126	22,1
Total	570	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Dentre os 550 conselhos que fiscalizam a rede socioassistencial, 342 (62,2%) têm planejamento das fiscalizações realizadas anualmente e 208 (37,8%) fiscalizam somente mediante denúncia. Quanto à forma de realização da fiscalização, 93 (16,9%) fazem por meio de visitas, 66 (12,%) por meio de análise de relatórios e 391 (71,1%) por ambas as formas.

Quando solicitado, 560 (98,2%) dos conselhos têm disponibilizada, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, informação detalhada e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo Fundo. O Gráfico 4 apresenta a frequência com que o gestor apresenta ao conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social.

GRÁFICO 4: FREQUÊNCIA COM QUE O GESTOR APRESENTA AO CONSELHO O RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

A maioria dos conselhos aprecia e emite parecer sobre o Plano de Ação Municipal de Assistência Social (553 ou 97%), o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro (547 ou 96%), referente à prestação de contas, e os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do Fundo de

Assistência Social (498 ou 87,4%). Além disso, 398 conselhos (69,8% do total) deliberam sobre os critérios de repasse de recursos para entidades.

Quanto ao Programa Bolsa Família, a maioria dos conselhos é a Instância de Controle Social do programa (380 ou 66,7%) e 442 (77,5%) fiscalizam e acompanham sua execução. 47 conselhos (8,2%) têm a eles vinculada a comissão de erradicação do trabalho infantil. Com relação ao acompanhamento dos processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB e da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, 100 (17,5%) conselhos acompanham com regularidade, 286 (50,2%) acompanham sem regularidade e 184 (32,3%) não acompanham. O cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social é conhecido e acompanhado por 374 (65,5%) conselhos.

A Tabela 8 mostra que a maioria dos municípios (468 ou 82,1%) não possui fórum de discussão do SUAS, enquanto apenas outros 102 (17,9%) possuem.

TABELA 8: EXISTÊNCIA DE ALGUM FÓRUM DE DISCUSSÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO

	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fórum de entidades de Assistência Social	22	3,9	548	96,1
Fórum de Trabalhadores da Assistência Social	35	6,1	535	93,9
Fórum de Usuários da Assistência Social	19	3,3	551	96,7
Fórum de Assistência Social, com participação de múltiplos segmentos	65	11,4	505	88,6
Não há Fórum de discussão do SUAS no município	468	82,1	102	17,9

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Pouco mais da metade dos conselhos não têm um canal de recebimento de denúncias (293 ou 51,4%) e muitos ainda não realizam ações como recebimento de denúncias (310 ou 54,4%), reuniões ampliadas (227 ou 39,8%), reuniões descentralizadas (417 ou 73,2%), ações de mobilização social (289 ou 50,7%) e visitas nas unidades da rede socioassistencial (46 ou 8,1%). A Tabela 9 mostra a frequência de realização dessas ações.

TABELA 9: FREQUÊNCIA COM QUE O CONSELHO RECEBE E/OU REALIZA AS SEGUINTE AÇÕES

		Nunca	Anual	Semestral	Mensal	Diária	Total
		Quant.	310	110	82	43	25
Recebe denúncia	%	54,4	19,3	14,4	7,5	4,4	100,0
Realiza reuniões ampliadas (com participação de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	Quant.	227	168	80	95	0	570
	%	39,8	29,5	14,0	16,7	0,0	100,0
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	Quant.	417	83	47	22	1	570
	%	73,2	14,6	8,2	3,9	0,2	100,0
Realiza ações de mobilização social	Quant.	289	186	74	17	4	570
	%	50,7	32,6	13,0	3,0	0,7	100,0
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Quant.	46	159	236	115	14	570
	%	8,1	27,9	41,4	20,2	2,5	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Em 2012, eram 4305 entidades com inscrição nos conselhos que responderam ao Censo, sendo em média 8 por conselho. Dentre as ações empreendidas pelos Conselhos de Assistência Social dos Municípios no

que tange aos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas e projetos/benefícios socioassistenciais, tem-se que 340 (59,6%) conselhos regulamentaram, por meio de resolução própria a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, 172 (30,2%) já tinham estabelecido, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos e 434 (76,1%) acompanhavam a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho.

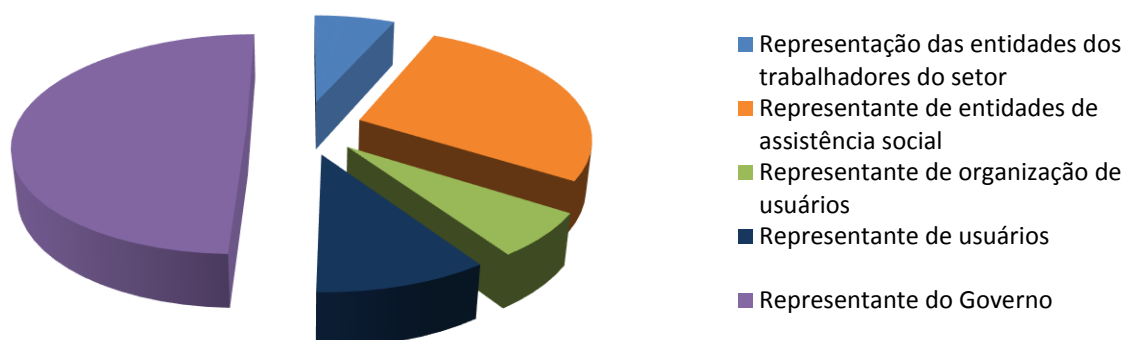
Questionados sobre o acompanhamento das deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social, 498 conselhos (87,4% do total) informaram realizar tal acompanhamento. Por outro lado, 12,6% (72 conselhos) responderam negativamente a questão.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

O tempo de mandato de 521 (91,4%) Conselhos é de 2 anos, podendo o conselheiro ser reconduzido por igual período ao do mandato por uma única vez em 429 (75,3%) dos Conselhos, por 2 vezes em 101 (17,7%) e 3 ou mais vezes em 7 (1,2%), não tendo sido estabelecido regra de recondução no regimento nem na lei de criação do Conselho em 33 casos (5,8%). Em 559 (98,1%) Conselhos o Presidente e Vice-presidente são eleitos em suas reuniões plenárias, tendo alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil em 430 (75,4%) dos conselhos.

Os representantes da sociedade civil são eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim em 332 (58,2%) conselhos, indicados pelo poder público em 72 (12,6%) e uma combinação dos dois métodos em 166 (29,1%). No caso do segmento de usuários, em 413 (72,5%) conselhos os representantes de organizações de usuários têm direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil e em 254 (44,6%) o próprio usuário. O Gráfico 5 mostra que a maioria dos representantes da sociedade civil são de entidades de assistência social. Já com relação à representação governamental, as principais áreas presentes são assistência social, saúde e educação (Tabela 10).

GRÁFICO 5: QUANTIDADE DE CONSELHEIROS POR REPRESENTAÇÃO



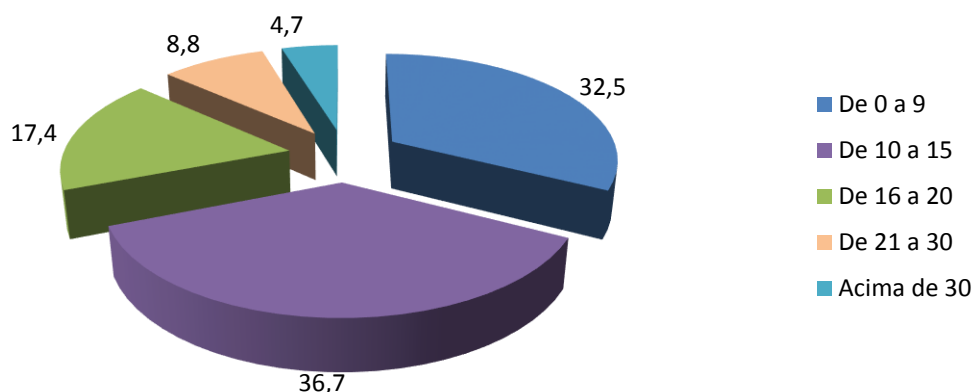
Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

TABELA 10: ÁREAS QUE COMPÕEM A REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
Assistência Social	566	99,3
Saúde	557	97,7
Educação	550	96,5
Trabalho e Emprego	52	9,1
Fazenda	160	28,1
Habilitação	44	7,7
Outra	338	59,3
Total	2267	397,7

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Em 2012, eram ao todo 5.202 os conselheiros titulares, sendo em média 9,1 por conselho, e 5.173 os suplentes, sendo que a maioria dos conselhos (69,1%) possuía entre 0 e 15 conselheiros, considerando o total de conselheiros em atuação (presidente, vice-presidente, titulares e suplentes), conforme Gráfico 6.

GRÁFICO 6: QUANTIDADE DE CONSELHEIROS EM ATUAÇÃO

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

Quanto à escolaridade, 4.755 (62,0%) conselheiros possuíam ensino superior completo, considerando também os que possuem pós-graduação, e 2.161 (28,2%) ensino médio completo, considerando também os que possuíam superior incompleto (Tabela 11).

TABELA 11: QUANTIDADE DE CONSELHEIROS POR ESCOLARIDADE

	Quantidade de conselheiros	%
Sem escolaridade	7	0,1
Ensino Fundamental Incompleto	269	3,5
Ensino Fundamental Completo	345	4,5
Ensino Médio Incompleto	134	1,7
Ensino Médio Completo	1764	23,0
Ensino Superior Incompleto	397	5,2
Ensino Superior Completo	4448	58,0
Especialização	242	3,2
Mestrado	52	0,7
Doutorado	13	0,2
Sem informação	2	0,0
Total	7673	100

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012.

CONSELHO ESTADUAL

CONSELHO ESTADUAL

Os conselhos estaduais são uma das instâncias de controle social e de deliberação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e devem zelar pela aplicação das normas e resoluções da política pública. E, pelo princípio da descentralização, tem papel de assessoramento junto aos conselhos municipais em parceria com o Conselho Nacional.

No conjunto das questões apresentadas no Censo SUAS 2012, se tem uma noção geral de como está organizado o Conselho Estadual e a sua atuação frente ao estabelecido pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Norma Operacional Básica (NOB) SUAS 2012.

LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO

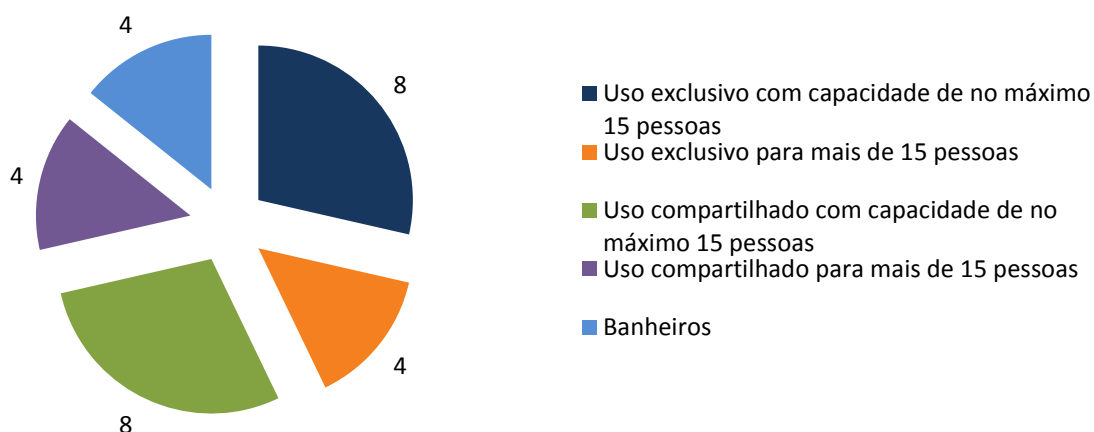
Segundo o Censo SUAS 2012, o Conselho Estadual é estabelecido por lei e foi criado em 1995, tem regimento interno e nele estão especificadas as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho, o processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil e da Presidência e Vice-Presidência, os trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos, a periodicidade das reuniões do Plenário e das reuniões das Comissões, as orientações sobre como serão publicadas as decisões do Plenário e os temas que devem ser regulados por meio de Resolução do Conselho.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO

Na lei orçamentária de 2012, de acordo com o Censo, existia previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do Conselho e o uso dos 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) é voltado para o custeio de despesas para o funcionamento do conselho.

Em relação ao local/sede específica para o funcionamento do conselho, foi identificado que no mesmo prédio funcionam outros conselhos. Em relação ao espaço físico, verifica-se a existência de recepção e de salas exclusivas e compartilhadas, conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE SALAS PARA USO DO CONSELHO POR FORMA DE USO E CAPACIDADE



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

Os equipamentos e materiais disponíveis, em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades do conselho, em 2012, eram: telefone de uso exclusivo; material de escritório; equipamento de som; televisão; DVD/vídeo cassete; fax; datashow; máquina fotográfica; acervo bibliográfico; máquina copidora; impressora e 10 computadores de uso exclusivo com acesso a internet.

SECRETARIA EXECUTIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Na secretaria executiva estavam lotados 6 funcionários em 2012, havendo uma pessoa designada ocupando o cargo de Secretário Executivo do Conselho, com cargo formalizado por meio de decreto e trabalhando exclusivamente no conselho.

No ano de 2011 foram realizadas 12 reuniões e todas foram registradas em ata. A guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações do Conselho fica na responsabilidade do secretário executivo. São métodos utilizados para tornar público para a sociedade as atas do Conselho Estadual, o envio dessas para os conselheiros e/ou suas entidades, a disponibilização no site do Conselho e publicação em diário oficial de todas as deliberações e /ou resoluções.

Sobre as deliberações realizadas pelo Conselho Estadual foi afirmado que foram relativas ao plano de assistência social e à proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2012. O Conselho, também declarou que fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial pública e privada do SUAS, por meio de visitas e análise de relatórios, e ainda, estas fiscalizações têm um planejamento anual para a sua realização.

O Conselho Estadual aprecia e emite parecer sobre o plano de ação estadual da assistência social, o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeiro (prestação de contas) e os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do fundo de assistência social. Também delibera sobre os critérios de repasse de recursos para municípios.

O Conselho declarou que possui responsabilidades como instância de controle social do Programa Bolsa Família, fiscaliza e acompanha sua execução. Acompanha ainda os processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social.

Os “Fóruns”¹⁰ de discussão do SUAS, existentes no estado de São Paulo, indicados pelo Conselho Estadual foram: o dos Trabalhadores da Assistência Social e o de Assistência Social, com participação de múltiplos segmentos.

Dentre as informações declaradas pelo conselho, destaca-se que existe um canal para recebimento de denúncias entre outras atividades e ações demonstradas na Tabela 1 na qual são observadas também a periodicidade das atuações.

¹⁰ De acordo com o questionário do Censo SUAS 2012 são espaços democráticos de discussão, não vinculados às estruturas do Poder Público, que congregam pessoas ou instituições em torno de um tema ou de um interesse comum.

TABELA 1: FREQUÊNCIA DAS ATIVIDADES E/OU AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.

Tipo de atividade/ação	Frequência
Recebe denúncia	Diariamente
Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	Semestralmente
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	Anualmente
Realiza ações de mobilização social	Semestralmente
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Semestralmente

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

No ano de 2011, alguns conselheiros estaduais fizeram curso de capacitação. No modelo presencial foi realizado pelo órgão gestor estadual, pelo órgão gestor federal e pelo próprio conselho, já no modelo a distância, foi oferecido pelos órgãos gestores estadual e federal.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

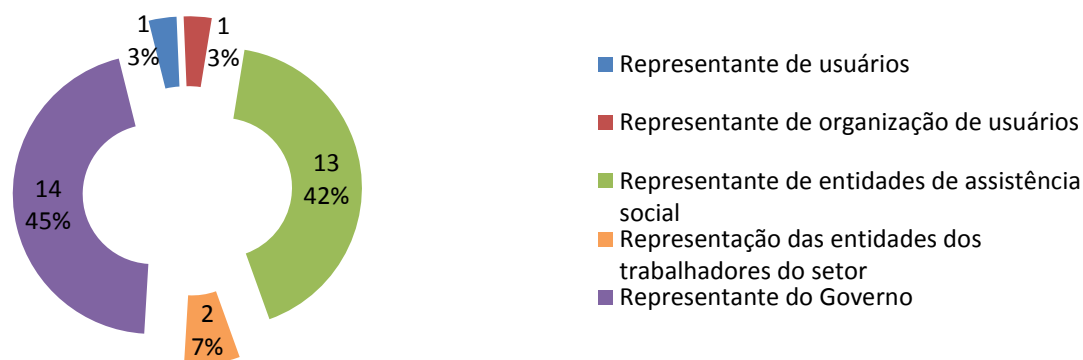
O tempo de mandato dos conselheiros é de 3 anos, podendo haver recondução por igual período de mandato por uma única vez. O presidente e vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária, e é feita alternância na presidência entre os representantes do governo e da sociedade civil.

Os representantes da sociedade civil são eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim. Chama atenção que para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil são somente os representantes e organizações de usuários.

Os representantes do governo do Estado de São Paulo são das seguintes áreas: Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Habitação, Secretaria de Economia e Planejamento, Secretaria da Justiça, Universidade Pública, Assembleia Legislativa e outros não especificados.

A composição total do conselho, conforme o Censo, corresponde a 48 conselheiros, sendo que 24 são titulares e 24 são suplentes. A distribuição por tipo de representação está identificada no Gráfico 2.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE CONSELHEIROS POR TIPO DE REPRESENTAÇÃO NO CONSELHO ESTADUAL – ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012.

As comissões que integram o Conselho Estadual são: de normas, de política, de financiamento, de acompanhamento de conselhos, de ética e do Programa Bolsa Família.

ANEXOS

ANEXO A – TABELAS GESTÃO MUNICIPAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados agregados do Censo SUAS 2012 - **Questionário da Gestão Municipal** para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

IDENTIFICAÇÃO

Porte SUAS_população 2010

	Quantidade de unidades*	%	Quantidade de Municípios	% de municípios que possuem Conselho
Pequeno I	365	60,1	401	91,0
Pequeno II	120	19,8	120	100,0
Médio	48	7,9	49	98,0
Grande	71	11,7	72	98,6
Metrópole	3	0,5	3	100,0
Estado de São Paulo	607	100,0	645	94,1

* Número de Municípios que responderam o Censo SUAS 2012.

BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

q1_De acordo com a estrutura administrativa do município o órgão gestor da assistência social caracteriza-se como

	Quantidade de unidades	%
Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social	459	75,6
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais	28	4,6
Fundação Pública	1	0,2
Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	112	18,5
Setor subordinado a outra secretaria	7	1,2
Total	607	100,0

q2 A que secretaria ou setor a assistência social está associada ou subordinada

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
q2_1_ Educação	4	9,1	11,4
q2_2_ Planejamento	2	4,5	5,7
q2_3_ Saúde	12	27,3	34,3
q2_4_ Habitação	5	11,4	14,3
q2_5_ Segurança Alimentar	5	11,4	14,3
q2_6_ Trabalho	6	13,6	17,1
q2_7_ Direitos Humanos	2	4,5	5,7
q2_8_ Outra	8	18,2	22,9
Total	44	100,0	125,7

q3 Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor

	Sim, na estrutura formal do órgão gestor		Sim, de maneira informal		Não constituída	
	Quant. Unidades	%	Quant. Unidades	%	Quant. Unidades	%
q3a_ Proteção Social Básica	87	14,3	147	24,2	373	61,4
q3b_ Proteção Social Especial	164	27,0	184	30,3	259	42,7
q3c_ Gestão Financeira e Orçamentária	156	25,7	181	29,8	270	44,5
q3d_ Gestão do Bolsa Família	70	11,5	158	26,0	379	62,4
q3e_ Gestão de Benefícios Assistenciais	133	21,9	148	24,4	326	53,7
q3f_ Gestão do SUAS	129	21,3	143	23,6	335	55,2
q3g_ Gestão do Trabalho	276	45,5	142	23,4	189	31,1
q3h_ Regulação do SUAS	210	34,6	155	25,5	242	39,9
q3i_ Vigilância Social	217	35,7	193	31,8	197	32,5
q3j_ Monitoramento e Avaliação	127	20,9	210	34,6	270	44,5

q4_A gestão do Cadastro Único (CadÚnico) para os programas sociais, no município, é realizado pelo órgão gestor da Assistência Social?

	Quantidade de unidades	%
Não	71	11,7
Sim	536	88,3
Total	607	100,0

q5_Caso não, qual o órgão responsável pelo cadastramento único para os programas sociais do governo federal?

	Quantidade de unidades	%
Educação	5	7,0
Outro	64	90,1
Saúde	2	2,8
Total	71	100

q6_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no município?

	Quantidade de unidades	%
Não	489	80,6
Sim	118	19,4
Total	607	100

q7_ O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?

	Quantidade de unidades	%
Não	1	0,2
Sim	606	99,8
Total	607	100

q8_ Qual é a Instância de Controle Social - ICS do Programa Bolsa Família (PBF) no município?

	Quantidade de unidades	%
Conselho de outra Política	9	1,5
Instância/comitê exclusivo do Programa Bolsa Família (PBF)	190	31,3
O próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS	408	67,2
Total	607	100,0

q9_ Informe a existência e vinculação administrativa dos demais Conselhos Municipais abaixo relacionados:

	q9_1_ Informe a existência dos demais Conselhos Municipais abaixo relacionados				q9_2_ Informe a existência de vinculação administrativa dos demais Conselhos Municipais ao Órgão Gestor da Assistência Social			
	Sim		Não		Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente	607	100,0	0	0	490	80,7	117	19,3
Conselho Municipal de Direitos do Idoso	434	71,5	173	28,5	370	61,0	64	10,5
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência	181	29,8	426	70,2	122	20,1	59	9,7
Conselho Municipal de Direitos da Mulher	102	16,8	505	83,2	66	10,9	36	5,9
Conselho Municipal de Segurança Alimentar	276	45,5	331	54,5	94	15,5	182	30,0

q10_ Existe Conselho Tutelar no município?

	Quantidade de unidades	%
Sim	607	100

q11 Caso sim, informe:

	%
q11_1_Quantidade de Conselhos Tutelares existentes no município	860
q11_2_Quantidade total de Conselheiros	3.582

q12_O Conselho Tutelar é vinculado administrativamente ao Órgão Gestor da Assistência Social?

	Quantidade de unidades	%
Não	259	42,7
Sim	348	57,3
Total	607	100

BLOCO 3 - GESTÃO DO SUAS**q14_ Existe Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS?**

	Quantidade de unidades	%
Não	543	89,5
Sim	64	10,5
Total	607	100

q1D15_ Ano da Lei Municipal que regulamenta o SUAS

	Quantidade de unidades	%
Até 1993	1	1,6
De 1994 a 1997	18	28,1
De 1998 a 2004	7	10,9
De 2005 a 2010	26	40,6
De 2011 a 2012	12	18,8
Total	64	100

q16_ Existe algum tipo de parceria entre a Secretaria de Assistência Social e o Ministério Público ou Poder Judiciário ou Defensoria Pública?

	Quantidade de unidades	%
Não	212	34,9
Sim	395	65,1
Total	607	100

q17_ O município possui Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social?

	Quantidade de unidades	%
Não	12	2,0
Sim	595	98,0
Total	607	100

q18_ Com que frequência o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é atualizado?

	Quantidade de unidades	%
Mais de uma vez por ano	143	31,6
Anualmente	433	95,8
Bienalmente	8	1,8
De quatro em quatro anos	10	2,2
Mais de quatro anos	1	0,2
Total	452	100

q19_ Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)?

	Quantidade de unidades	%
2007	1	0,2
2009	4	0,7
2010	7	1,2
2011	118	19,4
2012	465	76,6
Total	595	98,0

q20_ Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social -SEAS o município recebeu?

	Quantidade de unidades	%
Nenhuma	93	15,3
Uma	72	11,9
Duas	147	24,2
Três ou mais	295	48,6
Total	607	100,0

q21 Temas sobre os quais os municípios receberam orientações e apoio técnico no decorrer da(s) visita(s) técnica(s) realizada(s) pelo estado

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q21_1_ Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc)	240	6,5	46,7
q21_2_ Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	269	7,3	52,3
q21_3_ Elaboração de Relatório de Gestão	191	5,2	37,2
q21_4_ Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	154	4,2	30,0
q21_5_ Fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social	267	7,2	51,9
q21_6_ Integração dos serviços e benefícios	185	5,0	36,0
q21_7_ Fortalecimento do Conselho Municipal	172	4,7	33,5
q21_8_ Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	326	8,8	63,4
q21_9_ Gestão dos serviços socioassistenciais	291	7,9	56,6
q21_10_ Metodologias de trabalho social com famílias	189	5,1	36,8
q21_11_ Regulamentação dos benefícios eventuais	86	2,3	16,7
q21_12_ Gestão de benefícios eventuais	95	2,6	18,5
q21_13_ Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	169	4,6	32,9
q21_14_ Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)	183	5,0	35,6
q21_15_ Gestão do Programa Bolsa Família	177	4,8	34,4
q21_16_ Gestão do trabalho	122	3,3	23,7
q21_17_ Metodologias de monitoramento e avaliação	261	7,1	50,8
q21_18_ Implantação da Vigilância Social	92	2,5	17,9
q21_19_ Outros	224	6,1	43,6
Total	3.693	100	718,5

q22_ Nos últimos 12 meses, quantas vezes os técnicos ou gestores municipais da assistência social participaram de atividades de orientação e apoio técnico promovido pelo Estado?

	Quantidade de unidades	%
Nenhuma vez	21	3,5
Uma vez	32	5,3
Duas ou três vezes	176	29,0
Quatro a seis vezes	159	26,2
Mais de seis vezes	219	36,1
Total	607	100,0

BLOCO 4 - GESTÃO FINANCEIRA

q23_O município possui Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)?

	Quantidade de unidades	%
Não Possui	0	0,0
Sim, implantado	593	97,7
Sim, em fase de implantação	14	2,3
Total	607	100,0

q24_ Que instrumento normativo instituiu o FMAS?

	Quantidade de unidades	%
Lei	580	95,6
Decreto	25	4,1
Portaria	2	0,3
Total	607	100,0

q25_O FMAS tem CNPJ próprio?

	Quantidade de unidades	%
Não possui	158	26,0
Sim, como Filial	59	9,7
Sim, como matriz	390	64,3
Total	607	100,0

q26_O FMAS é uma unidade orçamentária?

	Quantidade de unidades	%
Não	23	3,8
Sim	584	96,2
Total	607	100,0

q27_Os serviços socioassistenciais custeados com recursos próprios do município são registrados no FMAS?

	Quantidade de unidades	%
Não, os recursos próprios do município não são registrados no FMAS	53	8,7
Sim, a maior parte dos recursos próprios são registrados no FMAS	107	17,6
Sim, a menor parte dos recursos próprios são registrados no FMAS	21	3,5
Sim, a metade dos recursos próprios são registrados no FMAS	4	0,7
Sim, a totalidade dos recursos próprios são registrados no FMAS	422	69,5
Total	607	100,0

q28_O ordenador de despesa do FMAS é?

	Quantidade de unidades	%
O Prefeito	265	43,7
O Secretário(a) Municipal de Assistência Social	207	34,1
Outro funcionário da Secretaria de Assistência Social	31	5,1
Secretário ou técnico de outra área	104	17,1
Total	607	100,0

q29_No ano de 2011 com que frequência o órgão gestor apresentou ao Conselho Municipal de Assistência Social o relatório de execução dos Serviços Socioassistenciais custeados com recursos do FMAS:

	Quantidade de unidades	%
Não apresentou	13	2,1
Mensalmente	57	9,4
Bimestralmente	57	9,4
Trimestralmente	106	17,5
Quadrimestralmente	13	2,1
Semestralmente	205	33,8
Anualmente	156	25,7
Total	607	100,0

q30_Atualmente o município recebe recursos estaduais para o cofinanciamento da Assistência Social?

	Quantidade de unidades	%
Não recebe	3	0,5
Sim, fundo-a-fundo	446	73,5
Sim, por convênio e fundo-a-fundo	132	21,7
Sim, via convênio	26	4,3
Total	607	100,0

q31_O órgão gestor municipal faz transferência de recursos por convênio para ONGs ou Entidades de Assistência Social no município?

	Quantidade de unidades	%
Não	226	37,2
Sim, com recursos de outras fontes	24	4,0
Sim, com recursos do FMAS e de outras fontes	139	22,9
Sim, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	218	35,9
Total	607	100,0

BLOCO 5 - GESTÃO DO TRABALHO

q33_ O órgão gestor municipal da assistência social tem Mesa de Negociação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), instalada em seu âmbito, conforme previsto na Norma Operacional Básica do SUAS - NOB-RH/SUAS?

	Quantidade de unidades	%
Não	595	98,0
Sim	12	2,0
Total	607	100,0

q34_ Ano de instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito:

	Quantidade de unidades	%
2007	2	16,7
2008	1	8,3
2009	3	25,0
2010	4	33,3
2012	2	16,7
Total	12	100,0

q35_ O órgão gestor municipal da assistência social tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) implantado?

	Quantidade de unidades	%
Não	560	92,3
Sim	47	7,7
Total	607	100,0

q36_ Qual o ano da última atualização deste PCCS?

	Quantidade de unidades	%
2006	1	2,1
2007	4	8,5
2008	2	4,3
2009	3	6,4
2010	6	12,8
2011	15	31,9
2012	16	34,0
Total	47	100,0

q37 Quantidade de trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor (e nas administrações regionais, caso existam) de acordo com vínculo e escolaridade

	Quantidade de trabalhadores lotados na sede
q37a_1_Estatutários - Ensino Fundamental	524
q37a_2_Estatutários - Ensino Médio	1.547
q37a_3_Estatutários - Ensino Superior	1.759
q37a_4_Estatutários - Total	3.830
q37b_1_Celetistas - Ensino Fundamental	274
q37b_2_Celetistas - Ensino Médio	924
q37b_3_Celetistas - Ensino Superior	835
q37b_4_Celetistas - Total	2.033
q37c_1_Somente Comissionados - Ensino Fundamental	102
q37c_2_Somente Comissionados - Ensino Médio	563
q37c_3_Somente Comissionados - Ensino Superior	845
q37c_4_Somente Comissionados - Total	1.510
q37d_1_Outros Vínculos - Ensino Fundamental	190
q37d_2_Outros Vínculos - Ensino Médio	591
q37d_3_Outros Vínculos - Ensino Superior	231
q37d_4_Outros Vínculos - Total	1.012
q37e_1_Total - Ensino Fundamental	1.090
q37e_2_Total - Ensino Médio	3.625
q37e_3_Total - Ensino Superior	3.670
q37e_4_Total - Total	8.385

q38 Quantidade total de trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social (considerando inclusive os trabalhadores lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais)

Quantidade total de trabalhadores da SMAS	
q38a_1_Estatutários - Ensino Fundamental	1.997
q38a_2_Estatutários - Ensino Médio	5.016
q38a_3_Estatutários - Ensino Superior	6.174
q38a_4_Estatutários - Total	13.189
q38b_1_Celetistas - Ensino Fundamental	1.034
q38b_2_Celetistas - Ensino Médio	2.924
q38b_3_Celetistas - Ensino Superior	2.639
q38b_4_Celetistas - Total	6.435
q38c_1_Somente Comissionados - Ensino Fundamental	272
q38c_2_Somente Comissionados - Ensino Médio	1.261
q38c_3_Somente Comissionados - Ensino Superior	1.637
q38c_4_Somente Comissionados - Total	3.170
q38d_1_Outros Vínculos - Ensino Fundamental	874
q38d_2_Outros Vínculos - Ensino Médio	2.201
q38d_3_Outros Vínculos - Ensino Superior	1.007
q38d_4_Outros Vínculos - Total	4.082
q38e_1_Total - Ensino Fundamental	4.177
q38e_2_Total - Ensino Médio	11.402
q38e_3_Total - Ensino Superior	11.376
q38e_4_Total - Total	26.953

q39 Quantidade de profissionais, de nível superior, segundo áreas de formação

Quantidade de profissionais de nível superior	
q39a_Assistente Social	5073
q39b_Psicólogo(a)	1779
q39c_Pedagogo(a)	1155
q39d_Advogado(a)	350
q39e_Antropólogo(a)	2
q39f_Sociólogo(a)	57
q39g_Terapeuta Ocupacional	53
q39h_Contador(a)	78
q39i_Administrador(a)	407
q39j_Economista	28
q39k_Economista Doméstico	5

q40 Total de trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social que possuem deficiência

Total de trabalhadores da SMAS	
q40_1_Deficiência motora	133
q40_2_Deficiência visual	49
q40_3_Deficiência auditiva	29
q40_4_Deficiência intelectual	15
q40_5_Deficiência múltipla	12

q41_1 Quantidade total de trabalhadores de nível médio da Assistência Social, segundo a função de apoio Gestão

	Quantidade total de trabalhadores
q41a_1_Auxiliar Administrativo -	2543
q41b_1_Auxiliar de Contabilidade -	78
q41c_1_Auxiliar de Informática -	140
q41d_1_Digitador -	345
q41e_1_Recepcionista -	781
q41f_1_Secretário(a)/Assistente -	254
q41g_1_Telefonista/Operador de Call Center -	116
q41h_1_Office Boy -	116
q41i_1_Motorista -	905
q41j_1_Segurança/Vigia -	281
q41k_1_Limpeza e Conservação -	1771
q41l_1_Copeira/Copeiro -	132
q41m_1_Cozinheira/Cozinheiro -	419
q41n_1_Outras funções relativas ao apoio administrativo -	1268

q41_2 Quantidade de trabalhadores de nível médio, lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor, segundo a função de apoio à Gestão

	Quantidade de trabalhadores
q41a_2_Auxiliar Administrativo - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	1176
q41b_2_Auxiliar de Contabilidade - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	62
q41c_2_Auxiliar de Informática - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	69
q41d_2_Digitador - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	200
q41e_2_Recepcionista - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	331
q41f_2_Secretário(a)/Assistente - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	160
q41g_2_Telefonista/Operador de Call Center - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	73
q41h_2_Office Boy - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	60
q41i_2_Motorista - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	473
q41j_2_Segurança/Vigia - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	45
q41k_2_Limpeza e Conservação - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	476
q41l_2_Copeira/Copeiro - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	27
q41m_2_Cozinheira/Cozinheiro - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	52
q41n_2_Outras funções relativas ao apoio administrativo - Trabalhadores lotados na área de Gestão na sede do Órgão Gestor	375

q41_3 Quantidade de trabalhadores de nível médio, lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social, segundo a função de apoio à Gestão

	Quantidade de trabalhadores de nível médio lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social
q41a_3_Auxiliar Administrativo - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	1416
q41b_3_Auxiliar de Contabilidade - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	20
q41c_3_Auxiliar de Informática - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	84
q41d_3_Digitador - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	167
q41e_3_Recepcionista - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	499
q41f_3_Secretário(a)/Assistente- Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	119
q41g_3_Telefonista/Operador de Call Center- Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	48
q41h_3_Office Boy - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	59
q41i_3_Motorista - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	441
q41j_3_Segurança/Vigia- Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	288
q41k_3_Limpeza e Conservação - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	1324
q41l_3_Copeira/Copeiro - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	107
q41m_3_Cozinheira/Cozinheiro - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	400
q41n_3_Otras funções relativas ao apoio administrativo - Trabalhadores lotados na área de Gestão das Unidades Públicas de Assistência Social	927

q42_1 Quantidade total de trabalhadores de nível médio da Assistência Social, segundo a função de apoio às atividades técnicas

	Quantidade de trabalhadores de nível médio
q42a_1_Orientador Social, Monitor - Quantidade total	1512
q42b_1_Facilitador de Oficinas - Quantidade total	796
q42c_1_Cadastrador - Quantidade total	718
q42d_1_Cuidador Social - Quantidade total	490
q42e_1_Educador - Quantidade total	483
q42f_1_Otras funções relativas ao apoio às atividades técnica - Quantidade total	697

q42_2 Quantidade total de trabalhadores de nível médio, lotados na sede do Órgão Gestor, segundo a função de apoio às atividades técnicas

	Quantidade de trabalhadores de nível médio lotados na sede do Órgão Gestor
q42a_2_Orientador Social, Monitor - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	146
q42b_2_Facilitador de Oficinas - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	116
q42c_2_Cadastrador - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	350
q42d_2_Cuidador Social - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	32
q42e_2_Educador - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	33
q42f_2_Otras funções relativas ao apoio às atividades técnica - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor	258

q42_3 Quantidade total de trabalhadores de nível médio, lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social, segundo a função de apoio às atividades técnicas

	Quantidade de trabalhadores de nível médio lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social
q42a_3_Orientador Social, Monitor - Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social	1427
q42b_3_Facilitador de Oficinas - Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social	722
q42c_3_Cadastrador - Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social	403
q42d_3_Cuidador Social - Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social	466
q42e_3_Educador - Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social	470
q42f_3_Otras funções relativas ao apoio às atividades técnica - Trabalhadores lotados nas Unidades Públicas de Assistência Social	522

q43_1 Quantidade de municípios que realizaram concurso público, no ano de 2011, para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio)

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q43a_1_Nível Superior - Realizou Concurso?	125	20,6	482	79,4
q43b_1_Nível Médio - Realizou Concurso?	67	11,0	540	89,0

q43_2 Quantidade de vagas ofertadas pelos concursos para a contratação de trabalhadores (nível superior ou médio), realizados pelos municípios no ano de 2011

	Quantidade de vagas
q43a_2_Nível Superior - Quantidade de Vagas	421
q43a_4_Nível Superior - Quantidade de trabalhadores que tomaram posse	494

q43_4 Quantidade de trabalhadores que tomaram posse em função dos concursos realizados pelos municípios, no ano de 2011, para a contratação de trabalhadores (nível superior ou médio)

	Quantidade de trabalhadores
q43a_2_Nível Superior - Quantidade de Vagas	421
q43a_4_Nível Superior - Quantidade de trabalhadores que tomaram posse	494

q44_No ano de 2011 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos presenciais de capacitação?

	Quantidade de unidades	%
Não	100	16,5
Sim	507	83,5
Total	607	100,0

q45 Ente(s) federado(s) que promoveu(eram) cursos presenciais de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social dos municípios

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q45_1_Realizado/promovido pelo município	193	22,3	38,1
q45_2_Realizado/promovido pelo gestor estadual	416	48,0	82,1
q45_3_Realizado/promovido pelo gestor federal (MDS)	258	29,8	50,9
Total	867	100,0	171,0

q46_ Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos presenciais?

Quantidade de trabalhadores	Quantidade de unidades que responderam
19.373	507

q47_No ano de 2011 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos à distância (EAD) de capacitação?

	Quantidade de unidades	%
Não	319	52,6
Sim	288	47,4
Total	607	100,0

q48 Ente(s) federado(s) que promoveu(eram) cursos à distância (EAD) de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social dos municípios

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q48_1_Realizado,promovido pelo município	16	4,4	5,6
q48_2_Realizado,promovido pelo gestor estadual	129	35,1	44,8
q48_3_Realizado,promovido pelo gestor federal (MDS)	222	60,5	77,1
Total	367	100,0	127,4

q50 Carga horária dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social no município

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
q50_1_cursos, capacitações com duração de no máximo 9 horas	191	25,0	36,0
q50_2_cursos, capacitações com duração entre 10 e 19 horas	152	19,9	28,7
q50_3_cursos, capacitações com duração entre 20 e 39 horas	197	25,8	37,2
q50_4_cursos, capacitações com duração entre 40 e 179 horas	187	24,4	35,3
q50_5_cursos, capacitações com duração entre 180 a 359 horas	24	3,1	4,5
q50_6_cursos, capacitações com duração de no mínimo 360 horas - cursos de Especialização lato sensu	14	1,8	2,6
Total	765	100,0	144,3

q51 Áreas temáticas dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
q51_1_Metodologias do trabalho social com famílias	263	9,3	49,6
q51_2_Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	207	7,3	39,1
q51_3_Atendimento a situações de violência e violação de direitos	139	4,9	26,2
q51_4_Atendimento à População em situação de Rua	57	2,0	10,8
q51_5_Atendimento a Pessoas com Deficiência	43	1,5	8,1
q51_6_Medidas Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei	210	7,4	39,6
q51_7_Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes	87	3,1	16,4
q51_8_Acolhimento (abrigo) de Idosos	31	1,1	5,8
q51_9_Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua	21	0,7	4,0
q51_10_Estrutura, normas e funcionamento do SUAS	260	9,1	49,1
q51_11_Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	143	5,0	27,0
q51_12_Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	410	14,4	77,4
q51_13_Bolsa Família	317	11,2	59,8
q51_14_Sistemas de Informação do SUAS	171	6,0	32,3
q51_15_Vigilância Socioassistencial	114	4,0	21,5
q51_16_Monitoramento e Avaliação	108	3,8	20,4
q51_17_Gestão do Território	81	2,8	15,3
q51_18_Álcool e Drogas	136	4,8	25,7
q51_19_Outras	45	1,6	8,5
Total	2.843	100,0	536,4

BLOCO 6 - GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

q52a Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52a_1_No CRAS	553	91,1	54	8,9
q52a_2_Não realiza	54	8,9	553	91,1

q52b Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52b_1_Na própria sede do órgão gestor	22	3,6	585	96,4
q52b_2_No CRAS	225	37,1	382	62,9
q52b_3_Em outra unidade pública	73	12,0	534	88,0
q52b_4_Em entidade conveniada	72	11,9	535	88,1
q52b_5_Não realiza	265	43,7	342	56,3

q52c Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52c_1_Na própria sede do órgão gestor	60	9,9	547	90,1
q52c_2_No CRAS	263	43,3	344	56,7
q52c_3_Em outra unidade pública	217	35,7	390	64,3
q52c_4_Em entidade conveniada	196	32,3	411	67,7
q52c_5_Não realiza	68	11,2	539	88,8

q52d Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52d_1_Na própria sede do órgão gestor	74	12,2	533	87,8
q52d_2_No CRAS	394	64,9	213	35,1
q52d_3_Em outra unidade pública	107	17,6	500	82,4
q52d_4_Em entidade conveniada	127	20,9	480	79,1
q52d_5_Não realiza	88	14,5	519	85,5

q52e Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para idosos

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52e_1_Na própria sede do órgão gestor	71	11,7	536	88,3
q52e_2_No CRAS	351	57,8	256	42,2
q52e_3_Em outra unidade pública	208	34,3	399	65,7
q52e_4_Em entidade conveniada	129	21,3	478	78,7
q52e_5_Não realiza	44	7,2	563	92,8

q52f Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52f_1_Na própria sede do órgão gestor	41	6,8	566	93,2
q52f_2_No CRAS	183	30,1	424	69,9
q52f_3_Em outra unidade pública	47	7,7	560	92,3
q52f_4_Em entidade conveniada	63	10,4	544	89,6
q52f_5_Não realiza	327	53,9	280	46,1

q52g Unidade em que é ofertado Programas ou Projetos de Capacitação e Inclusão Produtiva

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52g_1_Na própria sede do órgão gestor	99	16,3	508	83,7
q52g_2_No CRAS	239	39,4	368	60,6
q52g_3_Em outra unidade pública	168	27,7	439	72,3
q52g_4_Em entidade conveniada	78	12,9	529	87,1
q52g_5_Não realiza	188	31,0	419	69,0

q52h Unidade em que é ofertado Programas ou Projetos de Inclusão Digital

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q52h_1_Na própria sede do órgão gestor	39	6,4	568	93,6
q52h_2_No CRAS	98	16,1	509	83,9
q52h_3_Em outra unidade pública	247	40,7	360	59,3
q52h_4_Em entidade conveniada	101	16,6	506	83,4
q52h_5_Não realiza	208	34,3	399	65,7

q53a Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q53a_1_No CREAS	182	30,0	425	70,0
q53a_2_Não realiza	425	70,0	182	30,0

q53b Unidade em que é ofertado o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q53b_1_Na própria sede do órgão gestor	73	12,0	534	88,0
q53b_2_No CREAS	109	18,0	498	82,0
q53b_3_Em outra unidade pública	40	6,6	567	93,4
q53b_4_Em entidade conveniada	64	10,5	543	89,5
q53b_5_Não realiza	385	63,4	222	36,6

q53c Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q53c_1_Na própria sede do órgão gestor	111	18,3	496	81,7
q53c_2_No CREAS	116	19,1	491	80,9
q53c_3_Em outra unidade pública	70	11,5	537	88,5
q53c_4_Em entidade conveniada	211	34,8	396	65,2
q53c_5_Não realiza	189	31,1	418	68,9

q53d Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q53d_1_Na própria sede do órgão gestor	350	57,7	257	42,3
q53d_2_No CREAS	165	27,2	442	72,8
q53d_3_Em outra unidade pública	43	7,1	564	92,9
q53d_4_Em entidade conveniada	60	9,9	547	90,1
q53d_5_Não realiza	28	4,6	579	95,4

q53e Serviço Especializado em abordagem social

	Sim		Não	
	Quant. Secretarias	%	Quant. Secretarias	%
q53e_1_Na própria sede do órgão gestor	147	24,2	460	75,8
q53e_2_No CREAS	111	18,3	496	81,7
q53e_3_Em outra unidade pública	38	6,3	569	93,7
q53e_4_Em entidade conveniada	25	4,1	582	95,9
q53e_5_Não realiza	325	53,5	282	46,5

q54_ Que serviços de proteção social especial de alta complexidade são ofertados pelo município?

Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos)	q54a_1_ Existe unidade pública ou entidade conveniada que oferte o serviço no município?		q54a_2_ Quantidade de Unidades Públicas	q54a_3_ Quantidade de vagas em Unidades Públicas	q54a_4_ Quantidade Unidades Conveniadas	q54a_5_ Quantidade de vagas em Unidades Conveniadas
	Sim	Não				
Para crianças e adolescentes	354	253	233	3573	638	10947
Para idosos	356	251	80	1550	788	17220
Para pessoas em situação de rua	111	496	43	1792	205	14331
Para pessoas com deficiência	87	520	10	1238	490	6962
Para mulheres vítimas de violência	37	570	17	253	56	510
Unidades de Acolhimento em República						
Para jovens (maiores de 18 anos)	11	596,0	4	45	17	119
Para adultos em processo de saída das ruas	13	594,0	22	35	19	364
Para idosos	13	594,0	9	113	6	147

D54_1 Total de Unidades de Acolhimento Institucional por público - Abrigos e Repúblicas (públicas e conveniadas)

Total de unidades de acolhimento	
D54_crianca_1_Total de unidades públicas e conveniadas para crianças e adolescentes - Abrigos	871
D54_idoso_1_Total de unidades públicas e conveniadas para idosos (Abrigos e Repúblicas)	868
D54_rua_1_Total de unidades públicas e conveniadas para pessoas em situação de rua (Abrigos e repúblicas)	248
D54_deficiencia_1_Total de unidades públicas e conveniadas para pessoas com deficiência - Abrigos	500
D54_mulher_1_Total de unidades públicas e conveniadas para mulheres vítimas de violência - Abrigos	73
D54_jovem_1_Total de unidades públicas e conveniadas para jovens (maiores de 18 anos) - República	21

D54_2 Total de vagas em Unidades de Acolhimento Institucional por público - Abrigos e Repúblicas (públicas e conveniadas)

Total de vagas	
D54_crianca_2_Total de vagas em unidades públicas e conveniadas para crianças e adolescentes - Abrigos	14520
D54_idoso_2_Total de vagas em unidades públicas e conveniadas para idosos - (Abrigos e Repúblicas)	18770
D54_rua_2_Total de vagas em unidades públicas e conveniadas para pessoas em situação de rua - (Abrigos e Repúblicas)	16123
D54_deficiencia_2_Total de vagas em unidades públicas e conveniadas para pessoas com deficiência - Abrigos	8200
D54_mulher_2_Total de vagas em unidades públicas e conveniadas para mulheres vítimas de violência - Abrigos	763
D54_jovem_2_Total de vagas em unidades públicas e conveniadas para jovens (maiores de 18 anos) - República	260

D54 Total de unidades de Acolhimento Institucional - Abrigos e Repúblicas (públicas e conveniadas)

Total de unidades (públicas e conveniadas)	
D54_2_total_Total de Unidades Públicas - Abrigos e Repúblicas	418
D54_4_total_Total de Unidades Conveniadas - Abrigos e Repúblicas	2219
D54_und_total_Total de Unidades de Acolhimento Institucional - Abrigos e Repúblicas (públicas e conveniadas)	2637

D54 Total de vagas em Unidades de Acolhimento Institucional

Total de vagas	
D54_3_total_Total de vagas em Unidades Públicas - Abrigos e Repúblicas	8599
D54_5_total_Total de vagas em Unidades Conveniadas - Abrigos e Repúblicas	50600
D54_vaga_total_Total de vagas em Unidades de Acolhimento Institucional - Abrigos e Repúblicas (públicas e conveniadas)	59199

q55_ O Órgão Gestor instituiu Central de Vagas para o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, destinada a monitorar as vagas de acolhimento, indicando o serviço que melhor atenda às necessidades específicas de cada caso?

	Quantidade de unidades	%
Não	548	90,3
Sim	59	9,7
Total	607	100,0

q56_ O município possui Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente?

	Quantidade de unidades	%
Não	549	90,4
Sim	58	9,6
Total	607	100,0

q57_ Caso sim, o Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é regulamentado por lei municipal?

	Quantidade de unidades	%
Não	13	22,4
Sim	45	77,6
Total	58	100,0

q58_ Em que ano o Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi implantado no município?

	Quantidade de unidades	%
1993	1	1,7
1996	1	1,7
1997	2	3,4
1998	2	3,4
2000	1	1,7
2001	1	1,7
2003	3	5,2
2004	1	1,7
2005	3	5,2
2006	3	5,2
2007	2	3,4
2008	2	3,4
2009	5	8,6
2010	10	17,2
2011	13	22,4
2012	8	13,8
Total	58	100,0

q59_ Existe repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras?

	Quantidade de unidades	%
Não	10	17,2
Sim	48	82,8
Total	58	100,0

q61_ Atualmente, quantas famílias aptas a receber as crianças, adolescentes com medidas protetivas estão cadastradas pelo Programa/Serviço?

Quantidade de famílias	Quantidade de respostas
523	58

q62_ Atualmente, quantas crianças/adolescentes estão sendo acolhidas por meio do Programa/Serviço de Família Acolhedora no município?

Quantidade de crianças/adolescentes	Quantidade de respostas
612	59

q63_ O Serviços/Programa possui equipe técnica formada por assistentes sociais e psicólogos para realizar atividades relacionadas ao cadastramento, preparação e acompanhamento das Famílias Acolhedoras?

	Quantidade de unidades	%
Não possui equipe técnica vinculada ao Programa/Serviço	8	13,8
Sim, possui equipe apenas com Assistente Social	9	15,5
Sim, possui equipe com Assistente Social e Psicólogo	41	70,7
Total	58	100,0

q64_ A Assistência Social do município tem articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil?

	Quantidade de unidades	%
Não	85	14,0
Não há Órgão de Defesa Civil no município	210	34,6
Sim	312	51,4
Total	607	100,0

q65_ A Assistência Social do município tem programa/serviço de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública?

	Quantidade de unidades	%
Não	282	46,5
Sim	325	53,5
Total	607	100,0

q66_ Nos últimos 12 meses a Assistência Social do Município necessitou abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública?

	Quantidade de unidades	%
Não	531	87,5
Sim	76	12,5
Total	607	100,0

q67_ Caso sim, indique a quantidade de pessoas desabrigadas que foram acolhidas em alojamentos provisórios nos últimos 12 meses

Quantidade de pessoas desabrigadas	Quantidade de respostas
3682	76

BLOCO 7 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS

q68_A Assistência social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

	Quantidade de unidades	%
Não	36	5,9
Sim	571	94,1
Total	607	100,0

q69 Ações relativas ao BPC que são desenvolvidas pela Assistência Social nos municípios

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q69_1_ Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS	560	15,3	98,1
q69_2_ Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais	534	14,6	93,5
q69_3_ Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso	542	14,8	94,9
q69_4_ Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e deficientes	304	8,3	53,2
q69_5_ Acompanhar o processo de concessão do BPC	392	10,7	68,7
q69_6_ Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no cadúnico	537	14,6	94,0
q69_7_ Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas, territorializadas, das famílias com beneficiários do BPC	386	10,5	67,6
q69_8_ Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais	415	11,3	72,7
Total	3670	100,0	642,7

q70_O órgão gestor municipal da Assistência Social concede benefícios eventuais?

	Quantidade de unidades	%
Não	38	6,3
Sim, centralizado na sede do órgão gestor	410	67,5
Sim, descentralizado nas unidades da rede socioassistencial	69	11,4
Sim, na sede do órgão gestor e nas unidades da rede socioassistencial	90	14,8
Total	607	100,0

q71 Benefícios Eventuais concedidos pelo Órgão Gestor municipal

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q71_1_ Auxílio Funeral	497	32,7	87,3
q71_2_ Auxílio Natalidade	200	13,2	35,1
q71_3_ Benefício Eventual para situação de calamidade pública	321	21,1	56,4
q71_4_ Outros benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária	501	33,0	88,0
Total	1519	100,0	267,0

q72_O município possui um programa PRÓPRIO de transferência de renda (transferência de recursos financeiros municipais de forma constante a um público específico)?

	Quantidade de unidades	%
Não	513	84,5
Sim	94	15,5
Total	607	100,0

q73_O Programa próprio de transferência de renda do município está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

	Quantidade de unidades	%
Não	7	7,4
Sim	87	92,6
Total	94	100,0

q74_ Existe lei municipal que regulamente o programa de transferência de renda do município?

	Quantidade de unidades	%
Não	7	7,4
Sim	87	92,6
Total	94	100,0

q75_ns_Quantas famílias receberam o benefício do programa de transferência de renda do município no último mês em que em que ele foi concedido? - Não sabe

	Quantidade de unidades	%
Informaram a quantidade	20	21,3
Não souberam informar	74	78,7
Total	94	100,0

BLOCO 8 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

q76 Atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial que são realizadas pelos Órgãos Gestores

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q76_1_Produção de indicadores ou análises relativas à demanda por serviços e benefícios socioassistenciais	186	5,1	30,6
q76_2_Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais	155	4,2	25,5
q76_3_Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos	97	2,7	16,0
q76_4_Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos	52	1,4	8,6
q76_5_Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CADÚnico	222	6,1	36,6
q76_6_Produção de indicadores ou análises baseados em microdados (dados dos setores censitários ou das áreas de ponderação) do Censo 2010 - IBGE	126	3,4	20,8
q76_7_Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município	196	5,4	32,3
q76_8_Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS	208	5,7	34,3
q76_9_Concepção de sistemas de informação	85	2,3	14,0
q76_10_Desenvolvimento de sistemas de informação	98	2,7	16,1
q76_11_Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos serviços	227	6,2	37,4
q76_12_Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada	349	9,5	57,5
q76_13_Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS	444	12,1	73,1
q76_14_Gestão local e atualização do CadSUAS - Sistema de Cadastro Nacional do SUAS	453	12,4	74,6
q76_15_Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS	420	11,5	69,2
q76_16_Fornecimento sistemático de informações territorializadas sobre as famílias do Cadastro Único para os CRAS e CREAS	282	7,7	46,5
q76_17_Não desenvolve nenhuma das atividades acima	58	1,6	9,6
Total	3658	100,0	602,6

q77_A organização da oferta de serviços socioassistenciais é planejada com base em diagnóstico territorial das necessidades e demandas da população?

	Quantidade de unidades	%
Não	93	15,3
Sim, para a maior parte dos serviços	292	48,1
Sim, para a menor parte dos serviços	43	7,1
Sim, para todos os serviços	179	29,5
Total	607	100,0

q78_O órgão gestor mantém registro centralizado dos casos de violação de direitos detectados, atendidos pela rede socioassistencial?

	Quantidade de unidades	%
Não	318	52,4
Sim	289	47,6
Total	607	100,0

q79 Situações de violência e violações de direitos que possuem registro centralizado

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
q79_1_Violência contra a mulher	115	11,3	39,8
q79_2_Violência contra idoso	144	14,2	49,8
q79_3_Negligência contra o idoso	194	19,1	67,1
q79_4_Violência sexual contra criança e adolescente	143	14,1	49,5
q79_5_Violência física contra criança e adolescente	131	12,9	45,3
q79_6_Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	267	26,3	92,4
q79_7_Outros	21	2,1	7,3
Total	1015	100,0	351,2

q80_O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social?

	Quantidade de unidades	%
Não	448	73,8
Sim	159	26,2
Total	607	100,0

q81 Funções desempenhadas pelos Sistemas informacionais utilizados para gerenciar a política de Assistência Social

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Secretarias responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q81_1_Registrar repasses de recursos para entidades	60	12,3	20,8
q81_2_Registrar prestação de contas das entidades	42	8,6	14,5
q81_3_Registrar execução física/atendimentos	120	24,6	41,5
q81_4_Registrar unidades de rede socioassistencial pública	73	15,0	25,3
q81_5_Registrar unidades da rede socioassistencial privada	58	11,9	20,1
q81_6_Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico dos usuários dos Serviços Socioassistenciais	114	23,4	39,4
q81_7_Outros	21	4,3	7,3
Total	488	100,0	168,9

BLOCO 9 – AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA

q82_ Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município (vocação, potencialidade, matéria prima, mercado e iniciativas existentes) que tenha sido realizado nos últimos 5 anos?

	Quantidade de unidades	%
Não	330	54,4
Não sabe	134	22,1
Sim	143	23,6
Total	607	100,0

q83_ Caso sim, qual o órgão municipal foi responsável pela elabora o do diagnóstico socioeconômico do município?

	Quantidade de unidades	%
Assistência Social	68	47,6
Fazenda	2	1,4
Outro �rg�o	30	21,0
Planejamento	29	20,3
Trabalho	14	9,8
Total	143	100,0

q84 As informa es do diagnóstico socioeconômico foram utilizadas para qual finalidade

	Respostas		Percentual em rela�o ao n� de Secretarias que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em rela�o ao n� total de respostas (%)	
q84_1_ Negociar com o Sistema S -Senai, Senac e Instituto Federal a oferta de vagas do PRONATEC	48	14,1	33,6
q84_2_ Direcionar a oferta de cursos de capacita�o e forma�o profissional realizados pela prefeitura	92	27,1	64,3
q84_3_ Forma�o de cooperativas	31	9,1	21,7
q84_4_ Estrutura�o de a�es para inclusão produtiva	63	18,5	44,1
q84_5_ A�es para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município	86	25,3	60,1
q84_6_ Nenhuma das op�es acima	20	5,9	14,0
Total	340	100,0	237,8

q85_ O governo municipal desenvolve a es, programas ou projetos de inclusão produtiva para gera o de trabalho e renda?

	Quantidade de unidades	%
Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social	103	17,0
Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais	40	6,6
Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais	326	53,7
Não desenvolve	110	18,1
Não sabe	28	4,6
Total	607	100,0

q86_ O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação profissional?

	Quantidade de unidades	%
Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social	90	14,8
Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais	60	9,9
Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais	362	59,6
Não desenvolve	75	12,4
Não sabe	20	3,3
Total	607	100,0

q88_ O seu município faz parte de algum Consórcio Público com Personalidade Jurídica de Direito Público, para estabelecer relações de cooperação federativa?

	Quantidade de unidades	%
Não faz parte de nenhum consórcio público com personalidade jurídica de Direito Público	265	43,7
Sim	75	12,4
Faz parte de outro tipo de consórcio	45	7,4
Não sabe	222	36,6
Total	607	100,0

q89_ O município desenvolveu projetos de geração de trabalho e renda em 2012?

	Quantidade de unidades	%
Não	274	45,1
Sim	333	54,9
Total	607	100,0

q90_ O município ofereceu cursos de qualificação profissional em 2011?

	Quantidade de unidades	%
Não	174	28,7
Sim	433	71,3
Total	607	100,0

q92_ O governo municipal tem algum programa,projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular?

	Quantidade de unidades	%
Sim, sob a coordenação da Assistência Social	32	5,3
Sim, sob a coordenação da Educação	264	43,5
Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal	51	8,4
Não possui	179	29,5
Não sabe	81	13,3
Total	607	100,0

q93_ O governo municipal tem algum programa,projeto específico para inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

	Quantidade de unidades	%
Sim, sob a coordenação da Assistência Social	34	5,6
Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal.	89	14,7
Não possui	391	64,4
Não sabe	93	15,3
Total	607	100,0

ANEXO B - TABELAS GESTÃO ESTADUAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados do Censo SUAS 2012 - **Questionário da Gestão Estadual** para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Variável	SP
q1_De acordo com a estrutura administrativa do estado a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como	Secretaria estadual exclusiva da área de Assistência Social
q3_A Secretaria Estadual da Assistência Social possui regimento interno?	Sim
q4_Qual o ano da última atualização do regimento interno?	2005
q5_Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura formal da Secretaria Estadual de Assistência Social:	
q5_1_Proteção Social Básica	Sim, de maneira informal
q5_2_Proteção Social Especial	Sim, de maneira informal
q5_3_Gestão do Bolsa Família	Sim, de maneira informal
q5_4_Gestão de Benefícios Assistenciais	Sim, de maneira informal
q5_5_Gestão do SUAS	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
q5_6_Gestão Financeira e Orçamentária	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
q5_7_Gestão do Trabalho	Não constituída
q5_8_Vigilância Social	Sim, de maneira informal
q5_9_Monitoramento e Avaliação	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
q6_A Secretaria Estadual de Assistência Social possui estruturas administrativas descentralizadas (escritórios regionais ou similares)?	Sim
q7_Quantos são os escritórios regionais (ou similares) da Assistência Social no Estado?	26

BLOCO 3 - GESTÃO DO SUAS

Variável	SP
q8_ Estado possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)	Sim
q9_ Com que frequência o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) é atualizado?	De quatro em quatro anos
q10_0 Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) com a respectiva aprovação pelo CEAS?	2011
q11_ O Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) incorpora as deliberações das Conferências Estaduais?	A menor parte das deliberações é incorporada ao PEAS
q12_ Instrumentos da Política de Assistência Social regulamentados, em âmbito estadual, por mecanismo legal:	
q12a_ Conselho Estadual de Assistência Social	Lei Estadual
q12b_ Fundo Estadual de Assistência Social	Lei Estadual
q12c_ Política Estadual de Assistência Social	Não regulamentado
q12d_ Plano Estadual de Assistência Social	Resolução da CIB
q12e_ Projetos e programas de assistência social	Lei Estadual
q12f_ Concessão de isenção fiscal para entidades de assistência social	Lei Estadual
q12g_ Critérios de repasses de recursos para municípios	Portaria Estadual
q12h_ Critérios de repasses de recursos para entidades	Portaria Estadual
q12i_ Critérios de concessão e prestação de benefícios eventuais	Não regulamentado
q12j_ Critérios e modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais	Não regulamentado
q12k_ Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social	Não regulamentado
q12l_ Comissão Intergestores Bipartite	Portaria Estadual
q12m_ Outros	Não regulamentado
q12_1_ Existe Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS?	Não
q12_2_ De que ano é a Lei?	NA
q12_3_ Qual o número da(s) Lei(s)?	NA

* NA: não se aplica

BLOCO 4 - REGIONALIZAÇÃO

Variável	SP
q13_A SEAS possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado?	Sim, possui estudo/diagnóstico do volume e localização da oferta de serviços de média e alta complexidade no estado
q14_A SEAS possui diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito existentes no estado?	Sim
q15_A SEAS possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial de média ou de alta complexidade?	Sim, para ambos
q16_O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial identifica municípios-sede para implantação de serviços regionais de média ou alta complexidade?	Sim, tanto para os serviços de média quanto de alta complexidade
q17_O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial abrange todo o território estadual?	Sim
q18_Parâmetros (ou referências) adotados para o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial no estado:	
q18_1_ Número de municípios na região	Não
q18_2_ Distância para deslocamento entre os municípios	Sim
q18_3_ Distribuição territorial da população	Não
q18_4_ Distribuição geográfica da incidência das situações de violação de direitos	Não
q18_5_ Malha Viária (Facilidade de Acesso)	Sim
q18_6_ Capacidade instalada dos potenciais municípios-sede	Sim
q18_7_ Comarcas existentes	Sim
q18_8_ Outros	Não
q19a_1_ Execução direta do estado dos serviços da proteção social especial - Média Complexidade	Não
q19a_2_ Execução direta do estado dos serviços da proteção social especial - Alta Complexidade	Não
q19b_1_ Repasse de recursos do estado para os municípios-sede - Média Complexidade	Sim
q19b_2_ Repasse de recursos do estado para os municípios-sede - Alta Complexidade	Sim
q19c_1_ Consórcio Público entre o estado e os municípios - Média Complexidade	Não
q19c_2_ Consórcio Público entre o estado e os municípios - Alta Complexidade	Sim
q19d_1_ Consórcio Público entre os municípios - Média Complexidade	Não
q19d_2_ Consórcio Público entre os municípios - Alta Complexidade	Não
q20_Caso deseje prestar informações adicionais sobre a oferta dos serviços de proteção social especial regionalizados, utilize este espaço	-
q21_O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB)?	Não
q22_Atualmente está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter regional de proteção social especial de média ou alta complexidade?	Sim, de alta complexidade
q23_O Serviço-unidade implantado está de acordo com o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial?	Sim

BLOCO 5 - SERVIÇOS

Variável	SP
q24_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço socioassistencial da Proteção Social Básica?	Não
q25_ Existe procedimento de transição destes serviços da proteção social básica para os municípios?	NA
q26_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço da proteção social especial de média complexidade?	Não

Variável	SP
q27_Serviços de proteção social de média complexidade executados pelo estado, por porte do município e tipo de serviço	
q27a_1_Pequeno porte I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI	NA
q27a_2_Pequeno porte I - Serviço Especializado em Abordagem Social	NA
q27a_3_Pequeno porte I - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	NA
q27a_4_Pequeno porte I - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	NA
q27a_5_Pequeno porte I - Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	NA
q27b_1_Pequeno porte II - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI	NA
q27b_2_Pequeno porte II - Serviço Especializado em Abordagem Social	NA
q27b_3_Pequeno porte II - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	NA
q27b_4_Pequeno porte II - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	NA
q27b_5_Pequeno porte II - Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	NA
q27c_1_Médio porte - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI	NA
q27c_2_Médio porte - Serviço Especializado em Abordagem Social	NA
q27c_3_Médio porte - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	NA
q27c_4_Médio porte - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	NA
q27c_5_Médio porte - Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	NA
q27d_1_Grande porte - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI	NA
q27d_2_Grande porte - Serviço Especializado em Abordagem Social	NA
q27d_2_Grande porte - Serviço Especializado em Abordagem Social	NA
q27d_3_Grande porte - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	NA
q27d_4_Grande porte - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	NA

q27d_5_Grande porte - Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	NA
q27e_1_Metrópole - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -PAEFI	NA
q27e_2_Metrópole - Serviço Especializado em Abordagem Social	NA
q27e_3_Metrópole - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	NA
q27e_4_Metrópole - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	NA
q27e_5_Metrópole - Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	NA
Variável	SP
q28_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço de proteção especial de alta complexidade?	Não
q29_Os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade executados pelo estado estão situados em municípios de qual porte?	
q29a_1_Para crianças e adolescentes - Pequeno Porte I	NA
q29a_2_Para crianças e adolescentes - Pequeno Porte II	NA
q29a_3_Para crianças e adolescentes - Médio Porte	NA
q29a_4_Para crianças e adolescentes - Grande Porte	NA
q29a_5_Para crianças e adolescentes - Metrópole	NA
q29b_1_Para idosos - Pequeno Porte I	NA
q29b_2_Para idosos - Pequeno Porte II	NA
q29b_3_Para idosos - Médio Porte	NA
q29b_4_Para idosos - Grande Porte	NA
q29b_5_Para idosos - Metrópole	NA
q29c_1_Para pessoas em situação de rua - Pequeno Porte I	NA
q29c_2_Para pessoas em situação de rua - Pequeno Porte II	NA
q29c_3_Para pessoas em situação de rua - Médio Porte	NA
q29c_4_Para pessoas em situação de rua - Grande Porte	NA
q29c_5_Para pessoas em situação de rua - Metrópole	NA
q29d_1_Para pessoas com deficiência - Pequeno Porte I	NA
q29d_2_Para pessoas com deficiência - Pequeno Porte II	NA
q29d_3_Para pessoas com deficiência - Médio Porte	NA
q29d_4_Para pessoas com deficiência - Grande Porte	NA
q29d_5_Para pessoas com deficiência - Metrópole	NA
q29e_1_Para mulheres vítimas de violência - Pequeno Porte I	NA
q29e_2_Para mulheres vítimas de violência - Pequeno Porte II	NA
q29e_3_Para mulheres vítimas de violência - Médio Porte	NA
q29e_4_Para mulheres vítimas de violência - Grande Porte	NA
q29e_5_Para mulheres vítimas de violência - Metrópole	NA
q29f_1_Para jovens -maiores de 18 anos - Pequeno Porte I	NA
q29f_2_Para jovens -maiores de 18 anos - Pequeno Porte II	NA
q29f_3_Para jovens -maiores de 18 anos - Médio Porte	NA
q29f_4_Para jovens -maiores de 18 anos - Grande Porte	NA
q29f_5_Para jovens -maiores de 18 anos - Metrópole	NA
q29g_1_Para adultos em processo de saída das ruas - Pequeno Porte I	NA
q29g_2_Para adultos em processo de saída das ruas - Pequeno Porte II	NA
q29g_3_Para adultos em processo de saída das ruas - Médio Porte	NA
q29g_4_Para adultos em processo de saída das ruas - Grande Porte	NA
q29g_5_Para adultos em processo de saída das ruas - Metrópole	NA
q29h_1_Para idosos - Pequeno Porte I	NA
q29h_2_Para idosos - Pequeno Porte II	NA

q29h_3_Para idosos - Médio Porte	NA
q29h_4_Para idosos - Grande Porte	NA
q29h_5_Para idosos - Metrópole	NA
q29i_1_Fam�lia Acolhedora - Pequeno Porte I	NA
q29i_2_Fam�lia Acolhedora - Pequeno Porte II	NA
q29i_3_Fam�lia Acolhedora - Médio Porte	NA
q29i_4_Fam�lia Acolhedora - Grande Porte	NA
q29i_5_Fam�lia Acolhedora - Metrópole	NA
Variável	SP
q30_A SEAS possui convênios com entidades para presta�o de serviços socioassistenciais?	
q30_1_N�o possui convênios celebrados com entidades	Não
q30_2_Sim, para serviços de prote�o social básica	Sim
q30_3_Sim, para serviços de prote�o social especial de média complexidade	Sim
q30_4_Sim, para serviços de prote�o social especial de alta complexidade	Sim
q31_Quantidade total de entidades que recebem recurso da Secretaria Estadual de Assistência Social por convênio	29
q32_Quantidade de unidades que recebem recurso da Secretaria Estadual através de convênio, por uf e tipo de prote�o do serviço ofertado	
q32_1_Entidades que prestam serviços de prote�o social básica	7
q32_2_Entidades que prestam serviços de prote�o social especial de média complexidade	3
q32_3_Entidades que prestam serviços de prote�o social especial de alta complexidade	19

BLOCO 6 - BENEFÍCIOS

Variável	SP
q33_O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico)?	Sim
q34_Se sim, qual o nome do programa próprio de transferência de renda do estado?	Renda Cidadã e A�o Jovem
q35_O Programa próprio de transferência de renda do estado está sob gestão do órgão gestor da assistência social?	Sim
q36_Caso não, indique o órgão estadual responsável pelo programa	NA
q37_Existente lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado?	Sim
q38_O pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado � atrelado ao Programa Bolsa Família?	Não
q39_O estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social?	Não
q40_Quais são os Benefícios Eventuais concedidos	
q40_1_Aux�lio Funeral	NA
q40_2_Aux�lio Natalidade	NA
q40_3_Benef�cio Eventual para situa�o de calamidade pública	NA
q40_4_Outros	NA
q40_quais_Quais?	NA

BLOCO 7 – GESTÃO FINANCEIRA

Variável	SP
q41_A Secretaria Estadual de Assistência Social possui Fundo Estadual de Assistência Social -FEAS?	Sim, implantado
q42_O FEAS tem CNPJ próprio?	Sim, como matriz
q43_O FEAS é uma unidade orçamentária?	Sim
q44_O ordenador de despesa do FEAS é?	Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social
q45_ Qual o valor de recursos próprios do estado que foram executados (valores liquidados) na função 08 - assistência social, por meio do FEAS no ano de 2011?	520691920
q46_ Qual o total da execução orçamentária do FEAS no ano de 2011? (considerar todos os recursos executados, valores liquidados, por meio do FEAS no ano de 2011, ou seja, os recursos federais e estaduais)	520916581
q47_ Qual o valor da execução orçamentária da Assistência Social (Função 08) no ano de 2011 (considerar os valores liquidados, o total gasto na função 08)?	805728965
q48_ Qual o valor total da execução orçamentária estadual no ano de 2011 (considerar os valores liquidados, o total gasto pelo Estado)?	144473000000
q49_ No ano de 2011, com que frequência o Órgão Gestor Estadual apresentou ao Conselho Estadual de Assistência Social relatório de execução física e financeira das ações de assistência social	Bimestralmente

BLOCO 8 – GESTÃO DO TRABALHO

Variável	SP
q50_A Secretaria Estadual da Assistência Social tem Mesa de Negociação Permanente do Suas, instalada em seu âmbito?	Não
q51_Ano de instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito?	
q52_A Secretaria Estadual da Assistência Social tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) implantado?	Não
q53_ Qual o ano da última atualização deste PCCS?	
q54_ Quantidade de trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social (e nas administrações regionais, caso existam) de acordo com vínculo e escolaridade	
q54a_1_ Estatutários - Ensino Fundamental	159
q54a_2_ Estatutários - Ensino Médio	119
q54a_3_ Estatutários - Ensino Superior	266
q54a_4_ Estatutários - Total	544
q54b_1_ Celetistas - Ensino Fundamental	0
q54b_2_ Celetistas - Ensino Médio	0
q54b_3_ Celetistas - Ensino Superior	0
q54b_4_ Celetistas - Total	0
q54c_1_ Somente Comissionados - Ensino Fundamental	0
q54c_2_ Somente Comissionados - Ensino Médio	127
q54c_3_ Somente Comissionados - Ensino Superior	173
q54c_4_ Somente Comissionados - Total	300
q54d_1_ Outros Vínculos - Ensino Fundamental	0
q54d_2_ Outros Vínculos - Ensino Médio	0

q54d_3_Outros Vínculos - Ensino Superior	0
q54d_4_Outros Vínculos - Total	0
q54e_1_Total - Ensino Fundamental	159
q54e_2_Total - Ensino Médio	246
q54e_3_Total - Ensino Superior	439
q54e_4_Total - Total	844

Variável	SP
Q55_Quantidade total de trabalhadores da Secretaria Estadual de Assistência Social (considerando inclusive os trabalhadores lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais)	
q55a_1_Estatutários - Ensino Fundamental	159
q55a_2_Estatutários - Ensino Médio	119
q55a_3_Estatutários - Ensino Superior	266
q55a_4_Estatutários - Total	544
q55b_1_Celetistas - Ensino Fundamental	0
q55b_2_Celetistas - Ensino Médio	0
q55b_3_Celetistas - Ensino Superior	0
q55b_4_Celetistas - Total	0
q55c_1_Somente Comissionados - Ensino Fundamental	0
q55c_2_Somente Comissionados - Ensino Médio	127
q55c_3_Somente Comissionados - Ensino Superior	173
q55c_4_Somente Comissionados - Total	300
q55d_1_Outros Vínculos - Ensino Fundamental	0
q55d_2_Outros Vínculos - Ensino Médio	0
q55d_3_Outros Vínculos - Ensino Superior	0
q55d_4_Outros Vínculos - Total	0
q55e_1_Total - Ensino Fundamental	159
q55e_2_Total - Ensino Médio	246
q55e_3_Total - Ensino Superior	439
q55e_4_Total - Total	844
q56_Quantidade de profissionais, de nível superior, segundo áreas de formação:	
q56a_Assistente Social	82
q56b_Psicólogo(a)	109
q56c_Pedagogo(a)	34
q56d_Advogado(a)	7
q56e_Antropólogo(a)	8
q56f_Sociólogo(a)	11
q56g_Terapeuta Ocupacional	4
q56h_Contador(a)	3
q56i_Administrador(a)	20
q56j_Economista	3
q56k_Economista Doméstico	0

Variável	SP
q57_A Secretaria Estadual de Assistência Social tem Plano Estadual de Capacitação?	Sim
q58_Qual a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação	30/05/2012
q59_A Secretaria Estadual de Assistência Social tem parceria com Universidades e/ou núcleos de estudos e pesquisas para a realização de capacitações no âmbito do estado?	Sim
q60_No ano de 2011 foi ofertado cursos de capacitação para os trabalhadores da assistência social	
q60a_1_Capacitação presencial para os trabalhadores estaduais da assistência social	Sim
q60b_1_Capacitação à distância para os trabalhadores estaduais da assistência social	Não
q60c_1_Capacitação presencial para os trabalhadores municipais da assistência social	Sim
q60d_1_Capacitação à distância para os trabalhadores municipais da assistência social	Sim
No ano de 2011 qual o número aproximado de trabalhadores capacitados?	
q60a_2_Capacitação presencial para os trabalhadores estaduais da assistência social - Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados?	364
q60b_2_Capacitação à distância para os trabalhadores estaduais da assistência social - Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados?	
q60c_2_Capacitação presencial para os trabalhadores municipais da assistência social - Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados?	3638
q60d_2_Capacitação à distância para os trabalhadores municipais da assistência social - Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados?	1950
Ente(s) federado(s) que promoveu os cursos	
q60a_3_O Gestor Estadual promoveu o curso presencial para os trabalhadores estaduais	Sim
q60a_4_O Gestor Federal promoveu o curso presencial para os trabalhadores estaduais	Não
q60b_3_O Gestor Estadual promoveu o curso à distância para os trabalhadores estaduais	
q60b_4_O Gestor Federal promoveu o curso à distância para os trabalhadores estaduais	
q60c_3_O Gestor Estadual promoveu o curso presencial para os trabalhadores municipais	Sim
q60c_4_O Gestor Federal promoveu o curso presencial para os trabalhadores municipais	Não
q60d_3_O Gestor Estadual promoveu o curso à distância para os trabalhadores municipais	Sim
q60d_4_O Gestor Federal promoveu o curso à distância para os trabalhadores municipais	Não
q61_O estado realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria de Estado de Assistência Social no ano de 2011?	Não realizou
q63_O quadro de trabalhadores da Secretaria Estadual de Assistência Social está suficiente e adequado ao exercício de suas atribuições e responsabilidades?	Pouco adequado e suficiente

BLOCO 9 – APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

Variável	SP
q64_0_O estado realiza algum cofinanciamento aos municípios?	Sim, ambos
q64_1_ Existe Decreto ou Lei estadual que regulamenta o repasse fundo-a-fundo?	Sim
q65_0 cofinanciamento realizado é destinado a?	
q65_1_ Serviço de Proteção Social Básica	Sim
q65_2_ Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Sim
q65_3_ Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Sim
q65_4_ Benefícios Eventuais	Não
q66a_Total de municípios cofinanciados:	
q66a_1_Total de Municípios cofinanciados - Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	643
q66a_2_Total de Municípios cofinanciados - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	643
q66a_3_Total de Municípios cofinanciados - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	346
q66b_Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado aos Serviços de Proteção Social Básica	
q66b_1_Cofinanciamento para Proteção Social Básica - Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	643
q66b_2_Cofinanciamento para Proteção Social Básica - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	643
q66b_3_Cofinanciamento para Proteção Social Básica - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	346
q66c_Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	
q66c_1_Cofinanciamento para Proteção Especial de Média Complexidade - Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	298
q66c_2_Cofinanciamento para Proteção Especial de Média Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	298
q66c_3_Cofinanciamento para Proteção Especial de Média Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	0
q66d_Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado aos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
q66d_1_Cofinanciamento para Proteção Especial de Alta Complexidade - Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	321
q66d_2_Cofinanciamento para Proteção Especial de Alta Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	321
q66d_3_Cofinanciamento para Proteção Especial de Alta Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	0

Variável	SP
q67_ Qual foi o valor repassado, por convênio, como cofinanciamento aos municípios no ano de 2011?	R\$ 60.768.714,33
q68_ Qual foi o valor repassado, fundo-a-fundo, como cofinanciamento aos municípios no ano de 2011?	R\$ 150.246.711,20
q69a_ Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado aos Benefícios Eventuais?	
q69a_1_ Total de Municípios cofinanciados - Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	
q69a_2_ Total de Municípios cofinanciados - Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	
q69a_3_ Total de Municípios cofinanciados - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	
q69b_ Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado a Auxílio Funeral	
q69b_1_ Auxílio Funeral - Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	
q69b_2_ Auxílio Funeral - Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	
q69b_3_ Auxílio Funeral - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	
q69c_ Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado a Auxílio Natalidade	
q69c_1_ Auxílio Natalidade - Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	
q69c_2_ Auxílio Natalidade - Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	
q69c_3_ Auxílio Natalidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	
q69d_ Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento destinado a outros tipos de Benefícios Eventuais	
q69d_1_ Outros - Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	
q69d_2_ Outros - Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	
q69d_3_ Outros - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	
q70_ No ano de 2012 o estado construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da Assistência Social (CRAS/CREAS/etc)?	Sim, houve repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social

Variável	SP
q71_As atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios possui planejamento anual?	Sim
q72_Com que frequência os itens abaixo são objeto do apoio técnico realizado pelo Estado aos municípios?	
q72_1_Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc)	Raramente
q72_2_Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	Muito Frequentemente
q72_3_Elaboração de Relatório de Gestão	Frequentemente
q72_4_Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	Muito Frequentemente
q72_5_Fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social	Frequentemente
q72_6_Fortalecimento do Conselho Municipal	Frequentemente
q72_7_Integração dos Serviços e Benefícios	Frequentemente
q72_8_Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	Muito Frequentemente
q72_9_Gestão dos serviços socioassistenciais	Muito Frequentemente
q72_10_Metodologias de trabalho social com famílias	Frequentemente
q72_11_Regulamentação dos benefícios eventuais	Nunca
q72_12_Gestão de benefícios eventuais	Nunca
q72_13_Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC	Muito Frequentemente
q72_14_Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	Frequentemente
q72_15_Gestão do Programa Bolsa Família	Muito Frequentemente
q72_16_Gestão do trabalho	Nunca
q72_17_Metodologias de monitoramento e avaliação	Frequentemente
q72_18_Implantação da Vigilância Social	Frequentemente
q72_19_Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências	Muito Frequentemente
q72_20_Outros	Nunca
q73_O apoio técnico do Estado aos municípios inclui:	
q73_1_Produção e distribuição de material técnico	Sim
q73_2_Capacitações presenciais	Sim
q73_3_Capacitações à distância	Sim
q73_4_Assessoramento técnico de forma presencial no município	Sim
q73_5_Assessoramento técnico à distância	Sim
q73_6_Outras formas	Não
q73_6_Especifique	NA
q74_Atualmente quantos municípios no estado possuem Plano de Providência para adequação de aspectos relacionados à gestão e serviços socioassistenciais?	146
q75_Do total de municípios do estado qual o percentual daqueles que receberam visitas técnicas da Secretaria Estadual de Assistência Social no ano de 2011?	100%

BLOCO 10 – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Variável	SP
q76_A Secretaria desenvolve regularmente atividades de Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Social?	
q76_1_ Realiza atividades de Monitoramento	Sim
q76_2_ Realiza atividades de Avaliação	Sim
q76_3_ Realiza atividades de Vigilância Social	Sim
q76_4_ Não realiza nenhuma atividade de Monitoramento, Avaliação ou Vigilância social	Não
q77_Indique as atividades realizadas pela Secretaria no âmbito do Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Social	
q77_1_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da oferta de serviços socioassistenciais	Sim
q77_2_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da demanda por serviços socioassistenciais	Sim
q77_3_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à cobertura dos serviços socioassistenciais	Sim
q77_4_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à qualidade da oferta de serviços socioassistenciais	Não
q77_5_ Produção de análises qualitativas sobre a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados	Não
q77_6_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à incidência de situações de risco e violação de direitos	Sim
q77_7_ Produção de análises qualitativas sobre a incidência de situações de risco e violação de direitos	Sim
q77_8_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de dados do CADÚnico	Sim
q77_9_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de outras fontes (IBGE, etc)	Sim
q77_10_ Realização de avaliações de projetos, programas e serviços socioassistenciais	Sim
q77_11_ Realização de análise dos dados do Censo SUAS	Sim
q77_12_ Realização de análise das informações inseridas pelos municípios no SISJOVEM	Sim
q77_13_ Realização de análise das informações inseridas pelos municípios no SISPETI	Sim
q77_14_ Concepção de sistemas de informação	Sim
q77_15_ Desenvolvimento de sistemas de informação	Sim
q77_16_ Identificação de problemas com base em análise de dados	Sim
q77_17_ Identificação de prioridades com base em análise de dados	Sim
q77_18_ Levantamento de informações municipais sobre a gestão e oferta dos serviços socioassistenciais	Sim
q77_19_ Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos municípios	Sim
q77_20_ Apoio aos municípios para preenchimento do CENSO SUAS	Sim
q77_21_ Apoio aos municípios para implantação de ações de monitoramento, avaliação e vigilância social no nível municipal	Sim
q77_22_ Outros	Não
q77_ Especifique	NA

Variável	SP
q78_A Secretaria realiza parcerias com instituições de ensino e pesquisa, ou contratações de empresas e consultores para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Social?	Sim
q79_Indique os tipos de parceria ou contratação	
q79_1_Instituições de Ensino e Pesquisa	Sim
q79_2_Consultores (Pessoa Física)	Sim
q79_3_Empresas privadas de pesquisa	Sim
q79_4_Outros	Sim
q79_espec_Especifique	Fundação SEADE
q80_A Secretaria possui técnicos dedicados exclusivamente às atividades de Monitoramento, Avaliação e Vigilância Social?	Sim
q81_Indique a quantidade de técnicos dedicados exclusivamente às atividades de Monitoramento, Avaliação e Vigilância Social	8
q82_Destes técnicos, quantos são especializados em análises de dados quantitativos?	1
q83_Quanto à disseminação das informações produzidas pelas áreas de monitoramento, avaliação ou vigilância social, indique os órgãos e unidades para os quais os Documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados	
q83_1_Para outros setores da Secretaria	Sim
q83_2_Para outros setores do Governo Estadual	Sim
q83_3_Para os técnico-gestores municipais	Sim
q83_4_Para a rede socioassistencial	Não
q83_5_Para o Conselho Estadual	Sim
q83_6_Para os Conselhos Municipais	Sim
q83_7_Para a Comissão Intergestores Bipartite -CIB	Sim
q84_A Secretaria possui planejamento anual das atividades de Monitoramento?	Não
q85_Em que proporção as ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)?	Frequentemente
q86_As visitas de monitoramento aos municípios, previstas pelas resoluções CIT, são realizadas por quais equipes da Secretaria?	
q86_1_Equipes de monitoramento (caso o Estado tenha uma coordenação-setor específico de monitoramento)	Não
q86_2_Equipes da coordenação da gestão do SUAS	Não
q86_3_Equipes da Proteção Social Básica e/ou Especial	Sim
q86_4_Equipes de outras coordenações da Secretaria	Não
q87_A Secretaria utiliza sistemas de informação informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado?	Sim
q88_Os sistemas utilizados permitem	
q88_1_Registrar situações de violação de direitos	Não
q88_2_Registrar repasses de recursos	Sim
q88_3_Registrar prestações de contas	Não
q88_4_Registrar execução física/atendimentos	Não
q88_5_Registrar unidades da rede socioassistencial pública	Sim
q88_6_Registrar unidades da rede socioassistencial privada	Sim
q88_7_Automatizar a transferência fundo-a-fundo	Não
q88_8_Gerir o orçamento	Não
q88_9_Outros	Sim
q88_espec_Especifique	Monitorar Programas de Transferência de Renda Estaduais/Sistematizar informações dos 645 Planos Municipais de Assistência Social do Estado (sistema PMASweb)/ Monitorar o cadastro das entidades beneficentes da área de assistência social e instituições públicas do Estado de São Paulo (sistema Pró-Social módulo Instituições)

BLOCO 11 - APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

Variável	SP
q89_O Estado possui Conselho Estadual de Assistência Social?	Sim
q90_O orçamento da assistência social no Estado prevê recursos específicos para o CEAS (ou CAS/DF)	Sim
q91_A Secretaria disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do CEAS (ou CAS/DF)?	Sim
q92_A Secretaria fornece regularmente material de consumo para o CEAS (ou CAS/DF)?	Sim
q93_A Secretaria disponibiliza trabalhadores para a Secretaria Executiva do CEAS (ou CAS/DF)?	Sim
q94_Caso sim, quantos?	7
q95_A Secretaria fornece ajuda de custo -passagens e diárias para os conselheiros participarem das reuniões do CEAS (ou CAS/DF) e das Conferências Estaduais?	Sim, para ambas
q96_No ano de 2011 o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para os conselheiros estaduais ou municipais da assistência social?	
q96a_1_Capacitação presencial para os conselheiros estaduais	Sim
q96b_1_Capacitação à distância para os conselheiros estaduais	Não
q96c_1_Capacitação presencial para os conselheiros municipais	Sim
q96d_1_Capacitação à distância para os conselheiros municipais	Não
q96_Quantidade de conselheiros capacitados	
q96a_2_Capacitação presencial para os conselheiros estaduais - Número de conselheiros capacitados	30
q96b_2_Capacitação à distância para os conselheiros estaduais - número de conselheiros capacitados	NA
q96c_2_Capacitação presencial para os conselheiros municipais - número de conselheiros capacitados	650
q96d_2_Capacitação à distância para os conselheiros municipais - número de conselheiros capacitados	NA

BLOCO 12 – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

Variável	SP
q97_A CIB possui regimento interno?	Sim
q98_Caso sim, qual o ano da sua última atualização (caso não tenha realizado atualização, informar o ano da elaboração)?	2006
q99_Indique qual a composição da CIB de acordo com a representação do porte dos municípios e representação estadual	
q99a_1_Representantes da Gestão Estadual - Quantidade de Titulares	3
q99a_2_Representantes da Gestão Estadual - Quantidade de Suplentes	3
q99b_1_Representantes de Municípios de Pequeno Porte I - Quantidade de Titulares	0
q99b_2_Representantes de Municípios de Pequeno Porte I - Quantidade de Suplentes	0
q99c_1_Representantes de Municípios de Pequeno Porte II - Quantidade de Titulares	2
q99c_2_Representantes de Municípios de Pequeno Porte II - Quantidade de Suplentes	1
q99d_1_Representantes de Municípios de Médio Porte - Quantidade de Titulares	1
q99d_2_Representantes de Municípios de Médio Porte - Quantidade de Suplentes	1
q99e_1_Representantes de Municípios de Grande Porte - Quantidade de Titulares	2
q99e_2_Representantes de Municípios de Grande Porte - Quantidade de Suplentes	2
q99f_1_Representantes de Metrôpoles-Capitais - Quantidade de Titulares	0
q99f_2_Representantes de Metrôpoles-Capitais - Quantidade de Suplentes	0
q100_Os gestores municipais foram indicados pelo COEGEMAS?	Sim
q101_Com qual periodicidade a CIB se reuniu no ano de 2011?	Mensalmente
q102_Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2011?	7
q103_Quantas reuniões a CIB realizou no 1º semestre de 2012?	5

BLOCO 13 - PARCERIAS

Variável	SP
q104_Indique se a SEAS possui algum tipo de parceria formalizada (termo de cooperação ou similar) com os seguintes órgãos	
q104_1_Ministério Público	Não
q104_2_Defensoria Pública	Não
q104_3_Poder Judiciário	Não

ANEXO C - TABELAS CONSELHOS MUNICIPAIS

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados agregados do Censo SUAS 2012 - **Questionário dos Conselhos Municipais** para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Quantidade de Conselhos Municipais de Assistência social, por porte do município

Porte do Município	Quantidade de Conselhos	%
Grande	71	12,5
Médio	48	8,4
Metrópole	3	0,5
Pequeno I	338	59,3
Pequeno II	110	19,3
Total	570	100

q2_ Qual o instrumento legal que criou o Conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Decreto	8	1,4
Lei	558	97,9
Outro	2	0,4
Portaria	2	0,4
Total	570	100

D3_ Ano de publicação do instrumento que criou o Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
Até 1994	17	3,0
De 1995 a 1997	452	79,4
De 1998 a 2004	51	9,0
De 2005 a 2008	26	4,6
De 2009 a 2012	23	4,0
Total	569	100

q4_ Esse conselho possui regimento interno?

	Frequência	%
Não	128	22,5
Sim	441	77,5
Total	569	100

Conteúdos que o Regimento Interno do Conselho especifica e detalha

Conteúdo do Regimento Interno	Não		Sim		Total	
	Quantidade de Conselhos	%	Quantidade de Conselhos	%	Quantidade de Conselhos	%
q5_1_Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho	127	28,8	314	71,2	441	100
q5_2_Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil	43	9,8	398	90,2	441	100
q5_3_Processo de eleição da Presidência e Vice-Presidência	24	5,4	417	94,6	441	100
q5_4_Os trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos	18	4,1	423	95,9	441	100
q5_5_A periodicidade das reuniões do Plenário	30	6,8	411	93,2	441	100
q5_6_A periodicidade das reuniões das Comissões	221	50,1	220	49,9	441	100
q5_7_As orientações sobre como serão publicadas as decisões do Plenário	127	28,8	314	71,2	441	100
q5_8_Os temas que devem ser regulados por meio de Resolução desse Conselho	182	41	259	59	441	100

BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRA-ESTRUTURA DO CONSELHO

q6_Na lei orçamentária de 2012 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Não	341	59,8
Sim	229	40,2
Total	570	100

q7_O Conselho faz uso dos 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) para custear despesas de seu funcionamento?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	274	48,1
Não	249	43,7
Não sabe	47	8,2
Total	570	100

q8_O Conselho possui local, sede específico para o seu funcionamento?

	Quantidade de Conselhos	%
Não	281	49,3
Sim	289	50,7
Total	570	100

q9_1_ Indique quais outras instituições ou unidades funcionam no prédio em que se localiza o Conselho

	Respostas		Percentual em relação ao número de Conselhos que responderam (%)
	Quantidade de Respostas	Percentual em relação ao número total de respostas (%)	
q9_1_1_ Secretaria de Assistência Social ou Congênera	403	47,3	70,7
q9_1_2_ Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc)	43	5,0	7,5
q9_1_3_ CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	68	8,0	11,9
q9_1_4_ CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	22	2,6	3,9
q9_1_5_ Outra unidade pública de serviços da Assistência Social	37	4,3	6,5
q9_1_6_ Unidade de Saúde	5	0,6	0,9
q9_1_7_ Escola	3	0,4	0,5
q9_1_8_ Associação Comunitária	1	0,1	0,2
q9_1_9_ ONG/Entidade	5	0,6	0,9
q9_1_10_ Conselho Tutelar	53	6,2	9,3
q9_1_11_ Outros Conselhos	160	18,8	28,1
q9_1_12_ Outros	52	6,1	9,1
Total	852	100	149

Salas de uso exclusivo do Conselho

	Quantidade de salas
q10a_ Quantidade de Salas de uso exclusivo com capacidade de no máximo 15 pessoas	406
q10b_ Quantidade de Salas de uso exclusivo para mais de 15 pessoas	178
Quantidade total de uso exclusivo do Conselho	584

Salas de uso compartilhado (caso existam)

	Quantidade de salas
q10c_ Quantidade de Salas de uso compartilhado com capacidade de no máximo 15 pessoas	410
q10d_ Quantidade de Salas de uso compartilhado para mais de 15 pessoas	251
Quantidade total de uso exclusivo do Conselho	661

D10_exclusivas_categoria_Total de salas exclusivas em uso no Conselho

	Quantidade de conselhos	%
De 0 a 1 sala	433	76,0
De 2 a 3 salas	125	21,9
De 4 a 5 salas	11	1,9
8 ou mais salas	1	0,2
Total	570	100

D10_compartilhadas_categoria_Total de salas compartilhadas (caso existam) em uso no Conselho

	Quantidade de conselhos	%
De 0 a 1 sala	386	69,1
De 2 a 3 salas	144	25,8
De 4 a 5 salas	25	4,5
De 6 a 7 salas	3	0,5
8 ou mais salas	1	0,2
Total	559	100,0

D10_Total_salas_categoria_total de salas (exclusivas e compartilhadas) em uso no Conselho

	Quantidade de conselhos	%
De 0 a 1 sala	225	40,3
De 2 a 3 salas	229	41,0
De 4 a 5 salas	86	15,4
De 6 a 7 salas	11	2,0
8 ou mais salas	8	1,4
Total	559	100,0

q10e_Quantidade de Banheiros

Quantidade de banheiros	Quantidade de conselhos	%
0	24	4,2
1	203	35,6
2	232	40,7
3	57	10,0
4	38	6,7
5	5	0,9
6	4	0,7
7	1	0,2
8	3	0,5
9	1	0,2
10	1	0,2
12	1	0,2
Total	570	100

q10f_Recepção

	Quantidade de conselhos	%
Não	130	22,8
Sim	440	77,2
Total	570	100

q11_Equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento das atividades do Conselho

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q11_1_Telefone de uso exclusivo do Conselho	64	1,6	11,2
q11_2_Telefone de uso compartilhado	521	13,2	91,4
q11_3_Material de escritório	546	13,9	95,8
q11_4_Equipamento de som	181	4,6	31,8
q11_5_Televisão (TV)	219	5,6	38,4
q11_6_DVD/Vídeo Cassete	168	4,3	29,5
q11_7_Fax	285	7,2	50,0
q11_8_Datashow	280	7,1	49,1
q11_9_Máquina Fotográfica	260	6,6	45,6
q11_10_Veículo de uso exclusivo	7	0,2	1,2
q11_11_Veículo de uso compartilhado	412	10,5	72,3
q11_12_Acervo bibliográfico	147	3,7	25,8
q11_13_Máquina Copiadora	331	8,4	58,1
q11_14_Filmadora	37	0,9	6,5
q11_15_Impressora	480	12,2	84,2
Total	3938	100,0	690,9

q12_ Quantidade de computadores de uso Exclusivo do Conselho

	Quantidade de computadores
q12a_Quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho	279
q12b_Quantos dos computadores de uso exclusivo estão conectados à Internet	267

Quantidade de computadores de uso Compartilhado

	Quantidade de computadores
q12c_Quantidade total de computadores de uso compartilhado	1077
q12d_Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à Internet	1071

D12_Total_quantidade total de computadores (exclusivos e compartilhados) em uso no Conselho

Quantidade de computadores	Quantidade de conselhos	%
0	6	1,1
1	224	39,3
2	140	24,6
3	94	16,5
4	53	9,3
5	18	3,2
De 6 a 10	31	5,4
Mais de 10	4	0,7
Total	570	100,0

D12_total_net_Quantidade total de computadores (exclusivos e compartilhados) em uso no Conselho

Quantidade de computadores	Quantidade de conselhos	%
0	6	1,1
1	227	39,8
2	139	24,4
3	97	17,0
4	51	8,9
5	17	3,0
De 6 a 10	29	5,1
Mais de 10	4	0,7
Total	570	100,0

BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA

q13_ O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?

	Quantidade de conselhos	%
Não	213	37,4
Sim	357	62,6
Total	570	100,0

q14_ Quantos funcionários estão lotados na Secretaria Executiva do Conselho?

Quantidade de funcionários	Quantidade de conselhos	%
0	17	4,8
1	264	73,9
2	46	12,9
3	20	5,6
4	6	1,7
5	3	0,8
6	1	0,3
Total	357	100,0

q15_ Atualmente, há uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo do Conselho?

	Quantidade de conselhos	%
Não	15	4,2
Sim	342	95,8
Total	357	100,0

q16_ O(a) Secretário(a) Executivo(a) trabalha exclusivamente no Conselho?

	Quantidade de conselhos	%
Não	275	80,4
Sim	67	19,6
Total	342	100,0

q17_ Qual a escolaridade do responsável pela Secretaria Executiva?

	Quantidade de conselhos	%
Nível Fundamental Completo	0	0,0
Nível Médio Completo	35	10,2
Nível Superior Completo	249	72,8
Pós-graduação completa	58	17,0
Total	342	100,0

q18_ O cargo de Secretário(a) Executivo(a) do Conselho está formalizado por meio de

	Quantidade de conselhos	%
Decreto	57	16,0
Lei	36	10,1
Não está formalizado	83	23,2
Outro Instrumento	48	13,4
Portaria	133	37,3
Total	357	100,0

BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

D19_horas_por_semana_categoria_Total de horas por semana que o Conselho encontra-se em funcionamento

	Quantidade de conselhos	%
Menos de 30 horas/semana	285	50,0
De 30 a 39 horas/semana	63	11,1
De 40 a 49 horas/semana	215	37,7
Mais de 49 horas/semana	7	1,2
Total	570	100,0

q20_Com que frequencia o conselho realiza suas reuniões ordinárias?

	Quantidade de conselhos	%
Anualmente	2	0,4
Bimestralmente	101	17,7
Mensalmente	406	71,2
Quinzenalmente	8	1,4
Semestralmente	8	1,4
Trimestralmente	45	7,9
Total	570	100,0

q21_O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?

	Quantidade de conselhos	%
Não	229	40,2
Sim	341	59,8
Total	570	100,0

D22_Quantidade de reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias) realizadas no Conselho no ano de 2011

	Quantidade de conselhos	%
Acima de 25	12	2,1
De 0 a 3	9	1,6
De 10 a 15	300	52,6
De 16 a 25	105	18,4
De 4 a 9	144	25,3
Total	570	100,0

q23_As reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Conselho são registradas em ata?

	Quantidade de conselhos	%
A maioria das reuniões é registrada em ata	45	7,9
A metade das reuniões é registrada em ata	2	0,4
A minoria das reuniões é registrada em ata	4	0,7
Nenhuma das reuniões é registrada em ata	1	0,2
Todas as reuniões são registradas em ata	518	90,9
Total	570	100,0

q24_ Quem é responsável pela guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações do conselho?

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q24_1_ O Secretário Executivo do Conselho	272	42,8	47,7
q24_2_ O Presidente do Conselho	148	23,3	26,0
q24_3_ Um conselheiro designado	67	10,6	11,8
q24_4_ Funcionário da Secretaria de Assistência Social	129	20,3	22,6
q24_5_ Funcionário da Prefeitura	5	0,8	0,9
q24_6_ Outros	14	2,2	2,5
Total	635	100,0	111,4

q25_ De que forma as atas do Conselho são publicizadas?

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q25_1_ Não são publicizadas	126	19,1	22,1
q25_2_ Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária	429	65,2	75,3
q25_3_ São enviados aos Conselheiros e/ou suas entidades	64	9,7	11,2
q25_4_ São enviados às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho	6	0,9	1,1
q25_5_ São enviados aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho	4	0,6	0,7
q25_6_ São enviados às organizações e entidades de trabalhadores do setor que não estão representadas no conselho	3	0,5	0,5
q25_7_ Disponibilizados no site do Conselho	16	2,4	2,8
q25_8_ Em Boletins produzidos pela área de assistência social	10	1,5	1,8
Total	658	100,0	115,4

q26_ As deliberações, resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?

	Quantidade de conselhos	%
A maioria das deliberações/resoluções é publicada	88	15,4
A metade das deliberações/resoluções é publicada	9	1,6
A minoria das deliberações/resoluções é publicada	98	17,2
Nenhuma das deliberações/resoluções é publicada	231	40,5
Todas as deliberações/resoluções são publicadas	144	25,3
Total	570	100,0

q27_ O município tem Plano de Assistência Social?

	Quantidade de conselhos	%
Não	35	6,1
Sim	535	93,9
Total	570	100,0

q28_ O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município?

	Quantidade de conselhos	%
Não	8	1,5
Sim	526	98,5
Total	534	100,0

q29_ O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2012?

	Quantidade de conselhos	%
Não	162	28,4
Sim	408	71,6
Total	570	100,0

q30_ O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS?

	Quantidade de conselhos	%
Não fiscaliza	20	3,5
Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS	396	69,5
Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS	28	4,9
Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS	126	22,1
Total	570	100,0

q31_ Se sim, informe como a fiscalização é realizada

	Quantidade de conselhos	%
Ambas as formas	391	71,1
Por meio de análise de relatórios	66	12,0
Por meio de visitas	93	16,9
Total	550	100,0

q32_ O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?

	Quantidade de conselhos	%
Não, as fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia	208	37,8
Sim	342	62,2
Total	550,0	100,0

q33_ Quando solicitado pelo Conselho é disponibilizada, pelo Fundo Municipal de Assistência Social (ou Estadual, no caso de CEAS ou CAS/DF) informação detalhada e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo Fundo?

	Quantidade de conselhos	%
Não	10	1,8
Sim	560	98,2
Total	570,0	100,0

q34_ Com que frequência o gestor apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social?

	Quantidade de conselhos	%
Mensalmente	73	12,8
Bimestralmente	40	7,0
Trimestralmente	89	15,6
Quadrimestralmente	9	1,6
Semestralmente	193	33,9
Anualmente	156	27,4
Não apresenta	10	1,8
Total	570,0	100,0

q35_ O Conselho aprecia e emite parecer sobre:

	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
q35_1_ O Plano de Ação Municipal (ou Estadual, no caso do SEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social	553	97,0	17	3,0
q35_2_ O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro (prestação de contas)	547	96,0	23	4,0
q35_3_ Os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do Fundo Assistencial Social	498	87,4	72	12,6

q38_ O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto 6307/2007 e Resolução 39/2010)

	Quantidade de conselhos	%
Não	478	83,9
Sim	92	16,1
Total	570,0	100,0

q39_ O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?

	Quantidade de conselhos	%
Não	190	33,3
Sim	380	66,7
Total	570,0	100,0

q40_ O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?

	Quantidade de conselhos	%
Não	128	22,5
Sim	442	77,5
Total	570,0	100,0

q41_ A comissão de erradicação do trabalho infantil é vinculada ao Conselho?

	Quantidade de conselhos	%
Não	523	91,8
Sim	47	8,2
Total	570,0	100,0

q42_O município (estado ou DF - no caso de Conselhos Estaduais ou do DF) possui Plano de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária?

	Quantidade de conselhos	%
Não	343	60,2
Não Sabe	121	21,2
Sim	106	18,6
Total	570,0	100,0

q43_O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite - CIB e da Comissão Intergestora Tripartite - CIT?

	Quantidade de conselhos	%
Não	184	32,3
Sim, com regularidade	100	17,5
Sim, sem regularidade	286	50,2
Total	570,0	100,0

q44_O Conselho conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social?

	Quantidade de conselhos	%
Não	196	34,4
Sim	374	65,6
Total	570,0	100,0

Existência de algum Fórum de discussão do SUAS no município (estado ou DF - no caso de Conselhos Estaduais ou do DF)

	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
q45_1_ Fórum de entidades de Assistência Social	22	3,9	548	96,1
q45_2_ Fórum de Trabalhadores da Assistência Social	35	6,1	535	93,9
q45_3_ Fórum de Usuários da Assistência Social	19	3,3	551	96,7
q45_4_ Fórum de Assistência Social, com participação de múltiplos segmentos	65	11,4	505	88,6
q45_5_ Não há Fórum de discussão do SUAS no município (estado ou DF, no caso de Conselhos Estaduais ou do DF)	468	82,1	102	17,9

q46_ O Conselho tem canal de recebimento de denúncias?

	Quantidade de conselhos	%
Não	293	51,4
Sim	277	48,6
Total	570,0	100,0

q47_ Freqüência com que o Conselho recebe e/ou realiza as seguintes ações (Quantidade/ % de conselhos)

	Nunca	Anualmente	Semestralmente	Mensalmente	Diariamente	Total
q47_1_ Recebe denúncia	310	110	82	43	25	570
	54,4	19,3	14,4	7,5	4,4	100,0
q47_2_ Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	227	168	80	95	0	570
	39,8	29,5	14,0	16,7	0,0	100,0
q47_3_ Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	417	83	47	22	1	570
	73,2	14,6	8,2	3,9	0,2	100,0
q47_4_ Realiza ações de mobilização social	289	186	74	17	4	570
	50,7	32,6	13,0	3,0	0,7	100,0
q47_5_ Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	46	159	236	115	14	570
	8,1	27,9	41,4	20,2	2,5	100,0

q48_ Atualmente, quantas entidades possuem inscrição no Conselho?

Total de Entidades	4305
Média de Entidades por Conselho	8
Total de Conselhos que responderam essa questão	570,0

q49_ Ações empreendidas pelos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal no que tange aos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas e projetos/benefícios socioassistenciais

	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
q49_1_ O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF) a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	340	59,6	230	40,4
q49_2_ O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos	172	30,2	398	69,8
q49_3_ O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	434	76,1	136	23,9

q50_ O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2011?

	Quantidade de conselhos	%
Não	72	12,6
Sim	498	87,4
Total	570,0	100,0

q51_ No ano de 2011 os conselheiros fizeram algum curso de capacitação presencial para o auxílio de sua função?

	Quantidade de conselhos	%
Não	318	55,8
Sim, alguns conselheiros.	221	38,8
Sim, todos os conselheiros.	31	5,4
Total	570,0	100,0

q52_ Quem promoveu os cursos presenciais realizados pelos conselheiros no ano de 2011?

	Respostas		Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	
q52_1_ gestor municipal	102	31,4	40,5
q52_2_ gestor estadual	72	22,2	28,6
q52_3_ gestor federal (MDS)	114	35,1	45,2
q52_4_ próprio conselho	37	11,4	14,7
Total	325	100,0	129,0

q53_No ano de 2011 os conselheiros fizeram algum curso de capacitação à distância para o auxílio de sua função?

	Quantidade de conselhos	%
Não	493	86,5
Sim, alguns conselheiros.	76	13,3
Sim, todos os conselheiros.	1	0,2
Total	570,0	100,0

q54_Quem promoveu os cursos à distância realizados pelos conselheiros no ano de 2011?

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q54_1_gestor municipal	14	15,2	18,2
q54_2_gestor estadual	20	21,7	26,0
q54_3_gestor federal (MDS)	53	57,6	68,8
q54_4_próprio conselho	5	5,4	6,5
Total	92	100,0	119,5

BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**q55_Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho?**

	Quantidade de conselhos	%
1 ano	12	2,1
2 anos	521	91,4
3 anos	23	4,0
4 anos ou mais	14	2,5
Total	570,0	100,0

q56_Quantas vezes cada conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)?

	Quantidade de conselhos	%
1 vez	429	75,3
2 vezes	101	17,7
3 vezes	3	0,5
Mais de 4 vezes	4	0,7
Não está estabelecido no regimento nem na lei de criação do Conselho	33	5,8
Total	570,0	100,0

q57_O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?

	Quantidade de conselhos	%
Não	11	1,9
Sim	559	98,1
Total	570,0	100,0

q58_ Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?

	Quantidade de conselhos	%
Não	140	24,6
Sim	430	75,4
Total	570,0	100,0

q59_ Os representantes da sociedade civil no Conselho são

	Quantidade de conselhos	%
Eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim	332	58,2
Indicados pelo poder público	72	12,6
Uma combinação dos dois	166	29,1
Total	570,0	100,0

q60_ Para o seguimento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil?

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q60_1_ O próprio usuário	254	38,1	44,6
q60_2_ Os representantes e organizações de usuários	413	61,9	72,5
Total	667	100,0	117,0

q61_ Quais são as áreas que compõem a representação governamental:

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q61_1_ Assistência Social	566	25,0	99,3
q61_2_ Saúde	557	24,6	97,7
q61_3_ Educação	550	24,3	96,5
q61_4_ Trabalho e Emprego	52	2,3	9,1
q61_5_ Fazenda	160	7,1	28,1
q61_6_ Habilitação	44	1,9	7,7
q61_7_ Outra	338	14,9	59,3
Total	2267	100,0	397,7

q62_ O Conselho tem comissões permanentes?

	Quantidade de conselhos	%
Não	435	76,3
Sim	135	23,7
Total	570,0	100,0

q63_ Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente no conselho?

	Respostas		
	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
q63_1_ Comissão de normas	58	19,1	43,0
q63_2_ Comissão de política	43	14,2	31,9
q63_3_ Comissão de financiamento	65	21,5	48,1
q63_5_ Comissão de ética	19	6,3	14,1
q63_6_ Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda	49	16,2	36,3
q63_7_ Outras	69	22,8	51,1
Total	303	100,0	224,4

q64_1_ Quantidade de conselheiros titulares*

Média de titulares por conselho	Total de titulares
9,13	5202

*Esse item se refere ao total de conselheiros previstos pelo Regimento Interno do Conselho, porém, não necessariamente indica o total de conselheiros que estão em atuação.

q64_2_ Quantidade de conselheiros suplentes*

Média de titulares por conselho	Total de titulares
9,08	5173

*Esse item se refere ao total de conselheiros previstos pelo Regimento Interno do Conselho, porém, não necessariamente indica o total de conselheiros que estão em atuação.

D65_ Quantidade de conselheiros*

Quantidade de conselheiros que compõem o Conselho	Quantidade de conselhos	%
De 0 a 9	185	32,5
De 10 a 15	209	36,7
De 16 a 20	99	17,4
De 21 a 30	50	8,8
Acima de 30	27	4,7
Total	570	100

*Esse item se refere ao total de conselheiros que estão em atuação, podendo coincidir (ou não) com o total de Conselheiros previstos no Regimento Interno do Conselho.

q65_3_ Quantidade de conselheiros por sexo1

	Quantidade de conselhos	%
Feminino	5817	75,8
Masculino	1856	24,2
Sem informação	0	0,0
Total	7673	100

q65_4_Quantidade de conselheiros por escolaridade

	Quantidade de conselheiros	%
Sem escolaridade	7	0,1
Ensino Fundamental Incompleto	269	3,5
Ensino Fundamental Completo	345	4,5
Ensino Médio Incompleto	134	1,7
Ensino Médio Completo	1764	23,0
Ensino Superior Incompleto	397	5,2
Ensino Superior Completo	4448	58,0
Especialização	242	3,2
Mestrado	52	0,7
Doutorado	13	0,2
Sem informação	2	0,0
Total	7673	100

Q65_5_Quantidade de conselheiros por representação

	Quantidade de conselheiros	%
Representação das entidades dos trabalhadores do setor	507	6,6
Representante de entidades de assistência social	2092	27,4
Representante de organização de usuários	493	6,5
Representante de usuários	765	10,0
Representante do Governo	3785	49,5
Total	7642	100,0

Q65_6_Quantidade de conselheiros por função

	Quantidade de conselheiros	%
Conselheiro(a) Suplente	2662	34,7
Conselheiro(a) Titular	4160	54,2
Presidente	558	7,3
Vice-Presidente	293	3,8
Total	7673	100,0

ANEXO D - TABELAS CONSELHO ESTADUAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados do Censo SUAS 2012 - **Questionário dos Conselhos Estaduais** para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Variável	SP
q2_ Qual o instrumento legal que criou o Conselho?	Lei
q3_ Ano de publicação do instrumento que criou o Conselho	1995
q4_ Esse conselho possui regimento interno?	Sim

Conteúdo do Regimento Interno	SP
q5_1_ Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho	Sim
q5_2_ Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil	Sim
q5_3_ Processo de eleição da Presidência e Vice-Presidência	Sim
q5_4_ Os trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos	Sim
q5_5_ A periodicidade das reuniões do Plenário	Sim
q5_6_ A periodicidade das reuniões das Comissões	Sim
q5_7_ As orientações sobre como serão publicadas as decisões do Plenário	Sim
q5_8_ Os temas que devem ser regulados por meio de Resolução desse Conselho	Sim

BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRA-ESTRUTURA DO CONSELHO

Variável	SP
q6_ Na lei orçamentária de 2012 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?	Sim
q7_ O Conselho faz uso dos 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) para custear despesas de seu funcionamento?	Sim
q8_ O Conselho possui local, sede específico para o seu funcionamento?	Sim
q9_0_ No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades	Sim

q9_1_ Indique quais outras instituições ou unidades funcionam no prédio em que se localiza o Conselho

Variável	SP
q9_1_1_ Secretaria de Assistência Social ou Congênera	Não
q9_1_2_ Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc)	Não
q9_1_3_ CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	Não
q9_1_4_ CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Não
q9_1_5_ Outra unidade pública de serviços da Assistência Social	Não
q9_1_6_ Unidade de Saúde	Não
q9_1_7_ Escola	Não
q9_1_8_ Associação Comunitária	Não
q9_1_9_ ONG/Entidade	Não
q9_1_10_ Conselho Tutelar	Não
q9_1_11_ Outros Conselhos	Sim
q9_1_12_ Outros	Não

Variável	SP
q10a_ Quantidade de Salas de uso exclusivo com capacidade de no máximo 15 pessoas	8
q10b_ Quantidade de Salas de uso exclusivo para mais de 15 pessoas	4
q10c_ Quantidade de Salas de uso compartilhado com capacidade de no máximo 15 pessoas	8
q10d_ Quantidade de Salas de uso compartilhado para mais de 15 pessoas	4
q10e_ Quantidade de Banheiros	4
q10f_ Recepção	Sim

q11_ Equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento das atividades do Conselho

Variável	SP
q11_1_ Telefone de uso exclusivo do Conselho	Sim
q11_2_ Telefone de uso compartilhado	Não
q11_3_ Material de escritório	Sim
q11_4_ Equipamento de som	Sim
q11_5_ Televisão (TV)	Sim
q11_6_ DVD/Vídeo Cassete	Sim
q11_7_ Fax	Sim
q11_8_ Datashow	Sim
q11_9_ Máquina Fotográfica	Sim
q11_10_ Veículo de uso exclusivo	Não
q11_11_ Veículo de uso compartilhado	Não
q11_12_ Acervo bibliográfico	Sim
q11_13_ Máquina Copiadora	Sim
q11_14_ Filmadora	Não
q11_15_ Impressora	Sim

q12_ Quantidade de computadores de uso Exclusivo do Conselho

	Quantidade de computadores
q12a_ Quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho	10
q12b_ Quantos dos computadores de uso exclusivo estão conectados à Internet	10

Quantidade de computadores de uso Compartilhado

	Quantidade de computadores
q12c_Quantidade total de computadores de uso compartilhado	0
q12d_Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à Internet	0

BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA

Variável	SP
q13_O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?	Sim
q14_Quantos funcionários estão lotados na Secretaria Executiva do Conselho?	6
q15_Atualmente, há uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo do Conselho?	Sim
q16_O(a) Secretário(a) Executivo(a) trabalha exclusivamente no Conselho?	Sim
q17_Qual a escolaridade do responsável pela Secretaria Executiva?	Nível Superior Completo
q18_O cargo de Secretário(a) Executivo(a) do Conselho está formalizado por meio de	Decreto

BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Variável	SP
q19_1_Horário de funcionamento: Dias por semana	5 dias na semana
q19_2_Horário de funcionamento: Horas por dia	8
q20_Com que frequência o conselho realiza suas reuniões ordinárias?	Mensalmente
q21_O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?	Sim
q22_Considerando todas as reuniões plenárias do Conselho (ordinárias e extraordinárias) quantas reuniões foram realizadas no ano de 2011? Não considerar as reuniões realizadas apenas por Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho	12
q23_As reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Conselho são registradas em ata?	Todas as reuniões são registradas em ata

q24_ Quem é responsável pela guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações do conselho?

Variável	SP
q24_1_ O Secretário Executivo do Conselho	Sim
q24_2_ O Presidente do Conselho	Não
q24_3_ Um conselheiro designado	Não
q24_4_ Funcionário da Secretaria de Assistência Social	Não
q24_5_ Funcionário da Prefeitura	Não
q24_6_ Outros	Não

q25_ De que forma as atas do Conselho são publicizadas?

Variável	SP
q25_1_ Não são publicizadas	Não
q25_2_ Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária	Não
q25_3_ São enviados aos Conselheiros e/ou suas entidades	Sim
q25_4_ São enviados às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho	Não
q25_5_ São enviados aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho	Não
q25_6_ São enviados às organizações e entidades de trabalhadores do setor que não estão representadas no conselho	Não
q25_7_ Disponibilizados no site do Conselho	Sim
q25_8_ Em Boletins produzidos pela área de assistência social	Não

Variável	SP
q26_ As deliberações/Resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?	Todas as deliberações/resoluções são publicadas
q27_ O Estado tem Plano de Assistência Social?	Sim
q28_ O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do Estado?	Sim
q29_ O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2012?	Sim
q30_ O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS?	Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS
q31_ Se sim, informe como a fiscalização é realizada	Ambas as formas*
q32_ O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?	Sim
q33_ Quando solicitado pelo Conselho é disponibilizada, pelo Fundo Estadual de Assistência Social informação detalhada e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo Fundo?	Sim
q34_ Com que frequência o gestor apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social?	Trimestralmente

* Por meio de visitas e por meio de análise de relatórios.

q35_ O Conselho aprecia e emite parecer sobre:

Variável	SP
q35_1_ O Plano de Ação Municipal (ou Estadual, no caso do SEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social	Sim
q35_2_ O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro (prestação de contas)	Sim
q35_3_ Os relatórios de atividades e de execução financeira dos	Sim

recursos do Fundo de Assistência Social

Variável	SP
q36_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades?	Não
q37_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para municípios?	Sim
q38_ O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto 6307/2007 e Resolução 39/2010)	Não
q39_ O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?	Sim
q40_ O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?	Sim
q41_ A comissão de erradicação do trabalho infantil é vinculada ao Conselho?	Não
q42_ O município (estado ou DF - no caso de Conselhos Estaduais ou do DF) possui Plano de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária?	Não
q43_ O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite - CIB e da Comissão Intergestora Tripartite - CIT?	Sim, sem regularidade
q44_ O Conselho conhece e acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social?	Sim

Existência de algum Fórum de discussão do SUAS no Estado

Variável	SP
q45_1_ Fórum de entidades de Assistência Social	Não
q45_2_ Fórum de Trabalhadores da Assistência Social	Sim
q45_3_ Fórum de Usuários da Assistência Social	Não
q45_4_ Fórum de Assistência Social, com participação de múltiplos segmentos	Sim
q45_5_ Não há Fórum de discussão do SUAS no Estado	Não

Variável	SP
q46_ O Conselho tem canal de recebimento de denúncias?	Sim

q47_ Frequência com que o Conselho recebe e/ou realiza as seguintes ações

Variável	SP
q47_1_ Recebe denúncia	Diariamente
q47_2_ Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	Semestralmente
q47_3_ Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	Anualmente
q47_4_ Realiza ações de mobilização social	Semestralmente
q47_5_ Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Semestralmente

Variável	SP
q48_ Atualmente, quantas entidades possuem inscrição no Conselho?	0
q49_1_ O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF) a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	Sim
q49_2_ O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos	Sim
q49_3_ O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	Não
q50_ O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social de 2011?	Sim
q51_ No ano de 2011 os conselheiros fizeram algum curso de capacitação presencial para o auxílio de sua função?	Sim, alguns conselheiros

q52_ Quem promoveu os cursos presenciais realizados pelos conselheiros no ano de 2011?

Variável	SP
q52_1_ gestor municipal	Não
q52_2_ gestor estadual	Sim
q52_3_ gestor federal (MDS)	Sim
q52_4_ próprio conselho	Sim

Variável	SP
q53_ No ano de 2011 os conselheiros fizeram algum curso de capacitação à distância para o auxílio de sua função?	Sim, alguns conselheiros

q54_ Quem promoveu os cursos à distância realizados pelos conselheiros no ano de 2011?

Variável	SP
q54_1_ gestor municipal	Não
q54_2_ gestor estadual	Sim
q54_3_ gestor federal (MDS)	Sim
q54_4_ próprio conselho	Não

BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Variável	SP
q55_ Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho?	3 anos
q56_ Quantas vezes cada conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)?	1 vez
q57_ O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?	Sim
q58_ Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?	Sim
q59_ Os representantes da sociedade civil no Conselho são	Eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim

q60_ Para o seguimento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil?

Variável	SP
q60_1_ O próprio usuário	Não
q60_2_ Os representantes e organizações de usuários	Sim

q61_ Quais são as áreas que compõem a representação governamental:

Variável	SP
q61_1_ Assistência Social	Sim
q61_2_ Saúde	Sim
q61_3_ Educação	Sim
q61_4_ Trabalho e Emprego	Sim
q61_5_ Fazenda	Não
q61_6_ Habilitação	Sim
q61_7_ Outra	Sim

Variável	SP
q62_0 Conselho tem comissões permanentes?	Sim

q63_ Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente no conselho?

Variável	SP
q63_1_ Comissão de normas	Sim
q63_2_ Comissão de política	Sim
q63_3_ Comissão de financiamento	Sim
q63_4_ Comissão de acompanhamento de Conselhos	Sim
q63_5_ Comissão de ética	Sim
q63_6_ Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda	Não
q63_7_ Outras	Sim

Variável	SP
q64_1_ Quantidade de conselheiros titulares	24
q64_2_ Quantidade de conselheiros suplentes	24

Q65_5_ Quantidade de conselheiros por representação

Variável	SP
Representação das entidades dos trabalhadores do setor	2
Representante de entidades de assistência social	13
Representante de organização de usuários	1
Representante de usuários	1
Representante do Governo	14
Quantidade de conselheiros	31

CENSO SUAS
GESTÃO E CONSELHOS – ESTADO DE SÃO PAULO
Coordenadoria de Gestão Estratégica
Mais informações: infosocial@sp.gov.br

